



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Érika Laurinda Amusquivar

**O PAPEL DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS NO SISTEMA
INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de mestre sob a orientação do Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz.

CAMPINAS, SP

Dezembro de 2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

Er46p Amusquivar, Érika Laurinda
O papel da política de segurança dos Estados Unidos no Sistema Internacional no pós-Guerra Fria / Érika Laurinda Amusquivar. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.

**Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Organização do Tratado do Atlântico Norte.
2. Conservadorismo – Estados Unidos. 3. Segurança internacional.
4. Militarismo. 5. Política internacional. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: The role of the security policy of the United States in the International System following the Cold War

**Palavras chaves em inglês (keywords) : North Atlantic Treaty Organization
Conservatism – United States
International security
Militarism
International politics**

Área de Concentração: Relações Internacionais

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora: Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Angelita Matos Souza, Shiguenoli Miyamoto

Data da defesa: 20-12-2010

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

ÉRIKA LAURINDA AMUSQUIVAR

**O PAPEL DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS NO SISTEMA
INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA.**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do grau de Mestre em Ciência
Política sob orientação da Prof. Dr. Sebastião C.
Velasco e Cruz.

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 20/10/2010.

Comissão Julgadora:

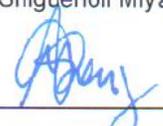
Titulares:



Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (IFCH-UNICAMP) - (Orientador)



Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (IFCH-UNICAMP)



Profa. Dra. Angelita Matos Souza (FACAMP)

Suplentes:

Prof. Dr. Andrei Koerner (IFCH -UNICAMP)

Prof. Dr. Cesar Augusto Lambert de Azevedo (FACAMP)

Campinas, Dezembro de 2010

*Ao meu pai (in memoriam),
com muito amor e carinho.*

“É excelente ter a força de um gigante, mas é tirânico usá-la como um gigante”. William Shakespeare (1564 – 1616)

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos professores que me ajudaram na construção do meu objeto de estudo. Ao professor Sebastião Carlos Velasco e Cruz por sua orientação. Ao professor Shiguenoli Miyamoto por me ajudar em suas contribuições no tema e à profa. Angelita Matos Souza pela sua ajuda incondicional durante meus anos de graduação e também no mestrado.

Retribuo meus agradecimentos também aos demais mestres que estiveram envolvidos direta e indiretamente com a minha pesquisa, em especial os professores Carla Corte, Cesar Augusto Lambert de Azevedo, Lício da Costa Raimundo, Georgia Sarris, Hernani Maia Costa, Josué Mastrodi Neto e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos. Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP que, durante minha graduação e pós-graduação me proporcionou uma formação humanística. E às Faculdades de Campinas (FACAMP) por introduzir um senso crítico primordial durante toda minha formação acadêmica e profissional.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, pessoas com senso crítico apurado, prontas para conversas imprescindíveis sobre a academia e também sobre o cotidiano. Também à equipe – membros e ex-membros – do Observatório de Fenômenos Transnacionais nas Américas (OFTA), pessoas essas capazes de construir reflexões críticas de muita relevância para o mundo atual e, sobretudo para meu aprendizado pessoal. Construí muitas amizades e também longas conversas com esses futuros profissionais promissores. Ao Lucas Correa por suas apreciações cítricas pertinentes a essa dissertação e, em especial ao Alcides Peron não só pelos muitos momentos divertidos, mas por sua perspicácia crítica.

Aos meus também fiéis amigos de coração, que muito me entenderam pela ausência física durante muitos encontros. Não seria capaz de expressar em poucas palavras a importância de uma verdadeira amizade, indissolúvel no tempo. Agradeço a *todos* a amizade verdadeira que só bons e velhos amigos podem oferecer. Cada um me ajudou a construir parte desta narrativa.

Retribuo minha atenção em especial a minha família – todos eles – por compreender o esforço do meu trabalho. Agradeço também a pessoas iluminadas – Edi, Neusa e Luana Trindade – pelas quais eu admiro, aprendo e me divirto muito.

Ao meu querido Thiago Trindade – companheiro e mais que amigo – por me proporcionar agradáveis conversas sobre exatamente *tudo*. E me ajudar e me apoiar incansavelmente dos momentos mais banais aos mais decisivos e difíceis durante esses anos. Uma pessoa iluminada e muito especial que definitivamente já faz parte da minha história. E a admiração, a cumplicidade e o respeito mútuo que construímos só me faz crescer a cada dia. Agradeço pela paciência (e pela persistência!).

Agradeço enormemente à minha mãe, Irene Laurinda da Silva, pelo apoio e pela força em continuar me fazer lutar pelos meus objetivos. Sua força de vontade me fez perceber o quanto você me ensinou a trilhar os mesmos passos que os seus.

E não poderia finalizar sem antes agradecer e dedicar todo esse trabalho especialmente ao meu pai, Issac Amusquivar Carasilla, por ter vivido e compartilhado comigo importantes etapas da minha vida, inclusive o início desta minha fase acadêmica, mas que não teve oportunidade de vê-la terminar. Agradeço imensamente a ele por seu apoio incondicional e suas intermináveis conversas que muito me ajudaram a ser o que sou hoje e que ficarão para sempre na minha memória e no meu coração. São as lembranças desses momentos felizes que me deram forças para concluir essa etapa.

São para essas pessoas *mais que especiais* que dedico esse trabalho árduo e intenso.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado, intitulada *O papel da política de segurança dos Estados Unidos no Sistema Internacional no pós-Guerra Fria*, busca analisar a postura dos Estados Unidos em promover políticas militaristas ao instalar bases militares ao redor do mundo a partir do final do século XX e início do século XXI. Deriva-se dessa discussão dois debates. O primeiro – *debate interno* – foca na consecução da política de segurança dos Estados Unidos recomendado pelo *think tank* neoconservador PNAC (*Project for the New American Century*) por meio da consolidação do sistema de alianças militares entre Estados Unidos e da Europa – a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. Essa política seria um ferramental estratégico para a manutenção da hegemonia estadunidense que, após os ataques terroristas de 11 de Setembro aos Estados Unidos, se incorporaria nos documentos oficiais de política de segurança do país. O segundo debate – *externo* – discorre sobre a insuficiência desse projeto ao criticar o modelo de política de segurança adotado. Partindo da premissa que essas políticas estiveram na contramão do que se apostava ao final dos anos 90, essa crítica se pauta na análise da mudança na política de segurança estadunidense, que não se sustentaria no novo século. Por isso o segundo debate contempla outros fatores primordiais desconsiderados pelo projeto neoconservador. Ressalta-se que o objeto referente à *concretização da política de segurança do PNAC para o sistema de alianças da OTAN* envolve um debate complexo - Império, imperialismo, militarismo - que não será abordado aqui senão tangencialmente, na medida em que o tratamento do nosso objeto o exigir. Isto porque são temas teoricamente densos, que exigiriam um estudo de outra envergadura.

Palavras-Chave: Política de segurança, sistema de alianças, OTAN, neoconservadorismo, militarismo

ABSTRACT

This Master's Degree thesis, entitled *The role of the Security Policy of the United States in the International System following the Cold War*, seeks to analyze the posture of the United States in promoting militaristic policies to install military bases around the world from the late twentieth and early twenty-first century. From this discussion, two debates are derived. The first - the internal debate – focuses on achieving the security policy of the United States recommended by the neoconservative think tank PNAC (Project for the New American Century) by consolidating the system of military alliances between the United States and Europe – North Atlantic Treaty Organization-NATO. This Policy would be a strategic tool for the maintenance of the U.S. Hegemony that, after the September 11th terrorist attacks to the United States, would be incorporated in the official documents of the country's security policy. The second debate – external – stems from the failure of this project to criticize the security policy adopted. Assuming that these policies were contrary to the ideals supported by the late '90s, this critique is guided in the analysis of change in the U.S. security policy, which is not sustained in the new century. Therefore, the second debate addresses other key factors not considered by the neoconservative project. It is noteworthy that the object which relates to the implementation of the security policy of the PNAC for the alliance system of NATO involves a complex debate – Empire, Imperialism, Militarism – which will not be discussed, but tangentially, to the extent that the treatment of our object requires. The reason being that it involves theoretically dense issues, which would require a study of another magnitude.

Keywords: Security policy, alliance system, NATO, neoconservatism, militarism

Sumário

Resumo	xi
Abstract.....	xiii
Siglas e Abreviações.....	xix
Índice de Mapas, Gráficos e Figuras	xxi
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO 1	
O REORDENAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DO FIM DA GUERRA FRIA.....	33
<i>1.1 O advento da unipolaridade e a política de segurança dos Estados Unidos para a OTAN</i>	<i>38</i>
<i>1.2 A política de segurança dos EUA para a Europa diante do alargamento da OTAN: abismo entre os poderes.....</i>	<i>44</i>
<i>1.3 O modelo de “Warfare State” estadunidense no sistema internacional: o início dos debates.....</i>	<i>61</i>
CAPÍTULO 2	
DEBATE INTERNO: A VISÃO DOS <i>THINK TANKS</i> SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PODERIO MILITAR ESTADUNIDENSE	69

<i>2.1 A formulação do novo papel dos Estados Unidos como provedor de segurança mundial: a visão crítica dos think tanks neoconservadores</i>	71
<i>2.2 A estratégia das alianças segundo PNAC: a importância do eixo transatlântico</i>	78
<i>2.3 A instrumentalização das forças pelos Estados Unidos a partir da “hegemonia benevolente”:</i> o papel ambivalente da OTAN	92
<i>2.4 Reflexões e perspectivas do debate interno para o papel dos Estados Unidos no século XXI</i>	106
2.4.1 O dissenso neoconservador sobre o poder dos Estados Unidos.....	110
2.4.2 O consenso neoconservador sobre a unipolaridade como fio condutor da nova ordem mundial.....	114

CAPÍTULO 3

Debate externo: a visão internacional da política de segurança dos Estados Unidos a partir da nova ordem mundial.....	123
---	-----

<i>3.1 As peculiaridades do militarismo estadunidense e o efeito blowback</i>	126
<i>3.2 Crítica internacional à postura militarista dos Estados Unidos: uma análise sobre o Novo Imperialismo</i>	134
<i>3.3 Reflexões e perspectivas para o papel dos Estados Unidos no século XXI</i>	145

CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
ANEXO 1 – GASTOS MILITARES OTAN (1988-2009)	177
ANEXO 2 - TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE.....	182
ANEXO 3 – STATEMENT OF PRINCIPLES PNAC	188
ANEXO 4 – GASTOS MILITARES DA OTAN POR CATEGORIA (1999-2008) ..	191
ANEXO 5 - 10 MAIORES EXPORTADORES MUNDIAIS DE ARMAS EM US\$ MI (1990-2009)	197
ANEXO 6 - 10 MAIORES IMPORTADORES MUNDIAIS DE ARMAS EM US\$ MI (1990-2009)	198
ANEXO 7 – DISPOSIÇÃO DE TROPAS DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR EM 2001	199
ANEXO 8 – 10 MAIORES GASTOS MILITARES MUNDIAIS (2000-2009)	203

SIGLAS E ABREVIACOES

AEI - American Enterprise Institute

BRICs – Brasil, Rússia, Índia, China

BI - Brookings Institution

CECA - Comunidade Européia do Carvão e do Ao

CPD - The Committee on the Present Danger

CSP - Center for Security Policy

DLC - Democratic Leadership Council

EUA – Estados Unidos da América

EURATOM – Comunidade Européia da Energia Atômica

HF - Heritage Foundation

IBAS – Índia, Brasil, África do Sul

IISS – International Institute for Strategic Studies

JINSA - Jewish Institute for National Security Affairs

Neocon(s) – Neoconservador(es)

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico do Norte

PESC – Política Externa e de Segurança Comum (União Européia)

PNAC – Project for the New American Century

PPI - Progressive Policy Institute

START – Strategic Arms Reduction Treaty

UK – Reino Unido

ÍNDICE DE MAPAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Gráficos

Gráfico 1: Gastos Militares Globais (1988-2009)	46
Gráfico 2: Gastos Militares Mundo X Estados Unidos (2000 – 2009)	47
Gráfico 3: Gastos Militares EUA e Rússia (1988-2009).....	48
Gráfico 4: Gastos Militares Europeus 1988-2009 (em US\$ bi)	57
Gráfico 5: Gastos Militares principais de Alemanha, EUA e UK em relação ao PIB (1988-2007)	58
Gráfico 6: Gastos Militares dos principais países da OTAN (Alemanha, EUA e UK) – 1988-2007 em US\$ bi.....	59
Gráfico 7: Tropas dos Estados Unidos por região e década	101
Gráfico 8: Evolução percentual das tropas dos EUA no mundo (1950-2000)	103
Gráfico 9: Principais Gastos Militares em Defesa do mundo em 2000 (em US\$ bi)...	129

Tabelas

Tabela 1: Gastos Militares Globais e Regionais 1988-2009 (em US\$ bi).....	49
--	----

Mapas

Mapa 1: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 1990	52
Mapa 2: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 1995	52
Mapa 3: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 2000	53
Mapa 4: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 2005	53
Mapa 5: Bases Militares Britânicas, Soviéticas e Estadunidenses na Eurásia em 1990	98

Mapa 6: Bases Militares russas e estadunidenses na Eurásia em 2006-2007..... 99

Figuras

Figura 1: Quadro estratégico do PNAC para o “Novo Século Americano” 84

Figura 2: Fusão e Aquisição das indústrias bélicas nos EUA – 1990 a 2002 128

INTRODUÇÃO

Com o fim da Guerra-Fria, simbolizado pela queda do muro de Berlim, o poder político-militar dos EUA torna-se incontestável, não havia, entretanto, uma política clara assumida pela nação estadunidense no imediato término do conflito. Tanto que nesse ínterim surgiram inúmeras propostas para sua concepção. O papel que os Estados Unidos desempenhariam a partir desse período, no entanto, não era claro, uma vez que detinham poder suficiente para moldar a ordem internacional de acordo com seus interesses. É à luz dessa indefinição que o presente trabalho aponta para os dois principais debates que surgiram: *interno e externo*.

O primeiro debate – o *debate interno* – se estrutura na propagação das idéias *dentro* dos Estados Unidos principalmente por *policy makers* que se transformavam em recomendações políticas por organizações denominadas *think tank*.

Muitos desses *think tanks*, ou incubadoras de idéias, possuíam um claro anseio por tornar suas propostas públicas, capazes de serem internalizadas pelas administrações governamentais. As vertentes ideológicas e inclinações políticas eram diversas, o que impulsionava o pluralismo de idéias na tentativa de consecução de projetos políticos – que permeava as esferas das políticas públicas e internacionais. Tais formulações políticas não necessariamente seriam incorporadas pelos diferentes órgãos governamentais do país, mas era um modo de serem propagadoras novas idéias, defendendo propostas supostamente mais apropriadas ao novo contexto. No entanto, algumas dessas formulações encontrariam espaço para difundir suas idéias de forma a convertê-las em políticas oficiais.

A partir da década de 90, a possibilidade de influenciar as grandes transformações do sistema internacional deixadas pela lacuna de uma antiga estrutura de poder internacional intensificou a capacidade em disseminar as idéias desses *think tanks*. Dentro dos Estados Unidos, inúmeros *think tanks* foram responsáveis em organizar pesquisas sobre a construção e consecução de políticas, sobretudo no escopo da política externa. E a proposta dos *think tanks* que mais se aproximou de uma influência assertiva no governo dos Estados Unidos partia de grupos de pressão que se formaram para difundir os ideais propostos para o que se intitularia “uma nova proposta para o século XXI” – os *think tanks* da corrente neoconservadora (*ou neocons*).

Esses *think tanks* neoconservadores faziam uma ponderação negativa sobre o governo dos anos 90 do democrata de Bill Clinton. Compostos por políticos e intelectuais com o legado republicano e influenciados pelas políticas do presidente Ronald Reagan, os *neocons think tanks* defendiam o papel ativo dos Estados Unidos no cenário internacional, sobretudo em sua primazia militar. Questionavam a postura passiva que o país tomou a partir da década de 90. Embora realizem propostas políticas ao governo, essas organizações são não-governamentais, sem fins lucrativos e abrigam acadêmicos e especialistas conhecidos por *policy makers*. Esses, eventualmente, podem assumir importantes cargos governamentais na vitória de um novo presidente que possua afinidades ideológicas com seu programa, garantindo assim a produção de conhecimento e de críticas sobre determinados temas, inclusive sobre a política de segurança dos Estados Unidos.

Inúmeros *think tanks* – como a *American Enterprise Institute* (AEI), criada em 1943; *Jewish Institute for National Security Affairs* (JINSA) de 1973; *Center for Security Policy* (CSP) de 1988 e *The Project for the New American Century* (Projeto para o Novo Século Americano – PNAC) de 1997 – foram responsáveis em fazer recomendações e formulações políticas para os governos dos Estados Unidos. Esse último criticava veementemente a administração Clinton, indicando uma série de lacunas na política internacional dos Estados Unidos e levando a um questionamento da eficácia do poderio estadunidense para o mundo. Sua argumentação se pautava no fato dos Estados Unidos atuarem à margem das suas capacidades de poder, deixando de lado as responsabilidades de um *hegemonia* em preservar a

liberdade e democracia aos Estados Unidos e, conseqüentemente, ao mundo. Isso porque a principal crítica dos neoconservadores se pautava na constatação de uma redução abrupta dos gastos militares, refletindo, dessa maneira na má conduta de política externa dos Estados Unidos.

Sua principal preocupação era “promover a liderança global dos Estados Unidos”, utilizando como ferramenta principal a proposta de uma nova política de segurança para os Estados Unidos - na expectativa de que este ator retomasse sua primazia global - em um projeto intitulado de “Império Benevolente”. É por isso que a opção para análise desta atuação perante o governo, bem como a formulação dos documentos do *think tank* PNAC foi contemplada, uma vez que essa catalisadora de idéias foi responsável em projetar uma nova doutrina de segurança que, depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001, seria absorvida rapidamente na doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos.

Assim, o debate interno compreende a análise das formulações políticas de segurança para o pensamento dessa corrente, dado que esses intelectuais, além de exercerem um ponto de oposição e de pressão na administração Clinton, também promoveram diversas reflexões acerca da postura estadunidense em relação à sua hegemonia. Um dos aspectos mais discutidos na formulação da política de segurança dos Estados Unidos reside na sua doutrina estratégia do sistema de alianças. Sob essa concepção, um dos legados mais bem sucedidos do sistema de alianças dos Estados Unidos estava concentrado nas relações Norte-Norte. É desse modo que em um recorte mais específico dessa política de segurança contemplou-se a análise da política de segurança para o caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

Em linhas básicas, a vertente neoconservadora acreditava que a hegemonia dos Estados Unidos era baseada na *primazia* e no *militarismo*. Somente com esses atributos a potência poderia constituir o que os *neocons* denominaram de “Império Benevolente”, uma vez que organizaria a ordem mundial baseada em preceitos universais, tais como liberdade e democracia. Após a vitória do partido republicano no pleito eleitoral de 2000, representado por George W. Bush, estas diretrizes neoconservadoras foram absorvidas pela administração federal e passaram a moldar os documentos de segurança e defesa dos Estados Unidos por conta dos ataques terroristas de 2001, tornando definitivamente legítimo todo o projeto

arquitetado pelos neoconservadores. Originar-se-ia nesse momento uma das políticas mais discutidas nas relações internacionais: *a política unilateral de segurança dos Estados Unidos*.

É a partir dessa discussão que o segundo debate ganha forma. Intitulado de *debate externo*, esse aprecia as críticas ao modelo neoconservador e, portanto, *externo* a esse modelo, que permeava a crítica aos *think tanks* em um primeiro momento e, depois, a própria política oficial dos Estados Unidos. Isso porque no início do século XXI, notou-se uma significativa mudança no delineamento das políticas domésticas e externas dos estadunidenses. A política de segurança passou a ser mais assertiva e também militarista, provocando inúmeras contestações, que perpassavam a crítica desde os teóricos contrários às determinações da política externa dos estados Unidos até os *policy makers* da oposição do governo Bush. No debate interno, a análise voltou-se para a pressão exercida pelos *think tanks* ao longo da década de 90, antes de sua guinada militarista. Já no debate externo, a crítica surge *a posteriori*, isto é, a partir da incorporação dessas políticas militaristas propostas pelos bastidores da administração oficial, como uma consequência das medidas tomadas no novo século. É, pois, a partir desses grandes debates que a política de segurança dos Estados Unidos vai se moldando entre o final do século XX e início do século XXI.

Desse modo, o debate externo se concentra na crítica do que a política dos Estados Unidos se tornou e faz uma indagação analítica a respeito das estratégias que novos atores traçam para assegurar seus interesses. A preocupação quanto à securitização de novos temas de segurança, isto é, o alargamento da percepção de um Estado sobre o que define como ameaça, torna-se um aspecto fundamental para a construção de uma análise crítica. Isso porque a ameaça no novo século não provinha somente de um Estado detentor de poder econômico, político e militar, sobretudo de destruição em massa – até então tido como um grande prenúncio de uma instabilidade no equilíbrio de poder –, mas também de atores transnacionais que poderiam ameaçar a ordem de poder estabelecida, destacando-se entre eles os chamados terroristas. Por isso a militarização proposta pelos neoconservadores para a concretização da política de segurança dos Estados Unidos não poderia ser adequada no combate a essas ameaças. Mas, o que de fato se verificou foi a retaliação por meio das armas, fruto dessa mesma política que fora intensamente discutida nos bastidores do poder, isto é,

nesse debate interno. A crítica que se assentava era justamente ressaltar os limites do papel dos Estados Unidos como “os guardiões da paz para o novo século”.

Esse trabalho, no entanto, não se propõe a discutir especificamente o episódio que permitiu a ascensão de uma nova era da política externa dos Estados Unidos – os ataques de 11 de Setembro de 2001 aos Estados Unidos. Tampouco se propõe a aprofundar a análise na temática sobre as conseqüências destes ataques na política de defesa estadunidense que sucedeu a Guerra no Afeganistão e posteriormente do Iraque. Sabe-se, não obstante, que tais eventos são primordiais para o entendimento dessa nova política estadunidense para o mundo, uma vez que a partir das constatações de uma nova categoria de ameaça, os Estados Unidos, assim como grande parte dos países ocidentais muda suas diretrizes de segurança e passam a conceber um nova tipologia de grandes ameaças no âmbito transnacional.

O objetivo geral deste trabalho, portanto, será o entendimento do *papel estadunidense no que se refere à sua segurança em consonância à dinâmica do sistema internacional*, a partir da ótica neoconservadora em um primeiro momento (debate interno); e a crítica decorrente da concretização de tal política de segurança em um segundo momento (debate externo). Dentro da confluência desses diferentes debates, dar-se-á um enfoque mais específico a partir desta política de segurança ao analisar um de seus ferramentais mais importantes, tidos como fundamentais para o fortalecimento e preservação da própria sobrevivência de um Estado – o sistema de alianças dos Estados. E, como antes dos atentados, a prioridade na agenda externa dos Estados Unidos era a Europa, fruto ainda dos resquícios da Guerra Fria ao ter a região como um *locus* estratégico de contenção soviética, o trabalho destaca o sistema de alianças criado para a segurança do Atlântico e, por conseguinte, as áreas de interesse, envolvendo tanto os Estados Unidos, como a Europa, ou seja, a Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, que ganha novos contornos pós ataques e influência dos neoconservadores no governo Bush.

Esse recorte geográfico no eixo norte contempla a aliança transatlântica. Essa aliança, por sua vez, transcende os limites de uma concepção utilitária; ela representou uma ordem

política valiosa¹, uma vez que moldou o formato a um de seus principais pilares quanto ao delineamento de uma ordem internacional: a necessidade de uma segurança cooperativa. O recorte temporal compreende o período do pós-Guerra Fria, com maior ênfase na primeira década do século XXI, período esse de relativa instabilidade² por conta de uma remodelação na formulação política tanto interna nos Estados Unidos (por exemplo, a transição de um governo republicano para um democrata), quanto no sistema internacional (indefinição sobre qual o princípio distribuidor do sistema no que tange ao poder: unipolaridade ou multipolaridade).

Dado que um dos objetivos específicos é traçar um olhar analítico sobre como os Estados Unidos passou a incorporar as premissas do neoconservadorismo, nas quais defendiam a construção de um “Império Benevolente” pelos Estados Unidos, é necessário analisar quais as repercussões sobre esse projeto que deu origem às suas políticas de segurança e de defesa nos anos 2000 para que se possa, dessa maneira, compreender as raízes dessa política militarista e chegar a uma interpretação mais acurada sobre o papel dos Estados Unidos no mundo atual. O trabalho parte da conjectura de que essas políticas fomentaram um militarismo exacerbado, que não indicava uma projeção de primazia política, mas que provocou, pelo contrário, um efeito de *blowback*³, traduzido, conforme os críticos (o segundo debate) na falta de consentimento e na perda paulatina de hegemonia.

Um dos *blowbacks* deriva-se do debate interno: a crítica desse modelo neoconservador construída pelo debate externo. Esse se pautava na argumentação de que a consolidação desse militarismo peculiar protagonizado pelos Estados Unidos em nada se assemelhava ao projeto de poder de assegurar poder hegemônico dos Estados Unidos; pelo contrário, lançava as bases de uma expansão militarista e sem consenso, por muitos denominados como *Novo*

¹ Cf. IKENBERRY, John. G. America's Imperial Ambition. *Foreign Affairs*, v. 81 n. 5, 2002, pp. 44-60

² Nesse trecho se entende por “instabilidade” a falta de previsibilidade dos atores estatais no sistema internacional por conta de uma nova configuração de poder, na qual a bipolaridade fora pulverizada e, por conseguinte, o cálculo antecipado de cada potência de suas ações era substituído por uma realidade mais complexa, onde não se poderia determinar o comportamento prévio dos demais atores.

³ Cf. JOHNSON, Chalmers. *Blowback: os custos e as conseqüências do império americano*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007 e JOHNSON, Chalmers. *As aflições do império: militarismo, operações secretas e o fim da república*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007

*imperialismo*⁴. Essa nova percepção de ordenamento de poder, por conseguinte, acarretou sérias implicações no século XXI, mas que não garantia que o seu poder supremo pudesse se perpetuar. É por essa razão que o trabalho prioriza a análise da *concretização da política de segurança dos Estados Unidos para o sistema de alianças da OTAN*, política essa que reflete exatamente qual a pretensão de poder dos Estados Unidos.

Será destinado um espaço maior para a dimensão político-militar por considerar que este novo papel dos Estados Unidos se define demasiadamente pela força e primazia bélica. Portanto, o argumento defendido contempla que a formulação de política de segurança e defesa dos Estados Unidos influencia, mas *não* determina isoladamente o delineamento das políticas internacionais, constatação que o debate externo visa a ressaltar. Nesse sentido, será abordada também a relação que essas políticas possuem com o *sistema industrial-militar*, cujos lobbies incitam o agigantamento da estrutura de segurança dos Estados Unidos em todo o mundo e são fortalecidos por essa mesma política. Enfatizando a confluência de todos esses fatores, esse trabalho reconhece que a pretensão de caracterizar a política de segurança dos Estados Unidos é deveras ampla e requer um trabalho mais apurado e aprofundado sobre todas as dimensões apontadas, inclusive suas particularidades. O que se pretende é refletir sobre a transição de papéis que os Estados Unidos têm desempenhado ao longo desse breve início de século, atribuindo uma importância aos agentes – internos e externos – que buscam de alguma maneira influenciar essas formulações de política.

À luz dessas questões, o trabalho se subdivide em três partes. A primeira delas contempla o reordenamento da política de segurança pelos Estados Unidos no pós – Guerra Fria. Será mapeada a vertente da segurança de um Estado e sua busca por conquista e manutenção de poder, sobretudo após o colapso do modelo bipolar. Nesse sentido, discute-se como o processo histórico desencadeou a emergência dos dois debates – *interno e externo*. A questão principal seria identificar qual o ordenamento mundial se estabeleceria. Por isso, reacendia a discussão sobre os diferentes projetos, entre eles a unipolaridade. Sobre as

⁴ Neste trabalho utilizamos o conceito de Novo imperialismo proposto por Mann de uma visão unilateral e militarista de conduzir o mundo. Cf. MANN, Michael. *O império da incoerência: a natureza do poder americano*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

questões de ordem mais tangível ao sistema internacional, a discussão então concernia à questão da manutenção dos gastos militares. Parecia que esta questão deveria ser posta em segundo plano, uma vez que o risco de uma ameaça iminente seria baixo. E de fato, houve um recrudescimento médio na década de 1990 no dispêndio em material bélico pelas grandes potências. No entanto, o que parecia ser uma tendência à desmilitarização mundial, ao final desta década converteu-se em um aumento na produção e comercialização militar. Os elementos decisivos nessa inflexão foram os conflitos étnicos que se alastravam em parte da Europa, no Oriente Médio e no sudeste asiático. Para a determinação das diretrizes da política de segurança, este fato seria o condicionante para que os Estados, em destaque para os Estados Unidos, pudessem intervir militarmente, desejando um modelo que se pautava em uma espécie de “Warfare State”, revelando uma política contra-tendencial de diminuição de gastos militares. A política de segurança dos Estados Unidos almejada era o seu exato oposto, isto é, uma política militarista. A partir dessa política, iniciam-se os grandes debates.

A segunda parte contempla a abordagem do primeiro debate, que aponta toda a pretensão neoconservadora em refletir a política de segurança como uma superpotência tem como “predestinação” se posicionarem como “os guardiões mundiais da nova ordem”. Para dar sentido ao estudo de política de segurança proposta pelos *think tanks* e ao mesmo tempo não ser um estudo demasiadamente abrangente, optou-se por analisar com maior profundidade o *think tank* responsável em formular as futuras políticas de segurança que os Estados Unidos iriam incorporar mais tarde - o PNAC. Assim, o trabalho discernirá sobre o reordenamento da política de segurança dos Estados Unidos sob a ótica do debate neoconservador a fim de verificar qual o papel do hegemonia no sistema internacional contemporâneo, que poderia se balizar em um “Império benevolente”. O trabalho também analisará criticamente o sistema de alianças militares entre Estados Unidos e Europa, por saber que a criação e manutenção de alianças é um ponto fundamental para o exercício de uma hegemonia. E uma das alianças militares que repercutiram e repercutem até hoje é a Organização do Tratado da Aliança Atlântica – OTAN. Também será discutido as perspectivas desse debate interno para o papel que os Estados Unidos deveriam assumir no século XXI ao tentar olhar para 2 grandes eixos: *interno*: sobre o que os Estados Unidos se tornaram; e *externo*: como a unipolaridade será o fio condutor dessa nova ordem.

A última parte do trabalho contempla o balanço analítico final atribuindo, dessa vez para o *debate externo*, sobre como essas políticas concretizadas oficialmente pelo PNAC no governo estadunidense provocaram sucessivos enfraquecimentos no poder da superpotência. Esboçar-se-ão os motivos pelos quais o projeto de “Império Benevolente” (proposto pela outra vertente) na verdade enfraqueceu o poder da primazia dos Estados Unidos. Para essa concepção, a junção entre o unilateralismo e o militarismo aos moldes dos Estados Unidos suscitou a crítica a esse modelo ao apontar sua insustentabilidade diante do processo histórico que os atores se inserem e, concomitantemente ajudam a construir. Para tanto, em uma das críticas, o poder dos estados Unidos é caracterizado como o “Novo Imperialismo”, temática essa que corrobora a uma das críticas dentro desse debate. Dentro desse escopo, o debate finalizará sua análise com possíveis perspectivas para o modelo estadunidense de poder, em razão das transformações contemporâneas pelas quais o sistema internacional enfrenta.

Em suma, o objetivo desse trabalho é responder a seguinte pergunta: afinal, **qual o papel da política de segurança dos Estados Unidos para esse novo século?** Os capítulos a seguir buscam responder, por meio dos diferentes debates apontados, ou ao menos refletir sobre essa problemática, ao abordar a política de segurança dos EUA no pós Guerra-Fria, com ênfase para esse início de século, investigando o que denominou os dois debates – interno e externo – e tendo como objeto privilegiado de reflexão a OTAN.

CAPÍTULO 1

O REORDENAMENTO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DO FIM DA GUERRA FRIA

A partir da década de 1990 o sistema internacional começava a sofrer um importante reordenamento. Um dos projetos mais amplamente discutidos a partir desse período foi fundamentado na unimultipolaridade⁵, com a finalidade de substituir a ordem bipolar vigente no período da Guerra Fria. Esse desenho de distribuição das forças e capacidades se caracterizava no resultado de um sistema internacional constituído por algumas potências, mas com uma peculiaridade marcante: a existência de uma única “superpotência global”. A reorganização política e a recuperação econômica das demais potências no globo a partir desse período, associada a um consenso cada vez mais unânime sobre o destaque das instituições internacionais no papel da organização do sistema internacional – fez com que o modelo de ordenamento das estruturas mundiais pudesse ser paulatinamente remodelado de forma a contemplar os interesses também das demais potências, ainda que houvesse a presença de uma única superpotência no mundo⁶.

⁵ O conceito de unimultipolaridade, preconizado por Samuel Huntington, se refere à possibilidade de uma superpotência coexistir com demais potências regionais e ter o poder de veto sobre questões de seu interesse. Esta superpotência possui atributos econômicos, políticos e militares que, se comparados aos demais atores são recursos assimétricos. No entanto, não se exclui a possibilidade de atuação de potências regionais, bem como assegurar o mínimo de legitimidade para as ações da superpotência. Cf. HUNTINGTON, Samuel. The lonely Superpower. *Foreign Affairs*, mar/abr 1999.

⁶ Sebastião Velasco e Cruz atribui a um novo contexto pós-bloco soviético com uma perspectiva de mudança: “Com o fim do conflito entre blocos, o espectro da guerra atômica parecia finalmente afastado. E, com a predominância do consenso em torno de modelos de sociedade (economia de mercado e democracia liberal) e de valores fundamentais (direitos humanos), o mundo parecia estar ingressando em uma era radiante de paz e

Enquanto a nova “geopolítica das nações”⁷ ganhava outros contornos sob diferentes alicerces para um equilíbrio de poder mais equânime, inúmeros debates sobre qual seria o novo papel dos Estados Unidos no sistema internacional ganhavam uma importância para a construção dos contornos da política estadunidense: o primeiro debate – o **debate interno** – partia principalmente da pressão dentro dos Estados Unidos, exercida sobretudo por *policy makers* e *think tanks*, aos órgãos governamentais a respeito do projeto do novo papel da política do país em proporcionar o acúmulo de poder e adquirir legitimidade para reconstruir a ordem internacional. Esse debate nasce ainda no período da Guerra Fria, período em que esses *policy makers* e *think tanks* já pensavam em um rearranjo de poder favorável à nação estadunidense. Uma das discussões mais evidentes dentro desse debate girava em torno da *política de segurança dos Estados Unidos*, ao passo que as transformações no imediato pós-Guerra Fria culminavam na expectativa de que a potência assumisse seu real poder de dissuasão sobre os demais atores estatais por meio da manutenção de seu poderio militar. Assim, esses atores debatiam o aumento ou não do gasto bélico e a disseminação de bases militares ao redor do mundo. Afinal, a configuração da política estadunidense, sobretudo por sua supremacia militar, associada ao novo contexto internacional, permitiria se desdobrar em uma dessas formas de poder.

A partir do debate interno e das novas políticas dos Estados Unidos, foi proporcionada outra discussão – o **debate externo** – constituído pela crítica incisiva quanto à incorporação das recomendações que o debate interno produziu e, conseqüentemente, da atuação da política de segurança estadunidense por meio da incorporação dessas propostas, que se pautou na militarização, potencializada principalmente no pós 11 de setembro de 2001. Tal política contundente alimentou a crítica que surgiu no começo do século XXI, de que esse processo de militarização era, na verdade, uma consecução de um novo modelo de ordem internacional

prosperidade”. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. *Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional*. *Lua Nova*, nº 58, 2003, p. 169.

⁷ Sobre o retorno da “geopolítica das nações”, Fiori já aponta na introdução de seu livro que “o projeto imperial norte-americano enfrenta dificuldades crescentes, os Estados Unidos perderam capacidade de intervenção unilateral, e assiste a um “retorno da geopolítica das nações”, com corrida armamentista, políticas nacionalistas e disputas hegemônicas em quase todas as regiões geopolíticas do globo” FIORI, José Luis. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

baseado na unipolaridade dos Estados Unidos no sistema internacional. Nesse sentido, uma dessas críticas dirigia-se justamente à suposta conformação de uma nova forma de poder, baseada nos preceitos unipolares e agressivos da política externa dos Estados Unidos. Importante ressaltar que algumas dessas críticas que surgiram nesse debate externo denominavam o poderio dos Estados Unidos como um “Novo Imperialismo”, forma de poder calcada na incorporação de muitas premissas que o debate interno havia proposto.

É sob a divergência entre ambas as visões – interna e externa – e, paradoxalmente a influência das mesmas na consecução da política dos Estados Unidos que um novo projeto estaria sendo constituído para a política externa estadunidense, principalmente no que se refere à atuação da política de segurança no sistema internacional. Como as críticas que mais repercutiam na formulação interna da política de segurança dos Estados Unidos partiam das proposições dos *policy makers*, estes se organizaram em diversos *think tanks* para exercerem uma influência mais visível e notória na administração federal. Suas principais vertentes ideológicas provinham de uma corrente auto-denominada neoconservadora (ou *neocons*) – uma nova roupagem do conservadorismo estadunidense da década de 1950–, que apontava para a severa fragilidade das políticas dos Estados Unidos implementadas a partir do final da Guerra Fria em meados dos anos 1990, na então administração do presidente democrata William Jefferson Clinton (Bill Clinton).

Segundo os *neocons*, a diminuição abrupta dos gastos militares nacionais a partir desse período refletia em um novo modelo da política de segurança, que não contemplava o real papel dos Estados Unidos – *hegemonia* do sistema internacional. Ela refletia, ao contrário, a debilidade administrativa perante os problemas já existentes no mundo, o que poderia culminar na provável perda do poder já consubstanciado pelos Estados Unidos por conta da redução de tais gastos. Assim, o argumento neoconservador apontava que a estratégia da superpotência não estava fragilizada apenas em seus contornos tático-militares, mas em um problema político: a redução dos gastos militares impossibilitava a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos no mundo.

Foi no final da década de 1990 e do início dos anos 2000 que o debate interno ganhou força, à luz da conjuntura internacional, sobretudo após os atentados de 11 de setembro de

2001 contra os Estados Unidos. Isso porque a transição governamental da administração de Bill Clinton para a de George W. Bush permitiu o acesso daqueles mesmos *policy makers* em cargos estratégicos no governo federal, provocando uma mudança na conduta de política externa da nação estadunidense, especialmente em sua política de segurança que, segundo tal visão, era o que poderia proporcionar o enfraquecimento dos Estados Unidos no mundo. Nesse sentido, a única saída era manter sólidas as relações Norte-Norte, ao passo que tal eixo foi historicamente fortalecendo as relações no escopo político, econômico e militar. Aliás, do ponto de vista militar, os países europeus construíram historicamente uma aliança com os Estados Unidos, ao firmar já em 1949 uma das alianças militares mais sólidas do sistema internacional, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN.

A OTAN era considerada uma das plataformas estratégicas mais eficazes na disseminação do poder dos Estados Unidos ao resto do mundo, sobretudo no confronto ao poder soviético. No contexto do fim da Guerra Fria, muito se questionou sobre a necessidade de permanência da referida organização como um veículo de influência no eixo transatlântico, uma vez que a ameaça soviética no continente europeu havia sido praticamente neutralizada. Desse modo, manter o dispêndio bélico pelos membros OTAN no novo século poderia ser considerado um gasto desnecessário sob o ponto de vista estratégico dos Estados Unidos, pois a grande estratégia da política estadunidense era assegurar sua hegemonia em outras partes do mundo, como Oriente Médio e Ásia, ao passo que a Europa, um continente historicamente aliado, não exerceria ameaça aos interesses da superpotência, e justamente por isso não mais constituía o palco principal do xadrez global, como no período da Guerra Fria.

No entanto, para muitas críticas que surgiram, assegurar o papel decisivo dos Estados Unidos para a manutenção de seu poder global passava pela estratégia de reorganizar uma estrutura de segurança baseada nos preceitos da hegemonia estadunidense, o que fez com que estes atores atribuíssem uma importância ainda mais fundamental para a conservação da OTAN também no pós-Guerra Fria. Com políticas cada vez mais unilaterais por parte dos Estados Unidos, as relações transatlânticas, que historicamente tinham sido caracterizadas por uma distribuição de poder mais equilibrada, foram sendo alteradas para uma assimetria crescente.

Dessa forma, a recomendação do debate interno para os Estados Unidos era permanecer sob o *status* do grande provedor da segurança mundial, assegurando a estabilidade de seu poderio no continente europeu, porém de uma forma peculiar: apesar da recuperação econômica e militar da Europa, o abismo entre os poderes se acentuou, bem como a justificativa para que esse descompasso de poder fosse legitimado como a única forma de prover segurança para os Estados aliados à OTAN que compartilhavam dos “*valores democráticos e liberais*”, e intitulados a partir de então como valores ocidentais universalizantes⁸, ao preconizar que:

“as sementes dessa ordem liberal supostamente estariam contidas no ventre da própria aliança da OTAN: os poderes da OTAN afirmavam que sua aliança era baseada não na política do poder, mas precisamente no que as escolas de pensamento liberais contemporâneas sobre relações internacionais reivindicavam: os sistemas democráticos internos e os valores liberais e democráticos compartilhados dos países ocidentais. (...) Estes eram os princípios declaratórios dos poderes da OTAN durante a década de 1990. E, na verdade, são estes os seus princípios declarados hoje.”⁹

Destarte, a discussão sobre a manutenção da OTAN, bem como sobre os fatores que pudessem contribuir com o enfraquecimento do poder e dos valores primordiais para a nova ordem global organizada pelos Estados Unidos no sistema internacional, traduzia-se em uma pressão para a ampliação do perímetro de segurança deste país e, conseqüentemente, para seus aliados e membros signatários da organização militar. A partir dessas circunstâncias, em que os Estados Unidos tornam-se os únicos detentores da denominação “superpotência global”, é que o debate a respeito de qual seria o seu papel no mundo retorna com maior intensidade, assentado, no entanto, sobre novas bases.

À luz do cenário que se criou a partir das diferentes formulações políticas dos Estados Unidos, este capítulo tem por objetivo primordial apontar o início do debate que reacende a

⁸ O autor Peter Gowan utiliza a expressão “valores democráticos e liberais” que eram características recomendadas pelas potências da Europa e dos Estados Unidos em diferentes escopos: democracia política, liberdade de expressão, liberalismo econômico, entre outros. Todos esses valores, sumariamente ideológicos, compunham em sua totalidade o repúdio dos valores comunistas, oriundos da Guerra Fria. A partir de então, tais valores foram internalizados nas sociedades ocidentais como forma de determinar o “melhor” modelo a ser seguido pelo mundo. Cf. GOWAN, Peter. *A roleta global: Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003

⁹ *Ibidem*, p. 411.

partir do final da década de 1990 e, sobretudo, no começo da década de 2000 sob um novo contorno para a percepção do reordenamento aparentemente unipolar em que os Estados Unidos tomavam para si a liderança e primazia no sistema internacional; essa reconfiguração, portanto, será enfatizada segundo a percepção da crítica de um ator doméstico relevante – os *think tanks* neoconservadores. Como a lista desses centros de formulação de política é muito extensa, priorizou-se o estudo de um dos maiores think tanks da década de 90 – o PNAC (*The Project for New American Century*). Para tanto, ascensão dos *policy makers* neoconservadores à arena decisória da política de segurança dos Estados Unidos é analisada sob alguns aspectos estratégicos que contribuíram para a concretização das políticas neoconservadoras tanto domésticas nos Estados Unidos, quanto internacionais, como foi o caso da manutenção da OTAN. Ademais, será traçada um estudo no qual a transição do período bipolar para uma nova ordem, supostamente multipolar ou unimultipolar (pelo fato de haver apenas uma superpotência no sistema internacional com poderes incomparáveis aos demais) traduziu-se em um novo papel militarista desempenhado pelos Estados Unidos, alimentando o debate nos dois níveis – interno e externo.

1.1 O advento da unipolaridade e a política de segurança dos Estados Unidos para a OTAN

É sob o escopo da transição de ordenamento de poder a que a política de segurança dos Estados Unidos pode ressaltar a manutenção da OTAN como ferramental estratégico à hegemonia estadunidense, uma vez que o fim da disputa de poder entre as potências americana e soviética consolida uma passagem para a unipolaridade. Essa concepção de que não haveria mais nenhum adversário capaz de atuar como uma ameaça favorecia a disseminação das idéias de uma ordem quase que hierárquica, tendo os Estados Unidos como os únicos guardiões de uma supremacia política, econômica e militar no nível global.

As principais percepções sobre o ordenamento de poder ao final da década de 1990 partem de uma publicação de Charles Krauthammer em 1991, em um famoso artigo intitulado

“*The Unipolar Moment*” na revista acadêmica *Foreign Affairs*¹⁰. Suas idéias influenciaram substancialmente as opiniões críticas por todo o mundo, inclusive no próprio governo estadunidense na época. Tais considerações que Krauthammer construiu em seu artigo indicavam três premissas consideradas por ele errôneas nas quais o mundo apostou após sua reconfiguração na década de 1990: a primeira, que o sistema internacional no imediatamente pós - Guerra Fria se tornaria multipolar; a segunda, que haveria um consenso interno nos Estados Unidos de que sua política externa penderia mais para o internacionalismo; e a terceira consistia na diminuição das ameaças que os atores estatais sofreriam.

Embora nenhuma dessas tendências, exceto pelo internacionalismo na política externa, tenham sido factuais¹¹, ao menos no início da década de 1990 havia uma expectativa positiva sobre a estabilidade mundial, ainda que os resquícios das ameaças da Guerra Fria ecoassem como uma possibilidade de ameaça aos atores estatais. Desse modo, os Estados Unidos ainda tinham um papel a cumprir: “*american preeminence is based on the fact that it is the only country with the military, diplomatic, political, and economic assets to be a decisive player in any conflict in whatever part of the world it chooses involve itself*”¹².

A quantidade de poder alcançada pelos Estados Unidos garantia aos mesmos que as ameaças contra sua nação seriam diminuídas por conta de sua primazia sobre os demais atores. Originar-se-ia um momento peculiar, no qual as forças dos demais atores não seriam comparáveis ao poder que a nação estadunidense havia conquistado. Mesmo assim, as expectativas eram de que as demais potências seriam responsáveis por uma parcela de composição à ordem internacional, tornando-se, conseqüentemente, importante no desenho geopolítico desta mesma ordem, que tenderia cada vez mais à afirmação ao multilateralismo. No entanto, o próprio Krauthammer confessa que essa pretensão não caminhava em tons

¹⁰ KRAUTHAMMER, Charles *The Unipolar Moment*. *Foreign Affairs* v. 70 no. 1, 1991

¹¹ Krauthammer revisita em 2002/2003 seu polêmico artigo “*The Unipolar Moment*” e o publica uma década depois na revista *The National Interest* cujo título era “*The Unipolar Moment Revisited*” um novo artigo reavaliando as principais tendências que apontara na década de 90 as quais admitiu que houvesse algumas imprecisões em seus cenários. Cf. KRAUTHAMMER, Charles “*The Unipolar Moment Revisited*”, *The National Interest*, nº70 5-17 2002/2003.

¹² “A primazia americana é baseada no fato de que é o único país com ativos militar, diplomático, político e econômico a ser um jogador decisivo em qualquer conflito em qualquer parte do mundo que opta por envolver-se”. [Tradução nossa]. *Ibidem*, p. 24

harmônicos e compassados para todos os atores estatais, uma vez que a existência do multilateralismo “puro” não se sustenta, pois, segundo o autor, o que existia na década de 1990 era um pseudo-multilateralismo nos seguintes termos: “*a dominant great power acts essentially alone, but, embarrassed at the idea and still worshipping at the shrine of collective security, recruits a ship here, a brigade there, and blessings all around to give its unilateral actions a multilateral sheen*”.¹³

Esse pseudo-multilateralismo, portanto, era um dos artifícios benéficos à postura dos Estados Unidos na época. Isto porque a superpotência não precisaria explicitar sua postura perante o mundo, isto é, legitimar suas ações, uma vez que as demais potências tinham conhecimento de suas reais posições de poder e, conseqüentemente, suas limitações de contestar a ordem hegemônica traçada no período pelos Estados Unidos. Assim, o sistema internacional na década de 1990 permaneceria sob a base da preponderância estadunidense, denominada de *liderança global*. Ao final da década, no entanto, novamente havia uma percepção diferente sobre a conduta do poder global das grandes potências; não mais de expectativas positivas para o novo século, mas da perpetuação da ameaça dos valores democráticos e liberais, atribuindo aos Estados Unidos um caráter “missionário” - segundo a própria visão da política estadunidense. Nesse período os conflitos étnicos, nacionalistas e religiosos dos países periféricos eclodiam em várias partes do mundo, principalmente pelos conflitos étnicos que se alastravam em parte da Europa, no Oriente Médio e no sudeste asiático. Para a determinação das políticas, este fato seria o condicionante para que os Estados, em destaque para os Estados Unidos, pudessem intervir militarmente por meio de instituições multilaterais (como a ONU), em conflitos que surgiam nessa década. Tal cenário apontava para uma nova postura na política internacional dos Estados Unidos, preocupando-se com sua condição de superpotência global e com a proteção de seus valores democráticos e liberais e de países-aliados da OTAN.

Dentro desse contexto, é imperativo analisar a postura dos Estados ao versarem sua política de segurança na nova ordem global. Ao tratarem de suas questões de segurança e suas

¹³ “Uma grande potência dominante age essencialmente sozinha, mas, envergonhada com a idéia, continua adorando o santuário de segurança coletiva, recruta um navio aqui, uma brigada lá, e bênçãos para todos com as suas ações unilaterais umas aparências multilaterais” [Tradução nossa]. *Ibidem*, p. 25

buscas pela conquista e manutenção de poder, sobretudo após o colapso do modelo bipolar, a crítica que emergia baseava-se no questionamento em relação ao viés militarista de tais políticas. Tal discussão parecia paradoxal, uma vez que essa questão era aparentemente secundária, pois o risco de uma ameaça iminente seria baixo, tornando-se assim incoerente as potências manterem os altos gastos em armamentos. E de fato, houve um recrudescimento médio na década de 1990 no que concerne ao dispêndio em material bélico pelas grandes potências¹⁴. No entanto, a tendência de uma desmilitarização mundial foi desmentida por um novo aumento na produção e comercialização militar a partir dos anos 2000.

Diante de possíveis ameaças e ao mesmo tempo de novas expectativas, a política que os Estados Unidos constituíram se relacionava à manutenção de sua segurança tanto interna quanto externa; na capacidade de intervenção em conflitos para fins pacíficos; na preocupação para a expansão das democracias e do livre mercado e também na conservação de acordos e alianças, sobretudo militares, tais como a OTAN. O documento “Segurança Estratégica Nacional dos Estados Unidos da América”, datado de 1996¹⁵, apontava para a mudança na percepção de segurança estadunidense, uma vez que os perigos se tornaram mais diversos. Ao mesmo tempo, uma incorporação mais ampla nos temas de segurança surge com maior intensidade no documento, ratificado depois nas medidas políticas implantadas no globo, tais como a busca de expansão das democracias e do livre mercado. Tornava-se, pois, uma medida securitária e de bem-estar da população estadunidense. Segundo ainda o documento estratégico, “*secure nations are more likely to support free trade and maintain democratic structures*”¹⁶ Dessa maneira, o foco da política de segurança estadunidense era manter e expandir as estruturas que os mesmos consideravam necessárias para a paz e a nova ordem que se desenhava nessa década.

Havia também a necessidade de se manter certas estruturas militares, tais como a relação com os aliados europeus por meio da OTAN. Assim sendo, o documento de segurança de tal época propunha defender o alargamento da aliança transatlântica por conta das forças de

¹⁴ Essa questão será abordada na seção subsequente do capítulo primeiro.

¹⁵ WHITE HOUSE. A National Strategy of Engagement and Enlargement. Fevereiro 1996.

¹⁶ “Nações seguras são mais propensas a apoiar o livre comércio e manter estruturas democráticas” [Tradução nossa] Ibidem.

operação de paz, sendo que uma das estratégias concernia a assegurar as alianças regionais. Tal finalidade se baseava em algumas importantes razões, como a contenção daqueles conflitos regionais mencionados anteriormente. Para manter a segurança nacional, *“the administration’s defense strategy, which requires U.S. forces to be able to deter and, IF, necessary, defeat aggression in concert with regional allies in two nearly simultaneous major regional conflicts, has proved realistic”*¹⁷. Por isso que assegurar uma ordem que era favorável à liderança dos Estados Unidos e simultaneamente manter suas alianças estratégicas era uma questão intrínseca a respeito da política de segurança estadunidense.

Essa estratégia tanto era importante que sucessivas ampliações da OTAN foram existindo para ampliar o modelo político-democrático em outros lugares do globo, bem como para assegurar os ganhos econômicos de mercado desses novos membros aos Estados Unidos e também membros europeus que participavam da OTAN. Como a estratégia era indicada no documento de Segurança Nacional,

We contributed a substantial share of NATO-led peace implementation force to help implement the military aspects of the peace agreement and create the conditions for peace to take hold.

At President Clinton’s initiative, a NATO Summit in January 1994 approved the Partnership for Peace (PFP) program and initiated a process that will lead to NATO’s gradual enlargement to ensure that the alliance is prepared to meet the European and transatlantic security challenges of this era, and to provide the security relationships that will buttress the underpinnings for the democratic and market economic gains in Europe since 1989.¹⁸

A ênfase nas alianças com os Estados Unidos, sobretudo com os parceiros mais próximos, fez com que esse acordo militar perdurasse. Mais do que sua manutenção de

¹⁷ “A administração da estratégia da defesa, que exige dos EUA força para ser capaz de dissuadir e, se necessário, derrotar uma agressão em acordo com os aliados regionais em quase dois simultâneos grandes conflitos regionais, revelou-se realista”. [Tradução nossa] Ibidem.

¹⁸ “Nós enviamos uma parte substancial da OTAN lideradas pela Força de Implementação de Paz para ajudar a programar os aspectos militares do acordo de paz e criar as condições para levar a paz para tomar posse. Por iniciativa do Presidente Clinton, uma Cimeira da OTAN, em Janeiro de 1994 aprovou a Parceria para a Paz (PFP) programa e iniciou um processo que vai levar ao alargamento progressivo da OTAN, para assegurar que a Aliança esteja preparada para cumprir os desafios de segurança europeus e transatlânticos desta época, e para fornecer a segurança relações que vai escoar as subjacências a democracia e os ganhos econômicos do mercado na Europa desde 1989”. [Tradução Nossa] Idem

discurso apenas, era uma condição político-estratégica. Isto porque a OTAN, em sua reestruturação do pós - Guerra Fria, focou-se em cinco pilares:

1. Diálogo e cooperação no escopo de segurança;
2. Operações de paz;
3. Reestruturação no que tange à defesa dos Estados;
4. Preparação a possíveis catástrofes;
5. Cooperação científica e tecnológica¹⁹.

Tais escopos de atuação da OTAN foram priorizados a partir da tentativa de se consolidar uma segurança coletiva que envolvesse a participação e cooperação ativa entre os países europeus e a nação estadunidense. Segundo o relatório “Segurança através da Parceria de 2005” da OTAN,

A essência da parceria e da cooperação ao nível multinacional consiste em consultas regulares e em atividades de cooperação, concebidas para fomentar a transparência e a confiança em toda a área euro-atlântica. Ao nível bilateral, procura desenvolver uma relação de trabalho eficaz entre cada um dos países Parceiros e a OTAN, à medida das suas necessidades e circunstâncias específicas.²⁰

Tanto as seguranças nacionais e internacionais dessas potências aliadas se tornavam ainda mais amplas. Para os Estados Unidos, conceber a segurança nesses dois níveis era ampliar o escopo de sua atuação ambivalente, ora unilateral, ora por meio de alianças, dependendo do contexto estratégico em que se encontrava sua política de segurança. Para tanto, era necessário contemplar os interesses tanto dos aliados quanto dos parceiros²¹ da organização transatlântica para que o projeto de perpetuação da OTAN pudesse ser concretizado. No entanto, tal projeto poderia soar como uma incompatibilidade com o período que se vivia, uma vez que em meados da década de 1990, uma aliança militar para combater a ameaça soviética não seria mais legitimada. É nesse ínterim, somadas às condições históricas

¹⁹ OTAN. Segurança através da parceria. NATO Public Diplomacy Division, Bruxelas, Bélgica, 2005.

²⁰ Idem

²¹ Deve-se estabelecer uma distinção entre *aliados* e *parceiros*. Os primeiros são os Estados membros constituintes, enquanto que os segundos representam uma atuação esporádica no apoio efetivo à OTAN.

de reordenamento das estruturas de poder, que novas formas de conduzir a política dos Estados Unidos são propostas, dentre elas a dos neoconservadores *policy makers*; proposta essa que incorporaria mais tarde sua percepção de qual seria o papel dos Estados Unidos no mundo, traduzido em políticas de segurança com contornos bem específicos de manutenção da militarização dos Estados Unidos, isto é, o aumento de instalações de bases militares ao redor do mundo para a preservação de sua hegemonia global.

Todos esses fatores poderiam endossar a transição do momento unipolar para o constructo unimultipolar sob a regência dos Estados Unidos, tal como projetado no início da década de 1990. O projeto unimultipolar, no entanto, fora perdendo adesão pelos próprios Estados Unidos para uma interpretação mais assídua sobre sua supremacia de poder – garantia de sua hegemonia pela política de segurança estratégica em manter aliados, como no caso da OTAN e pelo aumento substantivo dos gastos militares. Assim, parte da fragilização da unimultipolaridade foi revelada pela crescente militarização mundial, puxada pela superpotência. A unimultipolaridade, portanto, cedeu espaço cada vez mais para o projeto unilateral, sobretudo na competitividade das demais potências no quesito militar, entre as quais se verificava um abismo entre poderes, inclusive no que diz respeito aos Estados membros da OTAN.

1.2 A política de segurança dos EUA para a Europa diante do alargamento da OTAN: abismo entre os poderes

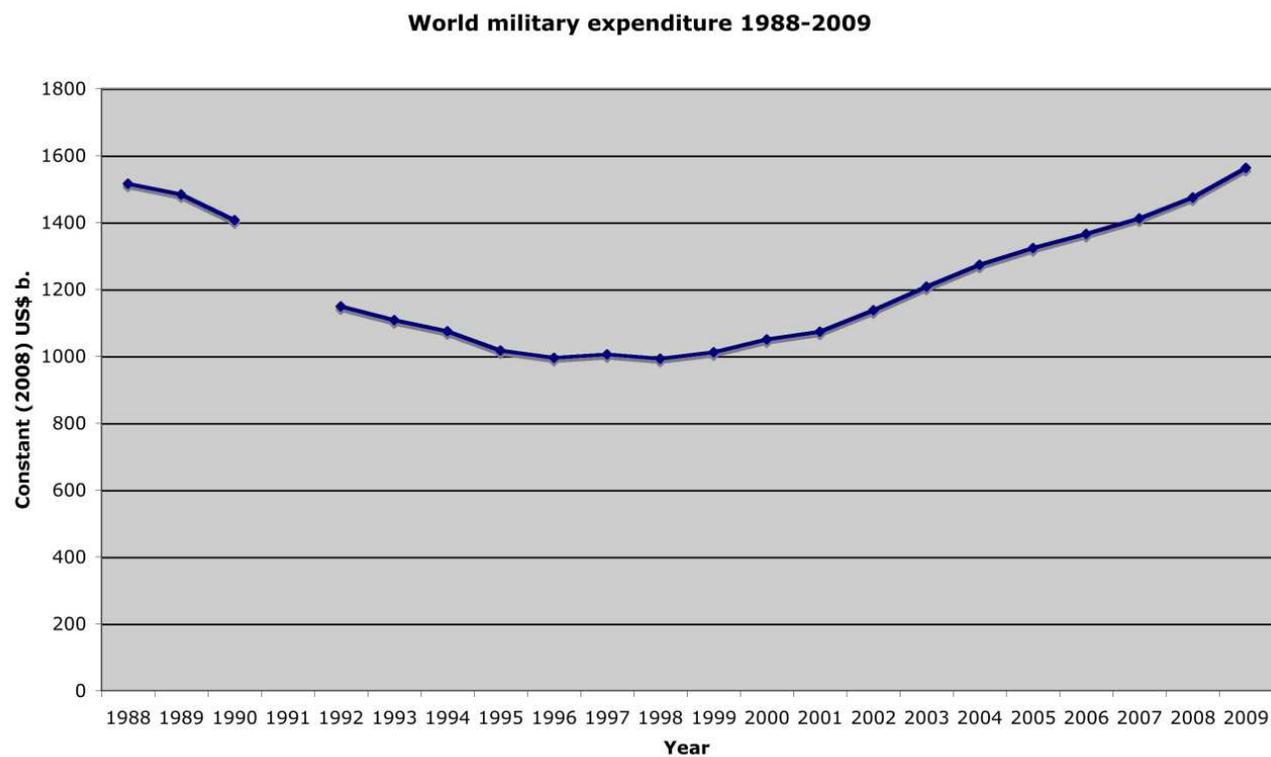
A percepção de que o cenário internacional se reconstruía a partir de novas perspectivas reacendeu o questionamento da política externa estadunidense para garantir os interesses da superpotência. A primeira dessas perspectivas concerne à esfera militar, a qual houve a diminuição dos gastos militares em grandes proporções, uma vez que a corrida armamentista, decorrida da Guerra Fria, fora substituída paulatinamente por uma redução do dispêndio bélico especialmente das grandes potências; daí sua aparente “incoerência” em

manter altos níveis de armamentos bélicos pesados²². No caso da então ex-União Soviética, esses gastos foram reduzidos abruptamente. Já em relação aos Estados Unidos, tal gasto foi reduzido, mas obedecendo as proporções dos gastos das grandes potências. Segundo os dados do SIPRI – *Stockholm International Peace Research Institute*²³ –, o nível de gasto militar global sofreu mudanças ao longo dos anos, sobretudo na década de 90. A tendência dos gastos a partir de 1991 era se reduzir, pelos motivos já apontados anteriormente. Estes dados, no entanto, *se referem à proporção mundial*, onde os Estados Unidos possuíam a maior fatia dessa porcentagem, como é possível discriminar nos gráficos que seguem:

²² Tal afirmação não exclui, no entanto, o montante físico de armas; apenas se investia proporcionalmente menor do que se comparado ao período da Guerra Fria.

²³ Cf. SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>

Gráfico 1: Gastos Militares Globais (1988-2009)

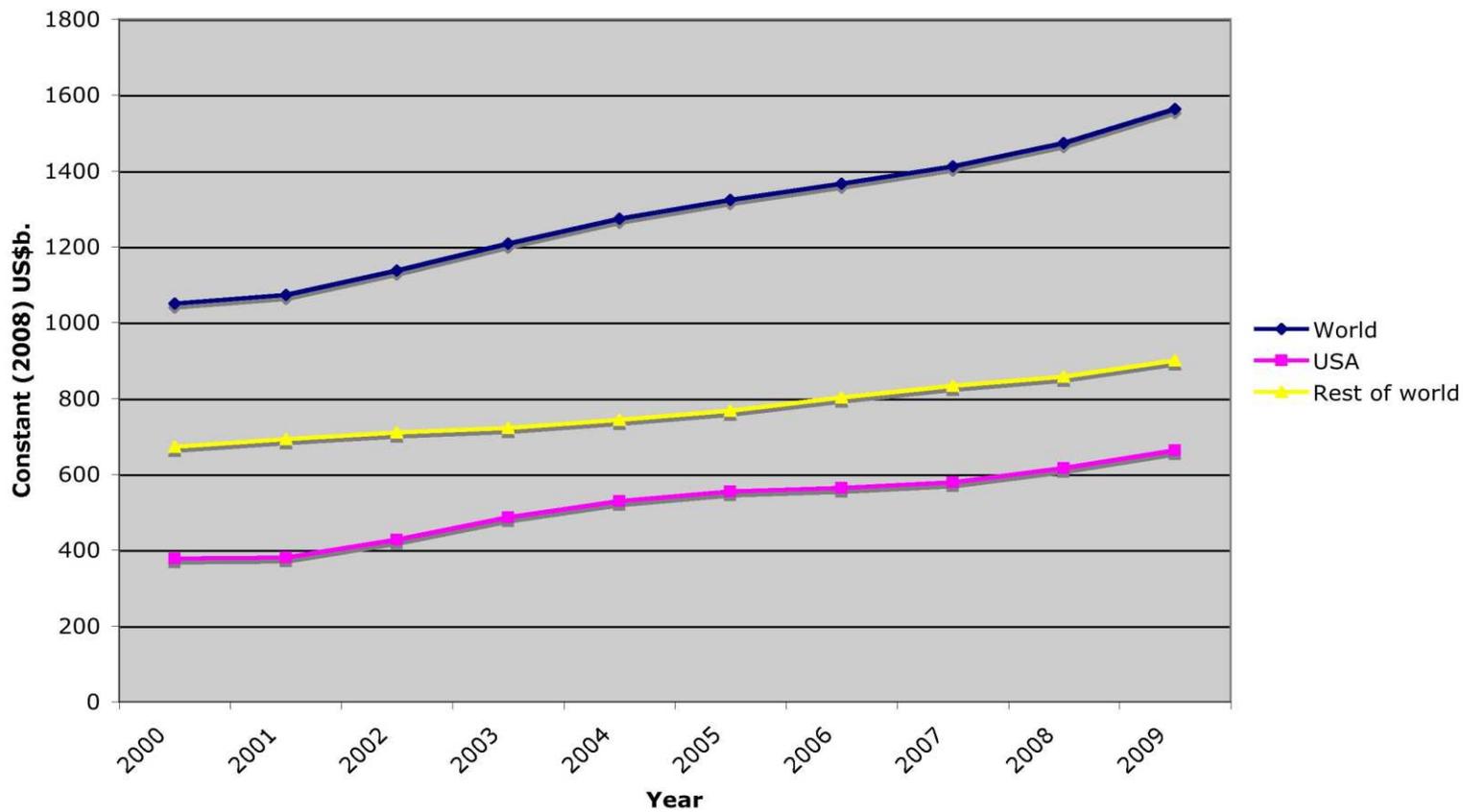


Fonte: SIPRI Yearbook 2009; SIPRI Military Expenditure Database²⁴

²⁴ Observação: Os dados referentes ao período de 1990 a 1992 não foram divulgados pelo SIPRI, que alegou não dispor de informações confiáveis de todos os países, sobretudo da União Soviética, para a compilação de uma análise no que tange a esta variável.

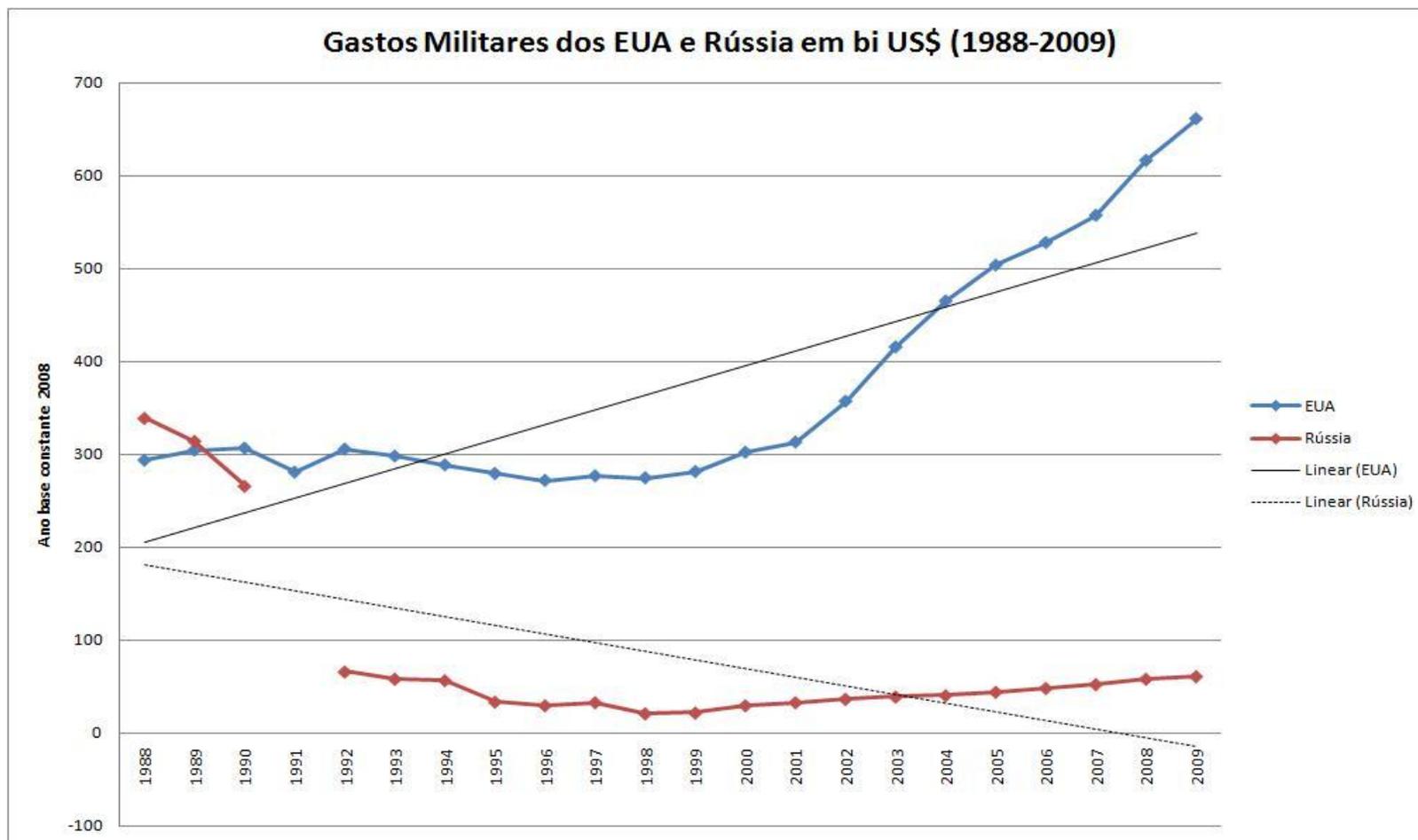
Gráfico 2: Gastos Militares Mundo X Estados Unidos (2000 – 2009)

World & USA military spending 2000-2009



Fonte: SIPRI Yearbook 2010

Gráfico 3: Gastos Militares EUA e Rússia (1988-2009)



Fonte: SIPRI Yearbook 2009; SIPRI Military Expenditure Database

Nota: 1. Os dados referentes à Rússia são estimativas do SIPRI; 2. Em 1991 o SIPRI não divulgou os dados.

Tabela 1: Gastos Militares Globais e Regionais 1988-2009 (em US\$ bi)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
World total	1515	1484	1407	..	1149	1107	1074	1017	995	1006	993	1011	1050	1073	1137	1208	1273	1323	1365	1412	1474	1563
<i>Geographical regions</i>																						
Africa	14.0	(14.3)	14.7	13.1	12.1	14.3	13.7	12.8	12.4	13.0	13.8	19.1	17.1	17.6	18.6	18.5	20.8	21.6	22.6	(23.6)	(26.1)	(27.7)
<i>North Africa</i>	(3.5)	(3.6)	(3.6)	(3.7)	(4.1)	(4.3)	(4.7)	(4.5)	4.7	5.2	5.4	5.0	5.1	6.5	6.5	6.8	7.4	7.7	7.7	8.3	9.8	(10.5)
<i>Sub-Saharan Afr</i>	10.5	(10.7)	11.1	9.4	8.0	9.9	(9.0)	8.3	7.7	7.8	8.3	14.0	12.0	11.1	12.1	11.7	13.4	14.0	14.9	(15.3)	(16.4)	(17.1)
Americas	586	580	550	483	509	490	464	446	421	420	412	414	432	439	485	541	587	617	630	649	690	743
<i>North America</i>	552	546	523	460	485	460	433	409	387	384	376	377	391	394	441	500	545	571	580	596	635	684
<i>Central America</i>	3.2	3.4	3.4	3.6	4.0	4.1	4.9	4.2	4.4	4.5	4.5	4.7	4.9	4.9	4.7	4.6	4.3	4.6	5.0	5.6	5.6	6.2
<i>South America</i>	(31.0)	(30.4)	(23.8)	19.5	20.4	25.3	26.6	32.1	30.3	32.2	32.1	32.3	35.6	39.1	39.1	35.7	37.9	41.4	45.2	46.8	49.2	53.0
Asia and Oce	(120)	125	129	132	139	143	143	146	151	154	156	161	165	175	183	192	202	212	224	239	252	275
<i>Central Asia</i>	xxx	xxx	xxx	xxx	..	(1.0)	0.7	0.7	0.7	0.8	0.8	0.7	(0.8)	(0.9)	(1.0)	(1.1)	(1.2)	(1.5)	(1.6)	(2.2)	(2.2)	..
<i>East Asia</i>	(88.2)	92.3	96.6	99.7	106	107	108	110	115	116	117	118	121	130	137	145	151	158	168	181	190	207
<i>South Asia</i>	18.4	19.3	19.4	18.9	18.6	20.4	20.6	21.7	21.9	23.3	24.1	27.0	28.1	29.0	29.0	29.7	33.8	35.4	35.9	36.5	39.8	44.1
<i>Oceania</i>	13.2	13.0	12.9	13.0	13.3	13.7	13.9	13.5	13.3	13.5	14.1	14.8	14.7	15.3	15.8	16.3	16.9	17.5	18.5	19.5	20.0	21.6
Europe	744	716	644	..	427	404	397	361	359	362	350	356	367	368	381	385	387	389	397	403	413	424
<i>Western Europe</i>	344	345	348	345	333	322	314	301	304	303	304	310	312	310	318	319	319	315	317	316	319	328
<i>Eastern Europe</i>	339	314	266	..	67.6	60.0	60.1	36.8	32.7	36.6	24.1	24.7	33.1	36.1	40.0	42.8	44.8	49.6	55.3	61.0	67.1	68.8
<i>Central Europe</i>	60.7	..	30.5	22.6	26.4	21.9	22.9	22.9	22.4	23.0	22.1	21.5	21.7	22.4	22.9	23.5	23.5	24.4	24.8	26.1	26.8	26.8
Middle East	(51.6)	(49.3)	(69.4)	(78.5)	(61.8)	(56.8)	(55.7)	(51.8)	(51.4)	56.1	60.8	60.7	69.8	73.1	69.3	71.2	76.0	83.5	91.5	96.8	(92.9)	(94.1)

Fonte: SIPRI Military Expenditure – World and Regional Military Expenditure (1989-2009), 2010²⁵

²⁵ Legenda: Os números estão em \$ bilhões de dólares, valores e taxas de câmbio constantes de 2008, exceto para o último número que está em constante de 2009./ Os números incluem estimativas para alguns países, e nem sempre corresponder aos totais, porque estão arredondados./ Os números entre parênteses indicam que mais de 10% do total é composto de estimativas para os países para os quais dados estão faltando./ O símbolo ".." indica que não há dados disponíveis, ou que a estimativa é considerada incerta demais para ser confiável./ O símbolo "xxx" indica que nenhum dos países nas respectivas sub-regiões (Ásia Central) foram independentes no momento. Disponível em: < <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/resultoutput/worldreg2010>>

Por meio dos dois gráficos anteriores pode-se notar que os dispêndios militares mundiais majoritários foram das duas potências – americana e soviética – até o início da década de 90. Nos anos seguintes, diante da diminuição nos gastos bélicos dos Estados Unidos no mundo, uma árdua discussão foi promovida no âmbito de formulação política durante a administração estadunidense na década de 90. A tendência global²⁶ era que a diminuição dos gastos bélicos ocorresse de forma gradual e não abruptamente. A depressão dos investimentos a partir do fim da Guerra Fria, atingindo seu pico negativo entre 1998 e 1999 estarreceu os políticos que se opunham à diminuição dos gastos militares dos Estados Unidos. A alegação dos *policy makers* era que a potência estadunidense havia se tornado a maior detentora do poder mundial, principalmente para assegurar coexistência pacífica em torno dos demais atores diante de um novo contexto político. Nessa perspectiva, não seria coerente tornar estéreis as políticas de defesa da superpotência que se propunha a realizar tal desígnio. Em contrapartida, a contra-argumentação oficial se pautava em bases divergentes. O discurso do governo era justificado por meio do acompanhamento das novas perspectivas que se delineavam em torno de um objetivo de superação dos quarenta anos anteriores de Guerra Fria. O discurso ainda ressaltava uma crítica ao arcabouço militar proposto pelos *policy makers* que defendiam a manutenção dos gastos, na medida em que tal atitude não condizia com a realidade que se mostrava a partir da década de 1990.

Apesar das críticas opositoras à política de defesa na época, *o poderio bélico dos Estados Unidos se manteve mesmo com a diminuição dos gastos militares*. Em outras palavras, ainda que seu dispêndio militar fosse reduzido, a nação estadunidense detinha o poder majoritário se comparado aos demais atores estatais no globo. Um dos fatores primordiais para essa argumentação se refere à posse dos Estados Unidos das principais tecnologias militares, o que faz com que, tecnicamente, a eficácia de cada artefato militar seja potencializada. Já em termos políticos, a liderança tecnológica se refere à consolidação da *primazia* política dos Estados Unidos na maior parte do globo. Assim, não era a capacidade dos Estados Unidos em provocarem uma guerra ou intervir em conflitos armados em outras partes do mundo que determinava seu poder, mas sim a sua força não-passível de contestação

²⁶ Demonstrada pela linear do gráfico “Gastos Militares dos EUA (1988-2008)”

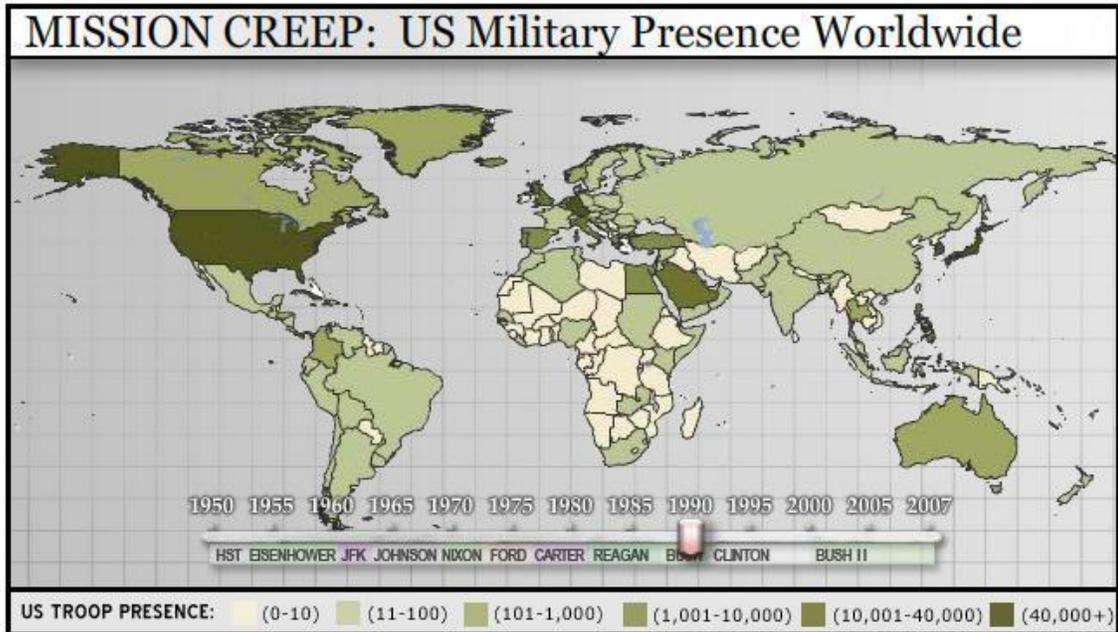
pelos outros Estados, uma vez que a posição ocupada por estes na configuração de poder no sistema internacional não lhes permitia essa possibilidade. Huntington ressalta a problemática indicando que,

É errôneo pensar que a principal razão pela qual os Estados buscam a primazia internacional consiste em capacitar-se para vencer guerras e que, portanto, se uma guerra é improvável, a primazia não é importante. Os Estados buscam a primazia para manter a sua segurança, promover seus interesses e conformar o ambiente internacional de forma a refletir os interesses e valores deles. Ela é desejável não fundamentalmente para obter vitória em uma guerra, mas para alcançar os objetivos do Estado sem recurso a ela. *A primazia é, pois, uma alternativa à guerra (...)* A primazia norte-americana não apenas serve ao seu país, mas também “ao futuro da liberdade, da democracia, de economias abertas e da ordem internacional do mundo”²⁷

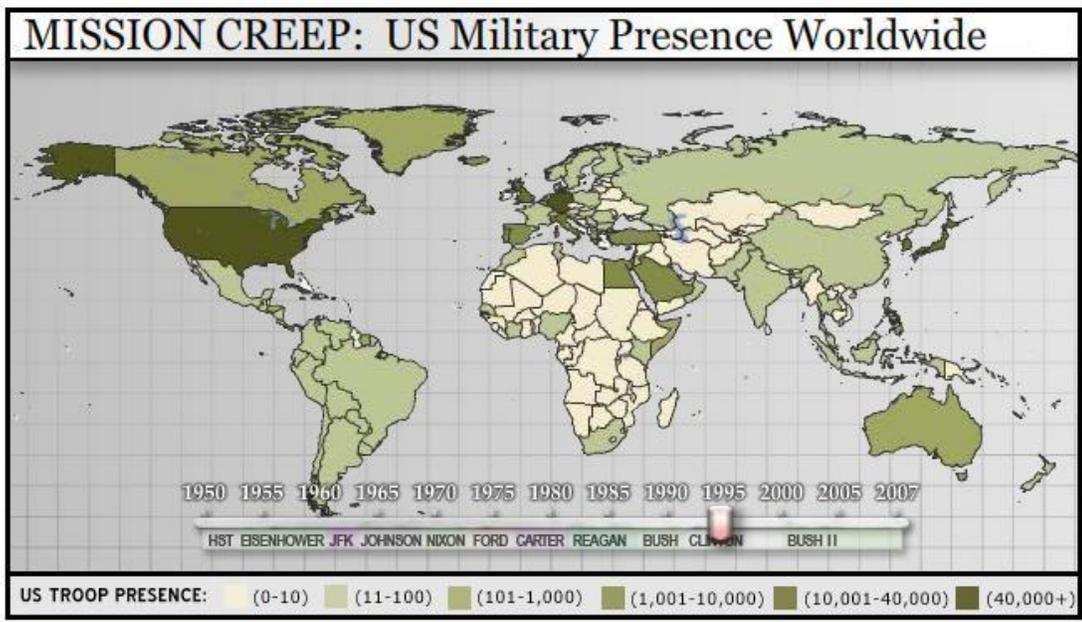
Por este motivo, a primazia a que Huntington se referia ajudou a manter a hegemonia estadunidense, por seu caráter preponderante no que se refere a sua aquisição de força em comparação aos demais Estados. O período a que se remete não era um contexto de guerras entre as principais potências e, embora houvesse uma ascensão de conflitos na periferia do sistema, a intervenção militar era “cirúrgica”, isto é, uma operação precisa em pontos estratégicos do globo. Como se percebe nos mapas a seguir, a evolução da presença de bases militares no globo foi se diversificando e se expandindo para outros locais estratégicos, com vistas à manutenção da hegemonia estadunidense durante as décadas de 1990 e 2000:

²⁷ HUNTINGTON, Samuel P., “Why international primacy matters”. *International Security*, v. 17, nº 4, 1993. *Apud.* GUIMARAES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, Dezembro 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142002000300005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 09 de abril de 2009.

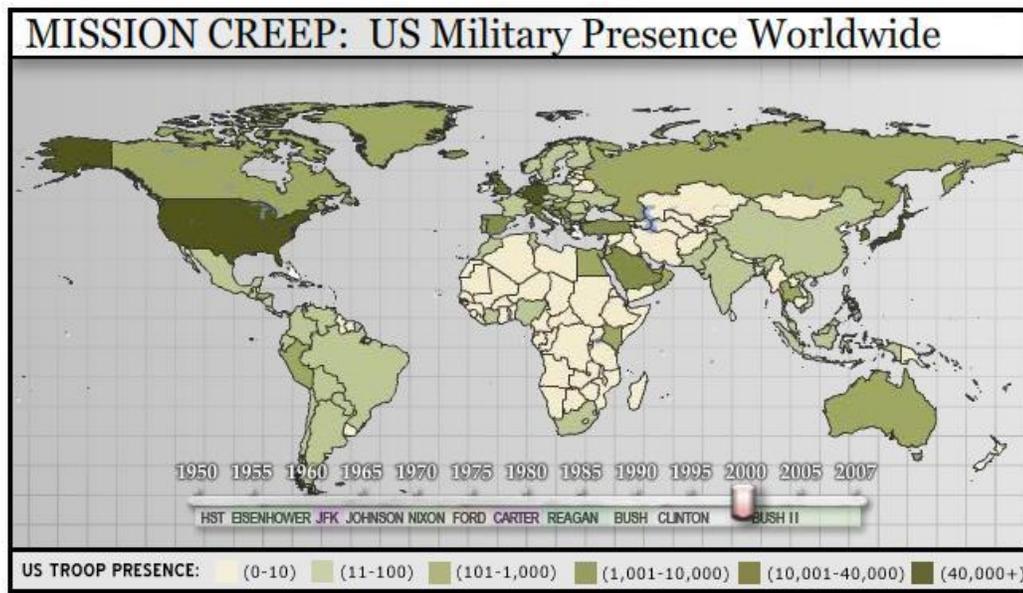
Mapa 1: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 1990



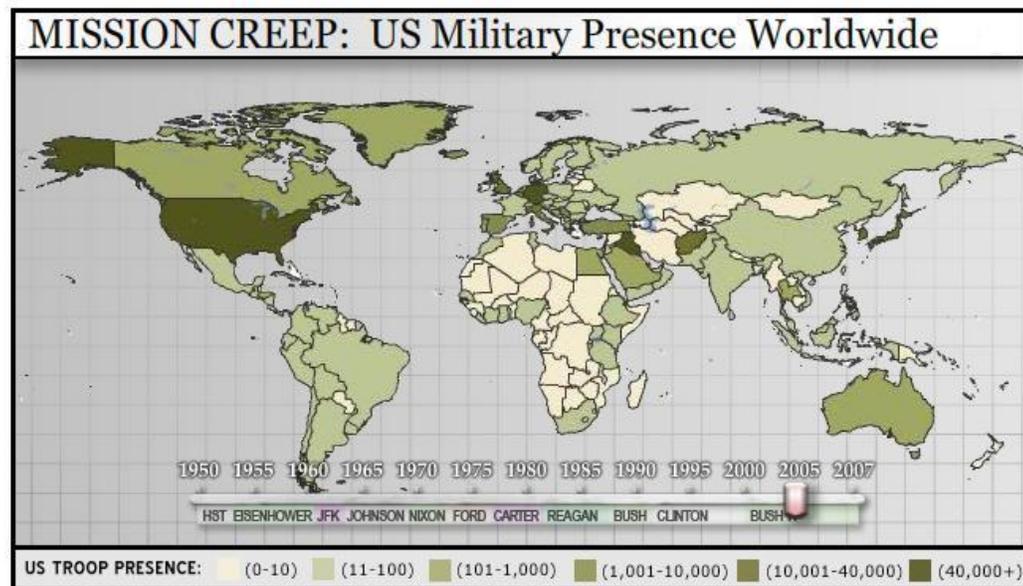
Mapa 2: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 1995



Mapa 3: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 2000



Mapa 4: Presença de Bases Militares dos Estados Unidos no globo – anos 2005



Fonte: Mission Creep–US Military Presence Worldwide. Mother Jones Military Maps. Pentágono, 2008²⁸

²⁸ Cf. Mother Jones Magazine. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/military-maps>>. Acessado em 22 de agosto de 2009.

A presença militar dos Estados Unidos em quase todos os pontos do mundo lhes permitiu exercer ainda mais sua primazia, além do fato de possuírem informações estratégicas de seus aliados políticos e militares, como os da OTAN. Tal condição permitiu criar uma oportunidade de os Estados Unidos se ocuparem em exercer sua dominância em outras instâncias de poder, como a economia, que nesta época já se configurava altamente globalizada.

Por símiles, os demais Estados – conscientes de que a nova estrutura apontava os Estados Unidos como os detentores do poder hegemônico – iniciam uma espécie de processo de cooperação multilateral, seja para reorganizar as suas estruturas nacionais voltadas para o desenvolvimento, seja para justificar a construção das relações internacionais sobre novas bases; assim, a nação estadunidense prosperava por conta dessa nova ordem mundial²⁹. Esse arranjo se estende desde a esfera econômica à esfera militar. É arquitetado, deste modo, a geopolítica que marcaria o início do século XXI: o equilíbrio de poder balizado sobre a primazia estadunidense em bases aparentemente harmônicas. O papel dos Estados Unidos passa a ser delineado em contornos mais concretos: sua função no sistema internacional era organizar as demais relações de modo a contemplar os interesses que regeriam a nova ordem internacional.

Sob este escopo, os Estados Unidos passariam a acumular diferentes funções. Apesar de não se assumirem propriamente como os guardiões mundiais, ostentavam informalmente essa postura, seja pelo seu papel para apaziguar os conflitos nos países periféricos que eclodiam, seja para atrair os capitais estrangeiros em *Wall Street*. Tal conduta fazia com que o abismo de poder favorecesse ainda mais a condição hegemônica dos Estados Unidos. No âmbito das relações interestatais, a superpotência influenciava ativamente no rumo das principais pautas da agenda dos países em sua política externa. Na Europa, esta conduta estadunidense ficou evidente. Os países europeus, sobretudo os da porção ocidental, ainda

²⁹ Tanto que nesse período de 1990 e 2000, a formação e consolidação de blocos regionais se intensificaram; as instituições supranacionais demonstravam sua força por meio da política de apaziguamento de conflitos ou pela ajuda financeira; o modelo neoliberal ingressava em países em desenvolvimento e a expansão de governos democráticos favorecia a aproximação e algumas vezes o alinhamento com os Estados Unidos.

possuíam um vínculo forte com a nação estadunidense, resquícios da articulação de alianças com o bloco capitalista durante a Guerra Fria. Tanto que sua proximidade em relação à segurança europeia (ocidental) perpetuou a OTAN, o que permitiu aos Estados Unidos ostentar algumas políticas favoráveis à perpetuação do *status quo* do sistema internacional.

Um dos primeiros fatores favoráveis se pautava na aproximação dos países europeus com os Estados Unidos, já que na década de 1990 essas nações já estavam recuperadas economicamente, impulsionadas inicialmente pelas políticas econômicas do Plano Marshall, implementadas na década de 1950. Outro fator importante foi no campo político e social, no qual a ascensão de governos preocupados com a consolidação do *Welfare State* possibilitou executarem políticas híbridas – social-democratas e liberais –, o que condicionou um diálogo mais fluente entre os países no eixo transatlântico. Tal vínculo assegurava à Europa uma garantia de que seus interesses, semelhantes aos dos Estados Unidos, fossem assegurados. E nas questões militares, tais políticas também proporcionavam condições favoráveis. A aliança transatlântica atribuiu à Europa uma segurança jamais verificada na história contemporânea, da mesma maneira que a quantidade de poder adquirido pelos Estados Unidos. . Em outras palavras, o benefício mútuo era evidente: de um lado as potências europeias provinham sua segurança da força militar da superpotência, de outro, os Estados Unidos asseguravam sua hegemonia em um dos principais territórios do globo, estrategicamente na visão geopolítica. Nascia, assim, uma estrutura cuja proporção militar era inigualável . Segundo o relatório sobre os gastos militares globais realizado pelo *think tank* sueco SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute)³⁰, *the presence in Europe of US troops assigned to NATO has long been a tangible demonstration of the USA's commitment to the defense of its West European allies, and NATO's policy of forward defense and forward basing exemplify the risks shared by the NATO allies*³¹.

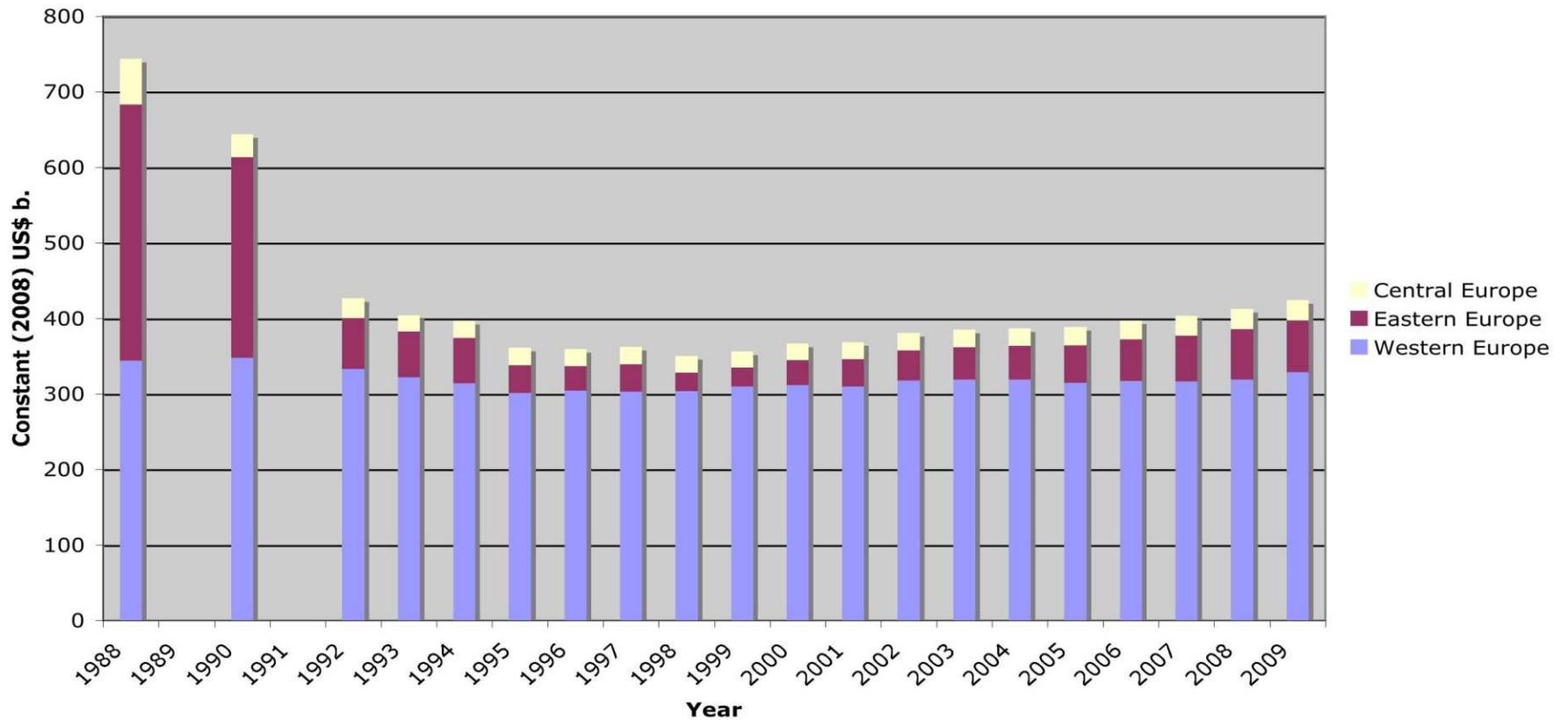
³⁰ Os gastos militares – gerais e por categoria – de todo os países signatários da OTAN se encontram no anexo 1 e 4 deste trabalho.

³¹ “A presença de tropas estadunidenses atribuída à OTAN na Europa tem sido uma demonstração concreta do compromisso dos Estados Unidos para a defesa dos seus aliados da Europa Ocidental, da política de defesa progressiva da OTAN e bases avançadas exemplificam os riscos partilhados pelos aliados da OTAN”. LACHOWSKI, Zdzislaw Cap. 3 “Repositioning NATO and US bases in Europe”. *Foreign Military Bases in*

No entanto, a cooperação dessa aliança já se verificava assimétrica desde sua fundação. Países da OTAN com maior desenvolvimento militar como Alemanha e Reino Unido mantinham gastos militares altos se comparados aos demais países europeus signatários da organização, mas irrisoriamente menores se comparados ao dos Estados Unidos, como relevam a tabela e o gráfico abaixo:

Gráfico 4: Gastos Militares Europeus 1988-2009 (em US\$ bi)

Europe military expenditure 1988-2009



Fonte: SIPRI Yearbook 2010 - Military Expenditure Europe

Gráfico 5: Gastos Militares principais de Alemanha, EUA e UK em relação ao PIB (1988-2008)

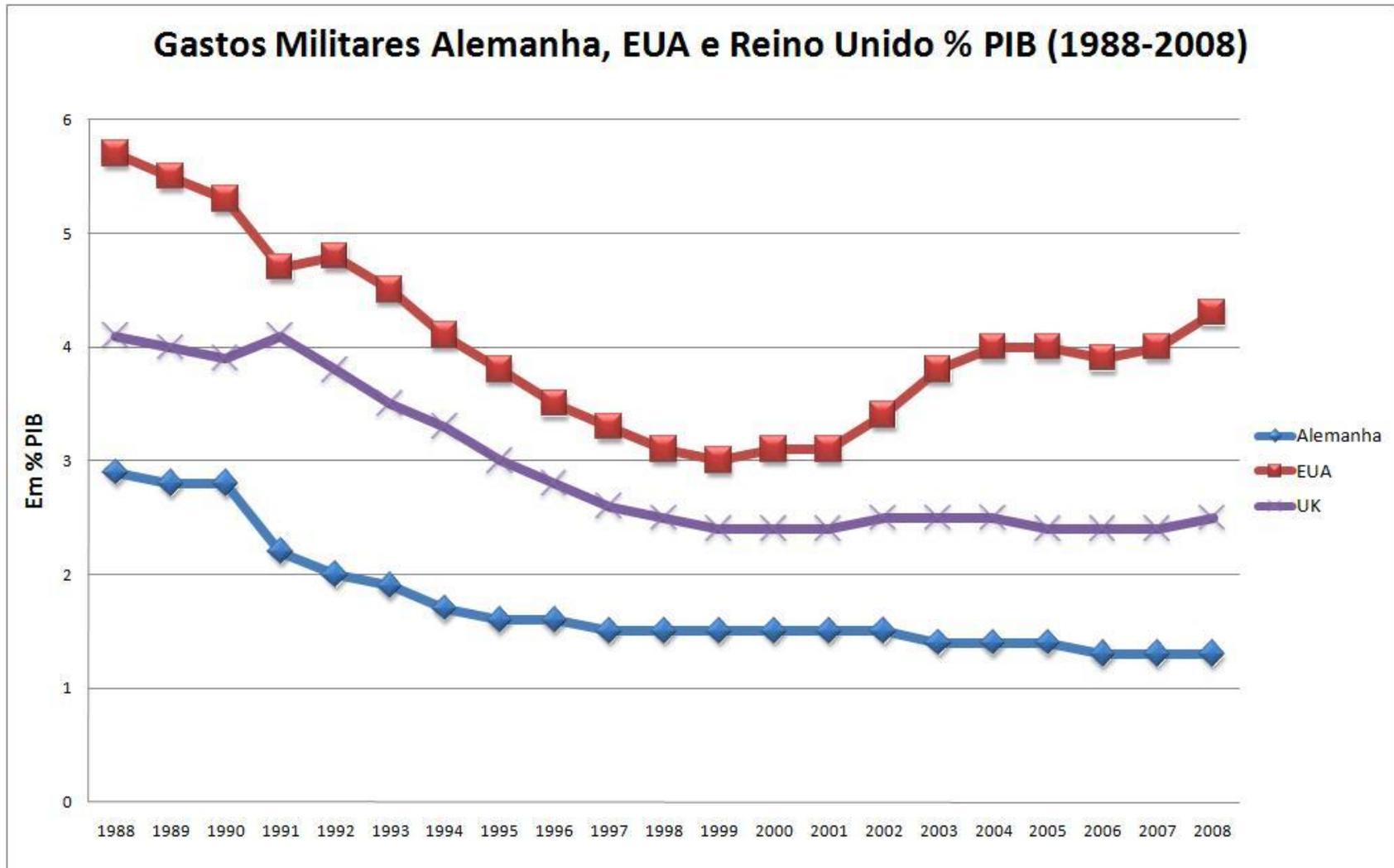
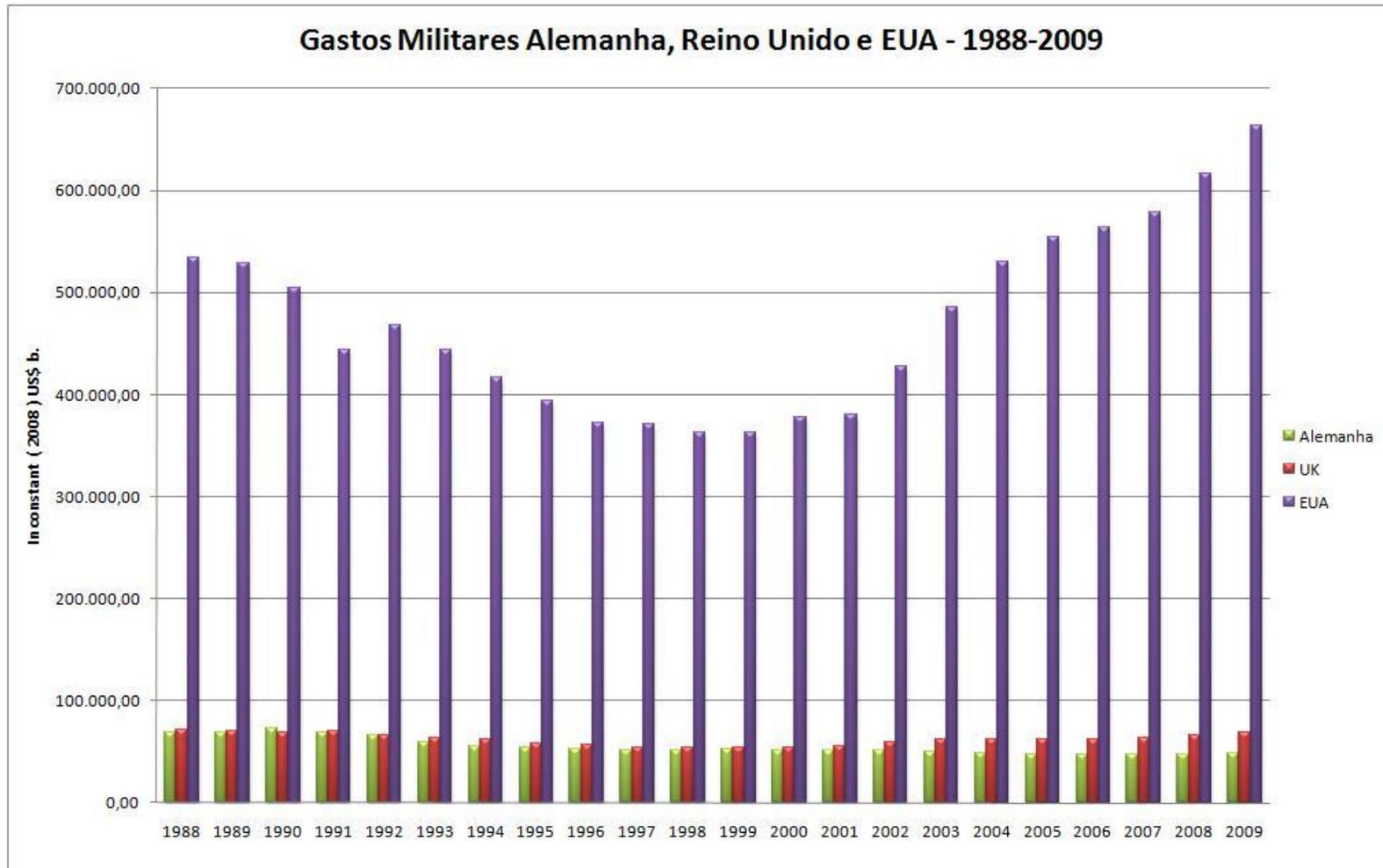


Gráfico 6: Gastos Militares dos principais países da OTAN (Alemanha, EUA e UK) – 1988-2007 em US\$ bi



Fonte: SIPRI Yearbook 2008; SIPRI Military Expenditure Database

Conforme os dados acima, a razão pela qual os Estados Unidos se empenhavam para contribuir com a segurança coletiva da OTAN era devido aos seus interesses próprios estratégicos e também à Europa não dispor de fôlego e recursos suficientes; sua força mais expressiva era representada pela Alemanha e França – principais países aliados dos Estados Unidos³². E as orientações das políticas externas – tanto Estados Unidos quanto União Européia – seguiriam rumos divergentes a partir da década de 90. A Europa passará a definir sua política externa sob a influência da construção e ampliação da União Européia, com a progressiva adesão dos países a compartilharem uma visão multilateral. Já os Estados Unidos usufruíam de um contexto extremamente favorável no que concernia à administração de seu poder. A política externa estadunidense passou a ser mais unilateral com os demais atores estatais. No entanto, as relações euro-americanas continuaram a ser próximas, embora suas posturas fossem diferentes. Gerou-se, portanto, uma preocupação com qual função a superpotência global exerceria, acentuada pelas constantes pressões resultantes da indagação do novo papel dos Estados Unidos. A partir desse fato, a problematização sobre a real função dos Estados Unidos na nova ordem internacional provocou uma mudança substancial na percepção do novo cenário internacional pela própria nação estadunidense, que após o início do novo século alterou substancialmente o papel no constructo do poder estadunidense frente os demais atores na arena internacional ao firmar seu modelo de “Warfare State” no sistema internacional, marcando o ápice dos debates quanto à sua diretriz de política de segurança.

³² A Alemanha era um dos países-chave para estabelecer uma estratégia para se estabelecer a paz na Europa, era dividida em dois territórios até o início da década de 90, o que causava uma “estratégia inversa”, ou seja, uma estratégia de contenção as duas porções territoriais – contenção do bloco capitalista à República Democrática Alemã (oriental) e contenção do bloco socialista à República Federal da Alemanha (ocidental). Após a reunificação alemã, a comunidade internacional vetou seu rearmamento no que se refere à construção de um poder bélico nuclear. Já no caso da França, apesar da mesma ter retirado suas tropas oficialmente da aliança transatlântica em 1966, suas pretensões no âmbito da Comunidade Européia não deixava que o país se transformasse em uma antiga potência; sob o escopo de atuação do bloco europeu, o Estado francês liderado pelas concepções do general Charles de Gaulle transformou a política externa francesa em um artifício estratégico-nacionalista, provocando o questionamento da influência assertiva dos Estados Unidos em assuntos sensíveis, como a questão militar dentro da Europa. No entanto, tais divergências ao longo da década de 90 e início dos anos 2000 foram diluídas, o que ocasionou a aproximação paulatina de França e Estados Unidos. DE LA GORCE, Paul-Marie. Origens da oposição francesa. *Le Monde Diplomatique*, março 2003. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2003-03,a577>>. Acesso em: 13 de setembro de 2009.

1.3 O modelo de “Warfare State” estadunidense no sistema internacional: o início dos debates

A difusão da idéia de que a postura dos Estados Unidos perante sua própria condição de hegemona do sistema internacional tenha causado uma expansão de um tipo peculiar de “Warfare State” da nação estadunidense – ou o estado de guerra permanente³³, um braço da política de segurança militarista - tornou-se um dos pontos mais conflitantes no debate acerca de qual seria o papel dos Estados Unidos no mundo a partir da reorientação de forças no pós-Guerra Fria. Isso porque a caracterização bélica dos Estados Unidos, desdobrando em conseqüências imprevisíveis para o sistema internacional poderia ser notada apenas na transição do final da década de 1990 e, especialmente no advento dos anos 2000. O motivo pelo qual esse cenário possui desdobramentos de tal magnitude nesse período é por conta de um novo ordenamento nas relações de força; em outras palavras, o escopo econômico do sistema internacional se ordenara cada vez mais articulado entre as grandes potências³⁴, mas o poderio militar dos Estados Unidos se polarizava ainda mais, fortalecendo sua política pautada nas armas, bem como o seu sistema militar-industrial, que se fortaleceu após os atentados de 2001 na confluência de transformações desse sistema e das transformações do sistema internacional³⁵.

Constata-se, assim, uma alteração no que se refere à dissolução de conflitos mundiais. O que antes se verificava como um apoio para seus aliados, os Estados Unidos passam a ser os

³³ Foster aponta para o que então presidente da General Electric e vice-presidente executivo da War Production Board Charles E. Wilson denominou em 1944 de economia de Guerra permanente e o keynesianismo militar. Cf. FOSTER John Bellamy; HOLLEMAN Hannah; McCHESNEY Robert W. The U.S. Imperial Triangle and Military Spending. *Monthly Review*, outubro de 2008. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/081001foster-holleman-mcchesney.php>> Acessado em 11 de abril de 2009

³⁴ Embora a inter-relação econômica entre as potências se pautava na centralidade do dólar, desde Bretton Woods.

³⁵ Sobre a dinamização do sistema militar-industrial, Mampaey e Serfati sublinham que “o destaque dado à ‘segurança’, noção muito mais ampla que defesa, acarretou em 2002 a criação do departamento de Segurança Nacional (Homeland Security). Ele conduz a uma nova etapa da centralização política cuja importância é, talvez, comparável à que foi ultrapassada com a criação do Departamento de Defesa (DoD) no fim da Segunda Guerra Mundial. (...) O ‘bloco social’ que une a finança, o armamento e a política reforça o sistema militar e de segurança emergente”. MAMPAEY, L; SERFATI, C. 2005, p. 225 Op. Cit.

grandes interventores no novo século XXI. A postura de resolução de conflitos cirúrgica e isoladamente na administração Clinton fora substituída pela “Doutrina da Ação Preventiva” em todo o globo – ataque preventivo à supostas agressões visando o alargamento da securitização da segurança, isto é, dos temas que fazem parte do conceito de segurança de um Estado. Tal conduta se mostrara mais explícita a partir dos primeiros documentos de Estratégia de Segurança Nacional da nação estadunidense a partir do governo de George W. Bush³⁶. Assim, a assimetria se concentrava no seu poderio bélico: não havia nação que pudesse competir com o arsenal militar dos Estados Unidos. A dissolução do contorno específico de segurança para a ampliação de seu perímetro, de forma a não ser mais possível identificar os limites desta fronteira de segurança, fazia com que a sua política externa se conflitasse com as políticas internas dos demais Estados. A partir da década de 2000 então o eixo de poder liderado pelos Estados Unidos era mais assertivo, de modo a traçar e manter zonas de influência claras no globo. Como ressaltam os economistas franceses Luc Mampaey e Claude Serfati:

Esse novo compromisso [de forjar uma “guerra sem limites”] não repousa, como aquele dos anos 90, sobre um mimetismo auto-referenciado apoiado nas potencialidades comerciais ilimitadas ofertadas pela tecnologia e pela sedução que o modelo norte-americano exerceria sobre o resto do mundo. Repousa sobre “fundamentos” bem reais, tais como o nível gigantesco das despesas militares e o esforço tecnológico em matéria de segurança, que sustenta a convicção que as intervenções militares das forças armadas norte-americanas, sozinhas ou no quadro de alianças, vão se tornar mais frequentes.³⁷

³⁶ Os neoconservadores no íterim da transição do governo Clinton para Bush intensificavam suas críticas: “Nem a administração Clinton, mais idealista e, talvez ironicamente, mais ligada à política internacional de generosidade da Guerra Fria do que os realistas e os Republicanos, conseguiu, porém, escapar da nova realidade pós-Guerra Fria. (...) Clinton só entrou em ação para tentar reparar “o Ocidente” depois de tentar desesperadamente não assumir tal responsabilidade. Quando a administração de George W. Bush assumiu o governo em janeiro de 2001, trazendo consigo o nacionalismo realista do republicanismo da década de 1990, “o Ocidente”, no sentido de conceito funcional na política internacional norte-americana estava dormente”. KAGAN, R. 2003. Op. Cit., p. 85.

³⁷ MAMPAEY, L; SERFATI, C. 2005, p. 247 Op. Cit.

Este processo de transição entre a atuação cirúrgica militar para uma guerra preventiva “sem limites”, balizada nas premissas de segurança de todos os atores, inclusive nos discursos dos Estados Unidos, fazia com que os mesmos pudessem garantir alianças traçadas no passado e, dessa maneira legitimar suas ações. A região da Europa Ocidental, por exemplo, fora responsável por manter cada vez mais ativas as zonas de influência dos Estados Unidos. E, o *locus* era o mais propício: ao lado do núcleo eurasiático – que contemplava a região do Afeganistão e Iraque, perto das zonas inalcançáveis de onde, segundo a política de segurança estadunidense, o terrorismo atuava. Traçar rotas para o melhor ataque preventivo a partir dos territórios europeus (terrestre ou marítimo) para os demais territórios era mais eficaz do que a partir do território estadunidense. Ademais, a intenção política ao instalar bases militares e assegurar suas alianças era mais importante que evidenciar sua força tática de destruição: era um modo de dissuasão política.

Ainda que o artifício político da estratégia de segurança dos Estados Unidos fosse promover a estabilidade em zona de conflito com a ajuda de seus aliados do eixo norte, toda a estrutura da OTAN era impulsionada pelas proposições estadunidenses durante suas atuações militares se comparada à ajuda da porção europeia na organização. Apesar da resolução do artigo 5º da OTAN indicar uma retaliação conjunta diante de uma ameaça a um ou vários membros da organização transatlântica, os Estados Unidos comandaram majoritariamente inúmeras guerras da qual a OTAN participou. Porém, o caso mais emblemático foi a Guerra do Afeganistão (a partir de 2001/2002), rompendo com qualquer resquício de cooperação simétrica por ambos os atores; pelo contrário, as políticas estadunidenses passaram a ser cada vez mais unilaterais, valendo-se do discurso de “hegemonia benevolente”, ou seja, uma hegemonia incorporada pelos Estados Unidos de modo a estabelecer a estabilidade em todas as regiões do planeta. A partir desse episódio, sua configuração de poder fora drasticamente questionada. Os Estados Unidos passaram a almejar o *status* de um Estado indispensável, ou seja, o Estado central no sistema internacional, para resolver os grandes problemas deste sistema; portanto, em sua própria concepção, sua atuação na OTAN continuava a ser abissal e necessária.

A partir desse rearranjo de centralização de poder, principalmente no pós 11 de setembro de 2001, o papel que os Estados Unidos passaram a atribuir à OTAN não se mostrava o que de fato a instituição se tornara: *ambivalente*. Embora toda a força estivesse no *locus* central de seu maior participante – os Estados Unidos – o papel da OTAN como provedor de segurança aos Estados Unidos era coadjuvante. Tal fato se verifica pois tais diretrizes passaram a se pautar majoritariamente na política de segurança dos Estados Unidos e não no consenso (e, portanto, contribuição) de todos os membros da organização. Porém, ainda que a OTAN perdesse espaço para a atuação singular dos Estados Unidos, a organização continuava a ser imprescindível. Isso porque sem a existência da organização transatlântica e dos aliados em questão, a nação estadunidense teria que descentralizar esforços para compelir as diferentes políticas de segurança dos Estados a seguir uma diretriz comum – a sua própria diretriz de política externa. Seria, portanto, um esforço unilateral dos Estados Unidos.

Por outro lado, conservando a atenção dos Estados Unidos para a OTAN seria possível manter a garantia da segurança do continente europeu e, conseqüentemente, nutrir os elevados gastos militares para sustentar a organização. Assim, asseverar um ambiente pacífico nessa zona por meio do cumprimento do artigo 5º da OTAN³⁸ exprimiria o mesmo que centralizar uma recompensa política para os Estados Unidos. Em outras palavras, o caráter ambivalente da OTAN estava justamente no fato dos Estados Unidos se beneficiarem com a manutenção da aliança, visto que isso se traduziria na manutenção de sua hegemonia, ainda que Estados Unidos e Europa tivessem prioridades e gastos militares distintos dentro da organização, em uma espécie de “*cooperação antagônica*”³⁹.

As diferentes estratégias da política estadunidense e européia geraram uma aliança transatlântica que funcionava paradoxalmente como um entrave e também como condição *sine qua non* para os Estados Unidos na guerra preventiva de manutenção de seu perímetro de segurança – que passa a ser global. A partir da disparidade de pretensão entre os atores na

³⁸ O artigo 5º da OTAN prevê uma aliança também na prevenção de uma ameaça. Vide anexo 2

³⁹ Tal “cooperação antagônica” reflete ao que o cientista social Ruy Mauro Marini, formulou ao expressar uma cooperação entre os países, apesar dos antagonismos existentes entre eles. Cf. MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarolo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

OTAN, o modelo que poderíamos denominar de “Warfare State”⁴⁰ que os Estados Unidos acabaram consolidando para resolver os conflitos no mundo acabou imperando sobre a aliança militar do atlântico norte. A proposição desse modelo desconsiderava articular as diferentes políticas de segurança de todos os membros, mas impunha a própria política de segurança dos Estados Unidos ao resto do mundo. A partir do novo século, sua política de segurança passa a ser confundida entre seus interesses internos e externos.

Diante desse novo cenário, a administração estadunidense do presidente Bush passava a cristalizar os seus interesses, mesmo que não existisse legitimidade externa suficiente para ratificar suas ações⁴¹. Essa busca pela legitimidade, portanto, revelou que a condição dos Estados Unidos na centralidade das principais tomadas de decisão é que tem definido o entorno da arena internacional, diferentemente da posição de Clinton, que mesclava uma política de apaziguamento de conflito, sem perder de foco a arquitetura de defesa do país. O presidente Bush, ao contrário, utilizava irrestritamente a segunda estratégia por meio do militarismo exacerbado, utilizando-se de um discurso de “hegemonia benevolente”. Em outras palavras, na concepção da formulação de política dos Estados Unidos, não se tratava de criar um modelo militarista de “Warfare State”, mas de criar bases para que a hegemonia estadunidense fosse benéfica à nova ordem mundial.

O discurso incorporado no pós 11 de setembro de uma nação necessária cujos poderes só existiam para organizar um novo século não indicou de fato uma distinção entre uma “hegemonia benevolente” e o “Warfare State”; ambos nasciam de um mesmo discurso: cristalizar a posição hegemônica dos Estados Unidos como um ator principal nas relações internacionais. Tal estratégia passava pela obnubilação das políticas militares dos Estados Unidos em desconsiderar a importância da legitimidade dos demais Estados. Inversamente, provocou um cenário de “estado de guerra permanente”, cuja alocação provinha da

⁴⁰ Contrapondo ao modelo de *Welfare State* que vigorou majoritariamente na Europa ocidental

⁴¹ O professor Luis Fernando Ayerbe aponta para “A incoerência entre o discurso e a realidade estaria comprometendo cada vez mais a credibilidade internacional do país, sendo que a resposta das autoridades governamentais tende a pautar-se pela exacerbção do poderio militar, marca do novo imperialismo em construção.”. AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. *Contexto Internacional* Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, julho/dezembro 2005, p. 348

necessidade em se manter um “Warfare State” por conta das novas ameaças que deveriam ser securitizadas; e apenas um Estado benevolente era capaz de promover tal proeza, segundo a argumentação da nação estadunidense. Desse modo, os Estados Unidos passam a indicar uma política mais assertiva, principalmente no campo de sua segurança. E como a diferença de seus interesses internos e externos passa a ser imperceptível, o perímetro de segurança dos Estados Unidos tornou-se global.

Portanto, essa nova condição de superpotência permitiu aos Estados Unidos abdicarem de alguns preceitos que as demais potências compartilhavam: a construção das democracias internas e valores liberais por meios **pacíficos e consensuais**. Os Estados Unidos, ao final de seu período de baixo gasto militar – resquícios de um aprendizado da Guerra Fria –, voltam a se rearmar ao modernizar sua frota⁴². Associado a este engajamento militar, o fortalecimento de seu poder era em decorrência de tais medidas. Assim, se consolida no mundo um processo cada vez mais inclusivo das democracias no sistema internacional pela via unilateral (se necessário) e de cuja liderança sempre estava pautada na superpotência estadunidense. Ao longo da materialização dessa liderança, contudo, o sistema internacional passou a questionar se dentro desse cenário que se construía, ou seja, dentro de um arcabouço pautado na liberdade dos atores estatais, poderia coexistir também de forma coerente e simultânea ancorado na centralidade de poder, principalmente a capacidade militar, uma forma de hegemonia capaz de sobrepujar os poderes das demais potências na arena internacional.

A tentativa dos Estados Unidos de se apoiarem na unilateralidade para conduzir a política internacional poderia tornar sua legitimidade fragilizada, pois novos assuntos se inseriram na agenda internacional, ainda que houvesse a insistência de uma auto-proclamação de sua política benevolente em garantir a segurança de seus interesses no resto do mundo. A partir do novo século XXI, a interatividade entre o contexto internacional propício e o legado de poder dos Estados Unidos fez com que a nação estadunidense passasse a participar ativamente das questões mais sensíveis do sistema. A adesão da superpotência em instituições

⁴² A inserção de novos dispêndios militares era já era justificada pelo governo estadunidense como medida precavida para os principais conflitos durante a década de 90 onde os Estados Unidos participavam de programas de “Peacekeeping” e “Peacemaking”.

internacionais influenciou ativamente nas decisões da nova agenda internacional. É dessa maneira que a distribuição de poder passou a se alterar no plano nas potências; em contrapartida, a superpotência conduzia isoladamente sua distribuição de poder radicalmente assimétrica, tornando-se uma superpotência capaz de atuar, quando necessário, sozinha nas decisões internacionais⁴³.

No entanto, a legitimidade conforme sua atuação isolada e, inúmeras vezes, astuciosa no sistema foi produzindo paulatinamente mais críticas, sobretudo de seus próprios aliados, conformando um processo em que a manobra dos Estados Unidos era se equilibrar na postura que ora pendia para a unilateralidade, ora afirmava algumas questões de forma multilateral. Mas, sua dosagem na capacidade em equilibrar força e consentimento foi se esvaindo na medida em que a superpotência não sustentara mais a sua própria concepção de hegemonia benevolente. Era, pois, a aplicação explícita da política pelas armas. No que concerne à unipolaridade, essa se tornava cada vez mais consolidada, não por conta apenas do afastamento dos Estados Unidos às demais instituições, mas pela sua capacidade em tornar cada vez mais centralizada sobre si as responsabilidades e também as benesses do sistema. Conforme a observação de Velasco e Cruz:

O que o suceder das crises no pós-Guerra Fria revela é a junção da capacidade e da disposição de intervir em um Estado, que se move estrategicamente na arena internacional segundo o que define como o seu interesse nacional: os Estados Unidos. Em outras palavras, no lugar de “comunidade internacional”, o que prevalece no mundo unipolar que se desenha com o fim da Guerra fria é uma estrutura de poder, no âmbito da

⁴³ Karl Deutsch faz uma ressalva quanto à consecução de política externa no escopo da segurança nacional: “Trata-se de uma espécie de ‘Lei de Parkinson’ da segurança nacional: o sentimento de insegurança de uma nação aumenta na razão direta de seu poderio. Quanto maior e mais poderosa for uma nação, mais suas lideranças, suas elites e, frequentemente, sua população elevam seu nível de aspirações em matéria de política internacional. Ou seja, mais se considerarão destinados ou obrigados a pôr em ordem as questões internacionais ou, pelo menos, a mantê-la em algum tipo de organização que lhes pareça a mais correta. (...) Apenas as nações maiores e mais fortes têm condições de desenvolver uma imagem pelo menos plausível de um mundo que, por seus próprios esforços nacionais, podem ter condições de moldar, transformar ou preservar, no todo ou em parte, conforme seus próprios desejos; e, proporcionarem, crescerem seus medos, suas preocupações, seus esforços e seus gastos”. DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 2ª Ed. p. 120

qual as relações – mesmo as que vinculam os Estados do centro capitalista – são marcadas por crescentes assimetrias⁴⁴

Como ressaltado pelo autor, as alianças marcadas por tal assimetria foram rearticuladas sob novas bases de modo a contemplar a realidade inédita com que o sistema internacional se deparava – uma possível ameaça emanada da estrutura de poder cada vez mais centralizada nos Estados Unidos a partir da década de 1990, o que resultou na competitividade entre os demais Estados em garantir suas soberanias. A partir de 2001, esse cenário foi agudizado, o que provocou inúmeros debates sobre como perpetuar a legitimidade da política de segurança dos Estados Unidos por seus aliados, ainda que essa tenha se tornado mais assertiva e cada vez mais centralizada em si ao convergir sua política interna e externa.

A partir dessa problematização, toma-se como questão primordial aprofundar a análise sobre os debates que surgiram com essa postura incisiva dos Estados Unidos como o ator central das decisões mundiais. Parte-se das principais visões sobre o questionamento acerca desse novo cenário, uma vez que as condições da consolidação de uma unilateralidade se mostram cada vez mais utilizadas pelos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que cada vez mais a legitimidade da superpotência provém de sua própria atuação.

⁴⁴ VELASCO E CRUZ, Sebastião C., 2003 Op. Cit. p. 179.

CAPÍTULO 2

DEBATE INTERNO: A VISÃO DOS *THINK TANKS* SOBRE A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PODERIO MILITAR ESTADUNIDENSE

Os inúmeros questionamentos a respeito das novas diretrizes da política dos Estados Unidos frente a sua caracterização de “superpotência global” surgiram bem antes do processo de militarização e instalação de bases militares deste país em quase todas as partes do globo no século XXI. Os debates já preconizados ainda na década de 1990 – resultantes da diminuição dos gastos militares, como descrito no capítulo anterior – acenderam a opinião interna nos Estados Unidos de muitos intelectuais e *policy makers* dispostos a provocar uma influência ativa na capacidade da política de segurança estadunidense em estabelecer a nova ordem mundial favorável aos seus interesses.

É sob esse intuito que muitos *think tanks* retomaram a sua força nos Estados Unidos. Conhecidos como “fábrica de idéias”, muitos deles tiveram sua vertente claramente ideológica pautada nas mudanças político-institucionais do governo estadunidense, que se distinguiam basicamente entre a ala democrata e conservadora. No final da década de 1940, a organização conservadora *RAND Corporation* oferecia uma espécie de consultoria militar para o governo; mais tarde, seria denominada também de *think tank*. Mas é na década de 1970 que essas instituições se propagam largamente e passam a ser majoritariamente preocupadas com a política externa e estratégia de segurança e defesa, fruto da instabilidade política que os Estados Unidos vivem na época – crise da hegemonia americana. O fortalecimento desses grupos ao longo da década de 1980 ganha sua notoriedade na década de 1990 por meio de

lobbies de teóricos e políticos para o governo nesses *think tanks*. No governo do presidente Clinton, alguns *think tanks* democratas tiveram sua importância no auxílio na formulação de políticas públicas, como a *Democratic Leadership Council* (DLC), o *Progressive Policy Institute* (PPI) e a *Brooking Institution* (BI). Já a crítica desse modelo político democrata foi encabeçada pelos *think tanks* neoconservadores, tal como o *American Enterprise Institute*, *Brooking Institution* e *Project for the New American Century* (PNAC). Esse último, foco de análise nesse trabalho, encontrou suas bases para se consolidar como um grupo de pressão na década de 1990, uma vez que a própria mudança nas bases do ordenamento de poder abriu uma lacuna para a importância de seu papel na formulação de políticas públicas e internacionais para os Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

Esses *policy makers* disseminaram suas idéias por meio de documentos, artigos e cartas através desses *think tanks* a fim de alterar as diretrizes da política externa dos Estados Unidos, sobretudo no que se refere a sua conduta militar. À luz de suas concepções de que a nova superpotência tinha que exercer o papel de “guardiões mundiais” dos valores democráticos e liberais, os *think tanks* passaram a ter uma importância substancial nessa época. Tanto que elaboram diversas diretrizes de expandir o poder global dos Estados Unidos, uma vez que a própria conjuntura da época permitia tal fortalecimento.

O objetivo desse capítulo é analisar o debate interno do *think tank* neoconservador PNAC – que foi responsável pela mudança ideológica do governo a partir das pressões exercidas no final da década de 1990 e início dos anos 2000 na administração Clinton, ganhando força principalmente por conta da transição do governo de vertente democrata para o republicano, ao incorporar quase a maioria das recomendações do *think tank* PNAC na concretização de uma política de segurança mais assertiva. Desse modo, os tópicos que seguem fazem uma análise crítica da proposta neoconservadora para as relações de poder para que os Estados Unidos pudessem de fato moldar a nova ordem mundial do novo século.

2.1 A formulação do novo papel dos Estados Unidos como provedor de segurança mundial: a visão crítica dos *think tanks* neoconservadores

O debate que surge a respeito do papel que os Estados Unidos desempenharão em meio ao cenário de mudanças do sistema internacional se intensifica principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Mas antes da entrada do novo século, o debate interno dos *think tanks* que pensavam em segurança doméstica e internacional dos Estados Unidos foi intensificado, o permitiu que alguns *lobbies* incisivos na política estadunidense fossem internalizados na administração do presidente Bush. Por ser fruto do desdobramento da ala conversadora dos anos de 1970, esse novo grupo de *policy makers* se distinguia perante os demais grupos de pressão, como os esquerdistas, ao passo que os resquícios de seu antigo ideário conservador poderiam ser encontrados nos documentos de segurança nacional ainda no começo da década de 1990.

No entanto, antes da caracterização dos neoconservadores diante da nova política dos Estados Unidos, é necessário observar que o neoconservadorismo não é uma teoria propriamente dita. Trata-se muito mais de uma corrente de pensamento do que de uma tipologia teórica com um objeto específico. Em outras palavras, o neoconservadorismo reúne uma série de preceitos os quais são pertinentes na consecução das políticas. No entanto, tal corrente se apóia em algumas teorias, seja por conta de uma crítica, seja por afinidades teórico-conceituais, que no seu conjunto, compõem a percepção neoconservadora sobre a nova realidade.

Dessa forma, a corrente *neoccon* se destaca por uma série de percepções da política internacional, sempre exaltando os atributos favoráveis para uma ordem internacional condizente com a nova realidade que se revelara. Um ponto a ser sublinhado é que nesse trabalho optou-se por conceber a análise de apenas uma parte da corrente neoconservadora, pois dentro dessa corrente inexistia um consenso sobre algumas questões proeminentes. Tal distinção é importante ser identificada, uma vez que existem diferentes conceituações sobre caracterização do novo projeto de poder estadunidense acerca da definição conceitual entre hegemonia e imperialismo. Essa diferenciação ideológica também ajuda a entender por qual

viés as políticas se desdobraram após alguns desses teóricos e *policy makers* tornarem factíveis as argumentações neoconservadoras nos documentos anuários de segurança dos Estados Unidos – *A US National Security Strategy* –, determinando uma nova postura para as relações internacionais, sobretudo para o rearranjo de alianças no século XXI.

Assim, a corrente neoconservadora paulatinamente conquistou sua relevância para a política estadunidense. A insatisfação sobre a administração exercida por Bill Clinton impulsionava a construção de um dos principais pilares para a determinação de uma nova percepção de poder para os Estados Unidos, tornando-se um dos grupos de pressão de maior destaque nesse período. O descontentamento poderia ser identificado também em períodos passados, porém pelos predecessores da ala *neokon*. A partir da década de 1950, e com mais destaque para a década de 1970, um grupo de intelectuais insatisfeitos com os rumos da política externa dos Estados Unidos, sobretudo por conta do enfraquecimento de sua atuação na Guerra do Vietnã, passou a questionar as políticas do governo, uma vez que o bloco capitalista, em especial os Estados Unidos, deveria se preocupar com a ameaça comunista e todas as suas adjacências, tais como os aliados da União Soviética e os conflitos na periferia relacionados com a tensão bipolar. No entanto, havia certo retrocesso no gasto militar e na ação do exército estadunidense, o que, na visão daqueles intelectuais, favorecia o adversário comunista. Estes pensadores, que preconizavam valores semelhantes à corrente liberal – democracia, liberdade e livre concorrência –, iniciam sua divergência no que tange à postura adotada pelo governo neste período. Retomava-se, dessa maneira, a segunda onda da Comissão denominada CPD - *The Committee on the Present Danger*⁴⁵. Representada por

⁴⁵ A CPD – *The Committee on the Present Danger* nasceu em 1950 a partir de uma cisão de partidos educacionais e advogados que gostaria de manter um alinhamento quanto às políticas do presidente Truman quanto ao projeto de contenção ao avanço do socialismo. Em 1976 há um novo fortalecimento da organização ao associar membros do partido trabalhista na causa ideológica de incentivar o fim da Guerra Fria sobre o pretexto de uma então vitória dos Estados Unidos. De acordo com sua descrição histórica, “*in both previous periods [1950 e 1976], the Committee’s mission was clear: raise awareness to the threat to American safety; communicate the risk inherent in appeasing totalitarianism; and build support for an assertive policy to promote the security of the United States and its allies and friends*”. (“em ambos os períodos [1950 e 1976], a missão do comitê era clara: sensibilizar-se para a ameaça à segurança americana; comunicar o risco iminente ao apaziguamento do totalitarismo; construir uma política assertiva ao promover a segurança dos Estados Unidos, seus aliados e amigos” Tradução Nossa). In: HISTORY CPD – *The Committee on the Present Danger*. Disponível em:

intelectuais e *policy makers* da “Nova Direita”⁴⁶, foi criada inicialmente na década de 1950, mas só se fortaleceu na década de 70 ao apontar a postura precipitada dos Estados Unidos em não seguir seu objetivo que muitos denominaram “messiânico”. Esse messianismo poderia ser traduzido na manutenção da hegemonia estadunidense em seguir a liderança rumo ao século XXI após o colapso soviético.

Inicialmente intitulados como conservadores de uma maneira pejorativa, a abordagem se referia a um receio de que a ameaça comunista fosse enfraquecer o bloco capitalista e pulverizar o poder conquistado pelos Estados Unidos. Com a criação da CPD, composta por muitos integrantes que defendiam os valores democráticos e de liberdade, como Irving Kristol e Paul Wolfowitz⁴⁷, a denominação “conservadora” passou a ser aceita, pois se traduzia na conservação dos valores pregados que estavam ameaçados; a partir desse episódio, Kristol passa a se autodenominar neoconservador, por acreditar que era um liberal perplexo com a realidade que se esboçava nesse período. Nasce daí a corrente de pensamento que influenciaria toda essa década. Após a ascensão de Ronald Reagan ao poder, suas políticas serviram de exemplo a ser seguido por esses intelectuais, que encontravam nas ações estadunidenses uma doutrina condizente com a postura que os Estados Unidos deveriam tomar para que sua hegemonia não fosse abalada e, possivelmente expandida. Kristol foi um dos personagens que mais difundiram os preceitos neoconservadores, indicando um caminho propício para os que acreditavam que a política “messiânica” serviria para a construção de uma ordem internacional

<http://www.committeonthepresentdanger.org/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55> Acessado em: 15 de junho de 2009.

⁴⁶ A “Nova Direita” é fruto da cisão ideológica da ala liberal que a partir de então desconsiderava a parte utópica de que a paz proveria do livre mercado.

⁴⁷ Irving Kristol é considerado o fundador do neoconservadorismo. Sua trajetória ideológica passa pelo liberalismo, no entanto, como se auto-intitula “um liberal imerso pela realidade”, a concepção de *laissez-faire* clássico é deixado em segundo plano dado a constatação de que o mundo sofria com uma ameaça maior: o socialismo. Desse modo, começa a pregar medidas de contenção ao comunismo soviético. Assim como Kristol, Paul Wolfowitz seguiu quase que os mesmos passos. Sua trajetória foi mais política, assumindo o cargo de subsecretário adjunto de Defesa para Programas Regionais de 1977 a 1980; de subsecretário de Defesa para a Política dos Estados Unidos de 1989 a 1993; Vice-Secretário de Defesa de 2001 a 2005. Após esse período na gestão de formulação política, tornou-se Presidente do Banco Mundial de 2005 a 2007 e atualmente é presidente do *Taiwan Business Council* a partir de 2008. Cf. AEI - American Enterprise Institute for Public Policy Research - Scholars and Fellows. Disponível em: <<http://www.aei.org/scholars>>. Acessado em: 29 de julho de 2009.

onde os Estados pudessem afirmar valores considerados universais. É desse ponto de partida que os neoconservadores apostariam a primazia da política externa estadunidense sobre os demais interesses individuais de um Estado, uma vez que esta política externa contemplaria os interesses universais e, desse modo, modificaria a percepção sobre o papel dos Estados Unidos no mundo.

Os *policy makers* nesse período – década de 70 a 80 – então passaram a enfatizar a importância da agenda internacional, que era em sua maioria o reflexo da política externa dos Estados Unidos. O medo do comunismo assombrava aqueles que defendiam os valores democráticos. No entanto, com a implosão do bloco soviético no final da década de 1980, a legitimidade da política externa dos Estados Unidos baseada na contenção dessa ameaça não se justificava, sobretudo por conta da prioridade de sua segurança interna, ao passo que o inimigo deixara de atuar ativamente no cenário internacional como superpotência. Desse modo, os *neocons* ganharam mais adeptos, como William Kristol (filho de Irving Kristol), Robert Kagan, Thomas Donnelly e Francis Fukuyama.

Esses neoconservadores, que atuaram mais ativamente durante a década de 1990, apresentavam algumas peculiaridades em relação aos seus preconizadores. A primeira e mais importante delas era a concepção da inexistência de uma ameaça comunista. O foco da ameaça tornava-se endógeno, uma vez que pela percepção neoconservadora, os Estados Unidos só poderiam ser ameaçados se houvesse um enfraquecimento de suas forças armadas. A segunda diferença é que o contexto internacional pelo qual os Estados Unidos estavam passando era favorável à sua hegemonia. Tanto que rapidamente, o debate que surgia no cenário global era se a unipolaridade do sistema internacional ia se desdobrar em um novo rearranjo de poder, como o modelo imperial, dado a força incomparável dos Estados Unidos em relação às demais potências - sobretudo em sua dimensão político-militar⁴⁸ - ou se essa unipolaridade seria substituída pela ordem multipolar. Uma terceira diferença estava no sistema de alianças. Não havia mais uma cisão clássica entre “amigo” e “inimigo”, tal como no período da Guerra Fria. Na medida em que esse modelo geopolítico clássico ia sendo reformulado pelo próprio

⁴⁸ Sobre essa questão, será tratada mais especificamente no capítulo terceiro.

desdobramento da História, a ausência de percepção de um adversário proporcionava aos Estados a possibilidade de tornarem-se mais autônomos em suas escolhas. Isso significava que esses atores estatais passariam a se inserir em uma estrutura internacional capaz de integrá-los em um sistema mais sinérgico.

Esse sistema só seria possível por conta de um interesse latente de desenvolvimento nacional dos Estados, sobretudo no campo econômico. E a ambição dos atores estatais só poderia ser possível por causa do novo contexto do sistema internacional: era “a *belle époque* da globalização”, sobretudo da mundialização do capital, capaz de impulsioná-los para a modernização *pari passu* ao dos países desenvolvidos:

A transformação do ambiente externo dos Estados toma o nome de globalização: envolve a abertura da economia política de um país à entrada de produtos, empresas, fluxos e operadores financeiros dos países centrais, tornando a política governamental dependente dos acontecimentos e decisões tomadas em Washington, Nova York e outros importantes centros capitalistas⁴⁹

À luz desse cenário, os aliados se tornavam cada vez mais envolvidos na lógica capitalista. E, sucessivamente incorporariam os valores que comporiam a perfeita acumulação de capital – a liberdade individual, a democracia para optar por tal padrão de desenvolvimento e o livre mercado, permitindo que as negociações fossem legítimas. Esse modelo puro, no entanto, não contemplaria um dos aspectos que garantiram a existência de um Estado: sua segurança. Isso porque a segurança dos países só seria garantida se *todos* os modelos políticos e econômicos seguissem o modelo da acumulação de capital globalizada. Como essa realidade não existia, ainda havia a preocupação desses *policy makers* em garantir a segurança dos Estados para que esse modelo pudesse ser disseminado na nova ordem mundial. Ao contrário dos liberais, os neoconservadores preconizavam que tais perspectivas de um desenvolvimento econômico integrado ao sucesso da ordem internacional que se delineava não era o suficiente para a primazia dos Estados Unidos. Robert Kagan – um dos principais intelectuais neoconservadores e também um *policy maker* – aponta que

⁴⁹ GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 10.

Tal determinismo era característico do pensamento pós- Guerra Fria. A maioria acreditava que, na economia globalizada, as nações não teriam outra escolha além de adotar uma postura liberal, primeiro economicamente, e depois politicamente, se desejassem competir e sobreviver. (...) Como o capitalismo democrático era o modelo de maior sucesso para o desenvolvimento das sociedades, todas elas acabariam, no fim das contas, escolhendo esse caminho. No confronto das idéias, o liberalismo havia triunfado. Como Francis Fukuyama celebrou, “no fim da história, não existem mais competidores ideológicos sérios para a democracia liberal”⁵⁰

Paradoxalmente, como sublinha Kagan, a História ainda perdura para os Estados, ainda que a lógica bipolar tivesse chegado ao fim e que o hipotético modelo capitalista tivesse sido reconhecido como o único sistema realmente assegurador dos valores democráticos e liberais. Mas a própria História comprovou que nem todos os Estados puderam absorver os valores da democracia liberal que condicionariam a esse “fim da História” que Francis Fukuyama havia defendido⁵¹. Daí a razão pela qual o papel dos Estados Unidos se mostra mais atuante na conjuntura atual do que nos tempos da Guerra Fria, o que poderia legitimar o papel desta nação como guardião do sistema:

Para os americanos, a queda da União Soviética parecia uma chance caída dos céus de realizar o antigo sonho de exercer uma liderança global – liderança essa que seria aceita e até bem recebida pelo mundo. (...) Depois da Guerra Fria, os Estados Unidos continuaram sendo a “nação indispensável” porque apenas ela tinha o poder e a compreensão necessários para ajudar a unir a comunidade internacional em uma causa comum⁵².

É sob esse escopo que a corrente de pensamento neoconservadora se apóia em alguns preceitos, sendo o principal destes a transformação dos Estados Unidos em uma liderança

⁵⁰ KAGAN, Robert. *O retorno da história: e o fim dos sonhos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 9

⁵¹ Em sua introdução, o “fim da História” remete-se à evolução das sociedades humanas que tanto Hegel quanto Marx preconizavam. Para o primeiro, a evolução culminaria em um Estado liberal; para último, um Estado comunista, não significando, entretanto, o fim dos ciclos naturais de reprodução ou que tal ausência de história significaria um vácuo de temas importantes. Significaria, então, que o progresso dos princípios e das instituições básica chegara em sua etapa máxima, uma vez que todas essas questões estariam completadas. É interessante também sublinhar o agradecimento especial que Fukuyama teceu aos comentários de Irving Kristol para a formulação de sua obra. FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

⁵² *Ibidem*, p. 13

global. No entanto, os Estados Unidos só poderiam outorgar tal liderança se assumissem os riscos de se tornarem também uma potência militarista, uma vez que a “causa comum” nunca existira, ao passo que embora a estrutura bipolar tenha deixado de existir, a heterogeneidade do sistema ainda perdurava. Logo, assumir uma “causa comum” era um neologismo que se traduzia em causas estadunidenses; em outras palavras, era o mesmo que defender os seus interesses. E a política externa dos Estados Unidos fora paulatinamente se aproximando de sua política interna, sobretudo no que se referia à segurança. Tanto que a diminuição dos gastos militares foi um dos pontos mais criticados pelos neoconservadores, dada a sua dita fragilidade frente às demais ameaças.

E embora a lógica da Guerra Fria tenha sido pulverizada, a necessidade de fazer com que o país seja uma superpotência para que seus valores sejam difundidos pelo mundo é uma preocupação neoconservadora, uma vez que somente dessa maneira seria possível alcançar uma ordem internacional que teoricamente se aproximasse da paz mundial. Nesse cenário, segundo a concepção *neocon*, os países poderiam ter a liberdade de poder exercer a democracia em seu território. E mais do que apenas exercer, expandir para outros territórios contrários à ideologia pregada pela nação dos Estados Unidos, pois apenas a presença desses valores não era garantidor de uma paz contínua. Torna-se, assim, imperativa a presença do artefato militar para que se assegurem os interesses da grande potência que, por sua vez, assegurariam os de seus aliados. É essa a legitimidade que os neoconservadores necessitariam para expandir a presença de sua hegemonia no globo.

É nesse sentido que todo o arcabouço de poder para a “superpotência global” recomendado pelos *neocons* pôde suscitar o debate sobre a real postura que os Estados Unidos iriam assumir. Afinal, apesar do grupo de pressão não estar no poder antes da transição do reordenamento de poder, o mesmo realizava *lobbies* cada vez mais crescentes no governo de Clinton, o qual expunha as reais intenções dos *policy makers* em cristalizar uma imagem dos Estados Unidos como os *únicos* atores capazes de guiar os demais Estados a uma nova ordem mundial. Mas para isso os estados Unidos contavam com a estratégia de alianças capazes de impulsionar sua força no sistema internacional por meio da rearticulação de sua política de

segurança estatal em consonância à política de segurança coletiva. O caminho, portanto, era dar atenção ao eixo norte-norte, isto é, à aliança militar do Atlântico Norte.

2.2 A estratégia das alianças segundo PNAC: a importância do eixo transatlântico

A transição do final dos anos 90 para a conjuntura do início dos anos 2000, período este de maior descontentamento dos *neocon policy makers* para com a conduta da política dos Estados Unidos, contribuiu para que esse grupo de pressão pudesse atribuir uma série de reflexões sobre como a nação estadunidense poderia manter sua condição de maior superpotência do globo ao reconquistar seu poder militar, deixado à margem no final dos anos 90. A partir dessa crítica é que nascem e se fortalecem diversos *think tanks*, que, em linhas gerais, atribuíam uma importância na questão militar. E um dos mais importantes da década de 1990 fora certamente o *The Project for the New American Century* – PNAC, criado em 1997 por intelectuais dispostos a retomar sua influência direta na construção da doutrina de segurança estadunidense. Nessa seção, portanto, será demonstrada a estratégia fundamental para garantir a perpetuação da nova ordem internacional favorável aos Estados Unidos, proposta pelo PNAC: o sistema de alianças, em especial a aliança militar entre Estados Unidos e Europa, demonstrando *a posteriori* que, embora a lógica da Guerra Fria tenha se dissipado, as alianças conquistadas nesse período são de suma importância para se legitimar as ações do hegemon e, concomitantemente, trazer um retorno à geopolítica das nações ao manter a primazia militar e a liderança global dos Estados Unidos⁵³.

⁵³ Segundo o neoconservador e então Secretário de Defesa da época Paul Wolfowitz, uma das principais lições da Guerra Fria foi provar que a força não deve ser utilizada para causar mais guerras e sim para evitá-las. Desse modo, o uso da deterrence é fundamental. Outro grande aprendizado é que o tempo define as alianças, o que não significa que os “nossos inimigos serão sempre inimigos” ou “os inimigos de nossos amigos”. Paradoxalmente, o artigo foi publicado em 2000, antes dos ataques de 11 de Setembro de 2001 e a inserção das políticas assertivas

A partir da insatisfação dos *policy makers* da antiga gestão de George Bush (pai) – tais como Robert Kagan, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld, Dick Cheney, William Kristol e Francis Fukuyama⁵⁴ – em relação à política externa dos Estados Unidos a partir da segunda metade dos anos 90, estes reuniram-se inicialmente em pequenos grupos para refletir sobre o futuro da primazia estadunidense, pois a política que se adotara até então estava voltada para o fenômeno da globalização e o processo neoliberal que se constatava em algumas partes do globo. Desse modo, segundo os argumentos dos *neocons*, a nação estadunidense estava deixando sua primazia ser ameaçada, uma vez que a estrutura militar se reduzia. A justificativa oficial era por conta do fim da Guerra Fria, que desde o governo de Bush (pai) já sofria um impacto no gasto militar. No governo Clinton, essa conduta foi ainda mais acentuada, o que intensificou as críticas da corrente neoconservadora. A partir desse período, vários institutos denominados *think tanks* foram criados, no intuito de, mais do que gerar conhecimento, influenciar inicialmente os rumos da política ao se inserir de forma mais ativa no debate público acerca da política externa e de defesa, bem como discutir o papel dos Estados Unidos no cenário internacional.

Nascia assim um dos maiores *think tanks* da década de 90, o PNAC, cujo objetivo principal era criar condições para que os Estados Unidos aproveitassem o novo século que se aproximava com a garantia de sua primazia e liderança global em todos os âmbitos: político, econômico, ideológico e, sobretudo, militar. De acordo com a própria definição da organização,

The Project for the New American Century is a non-profit educational organization dedicated to a few fundamental propositions: that American leadership is **good** both for America and for the world; and that such leadership requires **military strength, diplomatic energy and commitment to moral principle**.⁵⁵ (Grifo nosso)

de defesa pelo governo estadunidense. WOLFOWITZ, Paul. Remembering the Future. *National Interest* n.59 pp. 35-45, 2000.

⁵⁴ Alguns destes personagens já participavam ou se incorporariam futuramente na gestão de George W. Bush, o que já deixavam claro o objetivo político do *think tank*.

⁵⁵ PNAC - The Project for the New American Century. “O Projeto para o Novo Século Americano é uma organização educacional sem fins lucrativos dedicada a algumas proposições fundamentais: que a liderança americana é boa tanto para a América e para o mundo e que essa liderança exige força militar, diplomacia

Força militar, diplomacia e comprometimento com o princípio moral. Estes são os ferramentais necessários, segundo o PNAC, para que os Estados Unidos pudessem desfrutar de uma boa posição no sistema internacional, ao assegurar, *a priori*, sua segurança e também seus valores democrático-liberais, enfraquecidos, de acordo com o PNAC, principalmente a partir da administração Clinton. Tratava-se, pois, de um cenário que era diferente do prospectado ao final da Guerra Fria, já que os Estados Unidos saíram desse confronto bem sucedidos. Era a preeminência dos Estados Unidos que poderiam ser aplicadas para todas as esferas de poder.

No entanto, para os *neocons* do PNAC, essa vantagem não foi bem aproveitada. Segundo sua Declaração de Princípios, os Estados Unidos possuem uma oportunidade e um desafio: a constatação de que podem construir uma realidade favorável seguindo as glórias do passado (mais especificamente, se baseando no governo Reagan) e ao mesmo tempo a incerteza de quererem construir tal realidade para um “novo século americano”⁵⁶. Essa imobilidade do governo estadunidense em não se decidir em seguir adiante com o projeto de liderança global ou se tal condição seria abdicada pelos mesmos, fez com que o PNAC construísse indicações de políticas, a fim de justificarem a presença dos Estados Unidos como atores centrais para garantir a ordem mundial baseada em valores democráticos.

A partir dos princípios da corrente neoconservadora explicitada pela Declaração de Princípios do PNAC de que “a garantia da liderança dos Estados Unidos é *boa* para a América e para o mundo”, somente a nação estadunidense conseguiria assegurar que a ameaça tanto do comunismo quanto de outras ameaças que de delineariam no próximo século poderiam ser contidas. No entanto, sem a preeminência militar, era como se a superpotência fosse considerada como tal apenas no plano teórico, mas não na prática. Desse modo, era extremamente necessário que houvesse uma retomada, em termos de volume de gastos, nas políticas de segurança e defesa dos Estados Unidos a fim de que se pudesse retornar ao cenário

enérgica e o compromisso de principio moral.” [Tradução Nossa]. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/>>. Acessado em 28 de setembro de 2008.

⁵⁶ Cf. STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>. Acessado em 28 de setembro de 2008. Observação: O *Statement of Principles* do PNAC se encontra no anexo 3 desse trabalho.

perfeito de arcabouço bélico. Era somente esta condição que, de acordo com o PNAC, era possível assegurar que este novo século que se delineava pudesse ser para e pelos Estados Unidos.

Mas este novo século se construía sob um modelo que frustrava as expectativas dos *neocons*, pelo menos no que se diz respeito ao orçamento militar despendido pelos Estados Unidos. As críticas, que eclodiram entre o final dos anos 90 e no início dos anos 2000 eram esboçadas em pequenas cartas ou memorandos endereçados à presidência dos Estados Unidos e aos altos cargos do governo ou por artigos publicados no próprio *think tank* e nas principais revistas acadêmicas. Á luz dessas críticas ao governo, o PNAC publicou em setembro de 2000 um documento de 76 páginas intitulado *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*⁵⁷. A crítica principal que se tracejava era claramente a conduta adotada pelo governo Clinton em tornar estéril a política de defesa estadunidense, ao cortar os gastos do “Programa de Política de Orientação de Defesa”, em transformar a “Revisão Quadrienal de Defesa” quase que em uma estrutura burocrático-formal, sem a sua real função de definir o orçamento bélico e a estratégia militar, entre outras duras críticas que perpassavam a outras esferas do governo clintoniano⁵⁸.

Mesmo que o PNAC admitisse que os Estados Unidos não possuíssem nos anos 2000 nenhum inimigo real, a redução de um poder militar faria com que essa vantagem se revertesse em uma fraqueza do país, uma vez que o mesmo não estaria preparado para quatro grandes capacidades:

1. Defender o território americano;
2. Estar preparado para uma possível guerra de grandes proporções;

⁵⁷ Cf. PNAC – *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. A Report of the Project for the New American Century, set. 2000.

⁵⁸ Embora a passagem do governo Clinton ao Bush foi muito mais sentido pela ótica dos neoconservadores do que a própria História provou. Velasco e Cruz aponta para essa problemática: “do ponto de vista ideológico, as diferenças entre “liberais internacionalistas” e “neo-imperiais” são expressivas. Mas não podemos inferir daí que a política externa do governo Bush represente uma ruptura com a política do governo Clinton (os neoimperiais encontram oposição, mesmo na cúpula do Executivo, e nunca chegaram a ditar, integralmente e em todo momento, a conduta do governo norte-americano)” VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. *Lua Nova*, nº 58, 2003, p. 184.

3. Ter funções de “chefes de polícia” ao fomentar missões e forças de combate
4. Transformar as Forças Armadas Americanas⁵⁹.

Diante do assoreamento do orçamento militar por parte da administração Clinton, o PNAC passa a recomendar dois processos que deveriam iniciar imediatamente. O primeiro processo se balizava no âmbito orçamentário, isto é, a reconstrução de sua força militar por meio de um aumento significativo dos gastos nesta esfera. O segundo se baseava na modificação de aspectos políticos, no sentido de uma redefinição do papel do Departamento de Defesa, até então relegado em segundo plano na escala de prioridades da segurança nacional. Todas essas recomendações partem de um objetivo pragmático, assim como explicita o próprio *think tank*:

Our report is published in a presidential election year. The new administration will need to produce a second Quadrennial Defense Review shortly after it takes office. We hope that the Project's report will be useful as a road map for the nation's immediate and future defense plans.⁶⁰

Um novo projeto para a reconstrução da defesa estadunidense estava sendo gestado pelo PNAC, cujo objetivo era influenciar diretamente a nova administração que assumiria o poder a partir de 2001. Assim, as principais constatações consideradas pelo documento apontavam para uma necessidade dos Estados Unidos em preservar e estender sua posição hegemônica no cenário internacional, ou seja, fazer emergir concretamente a *Pax Americana*⁶¹.

No entanto, a condição que este ator conquistou no globo, segundo o PNAC, possibilitou não apenas a paz estável por conta da volta do crescimento econômico e da propagação dos princípios estadunidenses democrático-liberais, mas também permitiu constatar que a política internacional não é imutável, nem atemporal, o que significa que a *Pax*

⁵⁹ PNAC – *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. Op. Cit. Cap. II “Four Essential Missions”, p. 6

⁶⁰ PNAC – *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. Op. Cit. Introdução, p. iii. “O nosso relatório é publicado em ano de eleição presidencial. A nova administração terá de produzir uma segunda Revisão Quadrienal de Defesa pouco depois de tomar posse. Esperamos que o projeto do relatório fosse útil como um roteiro para o futuro da nação imediata e os planos de defesa” [Tradução Nossa].

⁶¹ Conceito utilizado pelo PNAC

Americana não se sustenta unilateralmente. Isso porque mesmo que esse período que apontam como unipolar, a primazia estadunidense poderia gozar de uma “pausa estratégica” até o momento em que novos atores não emergissem na disputa de poder, desestabilizando uma ordem baseada na segurança e democracia aos moldes americanos. E para que este arcabouço ideológico pudesse prevalecer era necessário que o mundo notasse as peculiaridades do século XXI em relação ao passado recente da Guerra Fria. Dessa maneira, era possível verificar a futura ameaça, as estratégias que deveriam ser tomadas e qual seria o provável foco de instabilidade para que tanto os Estados Unidos quanto as demais potências - que compartilhavam de valores democrático-liberais - pudessem se preocupar também, conforme se pode observar pelo quadro estratégico elaborado pelo próprio *think tank*:

Figura 1: Quadro estratégico do PNAC para o “Novo Século Americano”

	Cold War	21st Century
Security system	Bipolar	Unipolar
Strategic goal	Contain Soviet Union	Preserve <i>Pax Americana</i>
Main military mission(s)	Deter Soviet expansionism	Secure and expand zones of democratic peace; deter rise of new great-power competitor; defend key regions; exploit transformation of war
Main military threat(s)	Potential global war across many theaters	Potential theater wars spread across globe
Focus of strategic competition	Europe	East Asia

Fonte: PNAC – *Rebuilding America’s Defenses: Strategy,*

Forces and Resources for a New Century, 2000

Neste quadro-resumo pode-se encontrar algumas das premissas sobressalentes do PNAC. A primeira delas é a prospecção de que no século XXI o sistema terá um princípio

ordenador unipolar. Em outras palavras, poderia ser concretizado o que Charles Krauthammer afirmou sobre a preeminência da *era* unipolar no século XXI sobre o *momento* unipolar que se iniciara na década de 1990⁶². A segunda era a própria expressão da crença do PNAC sobre a posição dos Estados Unidos no sistema internacional. Se o princípio ordenador do século XXI será unipolar, então, a doutrina que regerá o globo será definida segundo os preceitos de uma “*Pax Americana*”. Trata-se, pois, de atingir o que já se preconizava desde o fim da Guerra Fria: a hegemonia incontestável dos Estados Unidos em todas as esferas de poder – econômica, política, militar e ideológica. A terceira premissa era o ponto estratégico que a missão do hegemonia deveria seguir. O que antes o objetivo-alvo se referia a conter o avanço do imperialismo soviético, no século XXI, por não ter mais essa ameaça iminente, a problemática se complexifica, abrindo lacunas para que os valores democrático-liberais pudessem perpetuar no cenário internacional entre o maior número de atores estatais e também transnacionais na era da globalização (ou, na conotação mais adequada, da “mundialização do capital”). Tratava-se, portanto, de não mais atuar na política de contenção, mas de um processo de “fagocitose” de novos atores.

E se a idéia do novo século era englobar vários atores para atuar segundo a prática democrática e liberal, a quarta premissa toca no cenário em que algumas guerras poderão emergir. Se no contexto da Guerra Fria as guerras eram em pequenas proporções, porém espalhadas em pontos específicos, no novo século, as guerras serão de grandes proporções espalhadas ao redor do globo, de maneira difusa. É o que se torna imperativo tomar algumas medidas de prevenção. E, por fim, se todas essas premissas são verificáveis, o palco de toda ameaça ou de possível instabilidade não será mais no *lócus* principal da Guerra Fria – a

⁶² O documento chega a citar diretamente esta idéia ao se referir da escolha que o novo presidente dos Estados Unidos deverá fazer ao assumir o poder: “*In a larger sense, the new president will choose whether today’s ‘unipolar moment,’ to use columnist Charles Krauthammer’s phrase for America’s current geopolitical preeminence, will be extended along with the peace and prosperity that it provides.*” PNAC – *Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century, 2000*, Op. Cit., p. 4 (“Em um sentido maior, o novo presidente vai escolher se hoje o “momento unipolar”, para citar a frase da primazia atual da geopolítica da América do colunista Charles Krauthammer, será alargado juntamente com a paz e prosperidade que ele proporciona.” Tradução nossa)

Europa –, mas de um espaço cujos conflitos ainda possuem resquícios de ressentimentos – o Leste Asiático.

Diante deste xadrez geopolítico que o PNAC prospectou para o século XXI, a proposta elaborada pelo *think tank* era revisitar toda a década de 1990 e extrair lições acerca da “década da defesa negligenciada”⁶³. Essas lições eram retiradas de quatro grandes recomendações⁶⁴:

- i. Aumentar significativamente as despesas da defesa para realizar as responsabilidades no presente e modernizar as Forças Armadas para o futuro;
- ii. Reforçar os laços com os aliados democráticos e mudar regimes hostis que desafiam os interesses e valores estadunidenses;**
- iii. Promover a liberdade política e econômica no estrangeiro;
- iv. Aceitar a responsabilidade para a América do papel insubstituível na preservação de uma ordem internacional amigável para a segurança, a prosperidade e os princípios da nação estadunidense.

Todas essas proposições foram fundamentais para que as premissas tornassem-se factíveis e os Estados Unidos pudessem emergir como um hegemona do sistema. Ao considerar o ponto ii do roteiro proposto pelo PNAC (em negrito), a manutenção do sistema de alianças fazia parte da recomendação de uma política assertiva pelos Estados Unidos, daí a justificativa de manutenção da OTAN. Por isso, é necessário desmitificar três noções:

1. A noção de que as alianças não são mais importantes para o grande hegemona;
2. A mudança de foco estratégico para o século XXI significa necessariamente deixar à margem as zonas de influência conquistadas anteriormente;
3. A aliança militar da OTAN fez com que o continente europeu se fechasse para sua unificação e, desse modo, se tornasse um aliado obsoleto para a manutenção e de expansão das zonas de influência geoestratégica pelos Estados Unidos.

⁶³ Ibidem

⁶⁴ Cf. STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>. Acessado em 28 de setembro de 2008.

A partir da crítica dessas três noções é que o PNAC assenta sua estratégia de alianças para o hegemonia. A primeira noção – as alianças não são mais importantes para o grande hegemonia no sistema internacional – se colocam como uma falácia. Isto porque os atores, sobretudo as grandes potências, embora adquirindo mais poder, necessitam de alguma legitimidade para que suas ações sejam validadas. Caso contrário, toda a construção de um arcabouço jurídico-internacional é pulverizada e todo o processo de construção da paz peremptória não faz mais sentido. É como se as grandes potências retrocedessem alguns séculos passados, período em que o direito internacional era um instrumento que pudesse ameaçar a soberania do Estado. A verificação de que as normas jurídicas internacionais deveriam ser cumpridas nesse novo século é justamente pela própria condição de que os valores estadunidenses primam pela manutenção de estruturas capazes de ampliar o caráter democrático no sistema internacional, mesmo que esse caráter seja pela participação de alguns atores mais relevantes, como é o caso das demais potências grandes e médias. Seria então uma contradição a defesa de certos valores que não seriam cumpridos.

Sob este argumento, a superpotência deve respeitar a estrutura construída de participação de mais atores no cenário internacional. Essa participação, não obstante, teve algumas restrições, pois embora o hegemonia defenda o sistema mais aberto e democrático, questões sensíveis à sua segurança e soberania não devem ser sobrepostas aos interesses das demais potências. Esta é, pois, uma das benesses oferecidas pelo caráter de superpotência. Por outro lado, há um ponto de tensão capaz de determinar os limites em que essa superpotência deve respeitar. Esse limite é refletido no sistema de alianças. Em outras palavras, uma superpotência não pode determinar todas as regras e também forçá-las aos demais Estados para que as cumpram segundo sua vontade, uma vez que a legitimidade é o ponto fulcral para que as grandes potências – bem ou mal – a obedeçam. Estabelecidas as regras do jogo do xadrez global de poder, podemos argumentar que todos devem criar condições de legitimar suas ações, obedecendo às proporções: grandes potências necessitam de um menor grau de consentimento dos demais atores; pequenas potências necessitam de maior legitimidade, sobretudo da superpotência, para atuar.

A segunda noção se encontra no escopo da geopolítica, em que aparentemente reduz a atenção para as zonas em cuja superpotência já estabeleceu vínculos relacionais. A idéia de que as zonas de influência são rígidas e estáveis é uma lógica superada, uma vez que servia para a dinâmica da Guerra Fria. Em um mundo bipolar, as alianças pendiam para um dos pólos; o intercâmbio não era possível, pois as fronteiras de influência eram claramente delimitadas. Ao fim da bipolaridade, as alianças se tornam mais porosas e complexas. A probabilidade de torná-las flexíveis e instáveis era significativamente maior do que no período anterior. Dessa maneira, “conquistar territórios”, ou seja, estabelecer aliados capazes de compartilhar valores e também dispostos a defender interesses comuns nesse novo século XXI é uma prática mais difícil em um mundo multipolar. Assim, a atenção concedida a territórios aliados deve ser mantida e garantida por meio de acordos institucionais capazes de comprometer os Estados que por ventura pudessem deslocar sua atenção para outro tipo de acordos, com premissas divergentes do original. A lógica, sobretudo do hegemon, era conquistar novas zonas de influência, e concomitantemente manter as zonas já existentes.

A terceira noção se refere à relação entre a área geopolítica e geoeconômica. Afirmar que a Europa tornou-se um velho continente, voltado para sua unificação e esquecido militarmente pelos Estados Unidos também é uma falácia. Apesar dos interesses se voltarem majoritariamente para o sudeste asiático e também para o Oriente Médio, a Europa se mostra estrategicamente importante, sobretudo se os interesses dos Estados Unidos estejam relacionados à adquirir zonas de influência nessas regiões, bem como o mercado consumidor de segurança e armamentos por conta da instalação de bases militares, desenvolvimento tecnológico e treinamento de exércitos. Sob uma vertente geopolítica e geoeconômica, o continente europeu se mostra importante para rotas marítimas, bases militares, além de ser palco de diversos conflitos étnico-religiosos e constituir um acesso importante para recursos energéticos estratégicos. Todos esses fatores tornam a Europa sempre atrativa, seja do ponto de vista econômico, político ou militar. Desse modo, atribuir, em contrapartida, uma noção de que o continente europeu se fechou após os conflitos e não pensou no caráter estratégico, apenas para a unificação da União Européia também se mostra equivocado. Tanto que no final da década de 1990 e início dos anos 2000 a preocupação da Europa era também de cunho

transnacional, como problemas de proliferação de armas de destruição em massa, terrorismo, conflitos regionais, crime organizado e alterações climáticas⁶⁵. Portanto, havia interesse de ambos os lados para que a aproximação entre Estados Unidos – Europa fosse mantida.

É sob esta alegação que o PNAC traça sua recomendação estratégica ao incorporar outro arcabouço de segurança e defesa para a manutenção do poder soberano dos Estados Unidos. Segundo seu documento “*Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*”, a principal tarefa das forças da OTAN era deter na década de 1990 a invasão do leste Europeu, mas não invadir ou ocupar o *heartland* da Rússia⁶⁶. A região do *heartland* a que o PNAC se refere é delimitada a partir da teoria do poder terrestre de Halford John Mackinder, e segundo suas premissas geopolíticas, como uma área estratégica para a dominação de territórios que assegurariam rotas estratégicas e recursos naturais para o desenvolvimento industrial⁶⁷. A partir da afirmação de Makinder de que “quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo”⁶⁸, pode-se perceber que as zonas de influência são extremamente relevantes para a definição de uma política de segurança, sempre remetendo à “estratégia traçada no mapa”, noção essa incorporada pelos *neocons* apesar da pulverização da lógica bipolar.

Como se observa, as concepções do PNAC remetem a uma importância geoestratégica que os estudos de Makinder e, posteriormente de outras teorias, como os estudos que

⁶⁵ Cf. Estratégia Europeia Em Matéria De Segurança. In: Relatório OTAN *Uma Europa Segura Num Mundo Melhor* Versão em português. Bruxelas, 12 de dezembro de 2003. pp. 1-14.

⁶⁶ Ibidem, p. 2

⁶⁷ Como aponta o professor Itaussu Mello, “A noção *Heartland* que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, terra central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre [...]. Tal conceito foi cunhado por Mackinder para designar o núcleo basilar da grande massa eurasiática que coincidia geopoliticamente com as fronteiras russas do início do século”. MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1999 *Apud.* VILLA, Rafael Duarte. Mackinder: Repensando A Política Internacional Contemporânea. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 14, p. 195-199, jun. 2000, p. 196.

⁶⁸ Sobre a *World Island*, VILLA indica na nota de rodapé de sua resenha que “A *World Island* é outro conceito mackinderiano, que rejeita a idéia tradicional de que possam existir quatro oceanos e seis continentes. Segundo a idéia de Mackinder, existia na verdade só um grande oceano, cujas águas recobririam três quartos da totalidade do globo. A isso o geógrafo inglês chamou de *World Island* (Ilha Mundial).” Ibidem, p. 196.

Zbigniew Brzezinski e Samuel Huntington teceram para os Estados Unidos a fim de manter a hegemonia por meio da importância de conquistar territórios estratégicos. A influência geopolítica que Brzezinski exerceu para a construção de políticas de segurança para a nação estadunidense toca na temática do sistema de alianças da OTAN. Em um artigo de 1997 intitulado “A geostrategy for Eurasia” para a *Foreign Affairs*⁶⁹, o autor faz a seguinte ponderação:

“A wider Europe and an enlarged NATO will serve the short-term and longer-term interests of U.S. policy. A larger Europe will expand the range of American influence without simultaneously creating a Europe so politically integrated that it could challenge the United States on matters of geopolitical importance, particularly in the Middle East. A politically defined Europe is also essential to Russia's assimilation into a system of global cooperation”⁷⁰

A importância que a Europa possui é que permite ao *think tank* recomendar uma realocação mais efetiva na região por parte dos Estados Unidos. Segundo o PNAC, a nação estadunidense não estava preparada no início dos anos 2000 para quatro missões consideradas pela organização critérios essenciais para assegurar a primazia dos Estados Unidos: defender seu território; combater possíveis grandes guerras; exercer o papel de polícia; transformar as Forças Armadas⁷¹. Mais especificamente, nos dois últimos critérios o PNAC deixa claro que os Estados Unidos estão perdendo o seu papel por conta de uma redução no orçamento militar. Assim, conclama que as Forças Armadas sejam capazes de recriar as articulações necessárias para que as alianças se mantenham, principalmente para se combater o grande conflito no final da década de 1990 e início dos anos 2000: a Guerra nos Bálcãs⁷². Segundo o relatório, retirar

⁶⁹ BRZEZINSKI, Zbigniew. A geostrategy for Eurasia. *Foreign Affairs* v. 76 (September/October 1997) n° 5 p. 50-64.

⁷⁰ Uma Europa alargada e uma ampliação da OTAN servirão aos interesses a curto e longo prazo da política dos Estados Unidos. Uma Europa maior expandirá a escala da influência americana sem simultaneamente criar uma Europa tão politicamente integrada que pudesse desafiar os Estados Unidos no que tange à importância geopolítica, particularmente no Oriente Médio. Uma Europa politicamente definida é também essencial à assimilação da Rússia em um sistema da cooperação global. [Tradução Nossa]

⁷¹ *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. Op. Cit. p. 6.

⁷² O escopo do nosso trabalho não é apontar para uma análise mais detalhada sobre o conflito nos Bálcãs. No entanto, é importante salientar que este conflito foi o que permitiu a manutenção da OTAN, capaz de provocar o processo de alargamento da organização internacional, bem como associar o papel da OTAN como o garantidor

as Forças Armadas estadunidenses seria questionar sua liderança no local. Por isso a presença dos Estados na região é de suma importância estratégica.

Quanto à reformulação das Forças Armadas – o quarto critério – se relaciona diretamente com a expansão da *Pax Americana*⁷³. E, para manter a longo prazo a condição hegemônica, os Estados Unidos devem alterar a capacidade de defesa em termos globais, tanto para o próprio país, como para seus aliados contra ameaças que por ventura possam surgir contra esses atores. Assim, sua estratégia para a atuação dos Estados Unidos se mostra clara:

In addition, the process of transformation **must proceed from an appreciation of American strategy and political goals**. For example, as the leader of a global network of alliances and strategic partnerships, U.S. armed forces cannot retreat into a “Fortress America.” Thus, while long-range precision strikes will certainly play an increasingly large role in U.S. military operations, American forces must remain deployed abroad, in large numbers. To remain as the leader of a variety of coalitions, the United States must partake in the risks its allies face; security guarantees that depend solely upon power projected from the continental United States will inevitably become discounted⁷⁴. [Grifo Nosso]

Embora todos os critérios estabelecidos pelo PNAC sejam interligados, estes são distintos, o que demanda tipos diferentes de estratégia. Mas em todos os casos, o poder que os Estados Unidos deveriam ter perante os demais perpassa as quatro estratégias. O fracasso das

de paz na região por meio de seu “Conceito Estratégico”, que sofrera alterações em 1999 justamente por conta desse conflito.

⁷³ Segundo o PNAC, “*the fourth element in American force posture – and certainly the one which holds the key to any longer-term hopes to extend the current Pax Americana – is the mission to transform U.S. military forces to meet new geopolitical and technological challenges.*” (“O quarto elemento da postura americana em vigor - e certamente um dos que detém a chave para qualquer esperança a longo prazo de alargar a atual *Pax Americana* - tem a missão de transformar forças militares dos EUA para responder a novos desafios geopolíticos e tecnológicos.”) [Tradução Nossa] *Rebuilding America's Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. Op. Cit. p.11.

⁷⁴ Além disso, o processo de transformação deve **proceder a partir de uma apreciação americana de estratégia e objetivos políticos**. Por exemplo, como o líder de uma rede global de alianças estratégicas e parcerias, as Forças Armadas dos EUA não podem se abster de ser uma “Fortaleza Americana”. Assim, enquanto o sucesso de precisão de longa distância certamente irá desempenhar um papel cada vez maior nas operações militares dos EUA, forças americanas devem permanecer implantadas no estrangeiro, em grande número. Manter-se como líder de uma variedade de coligações, os Estados Unidos devem participar dos riscos sua face de Aliados; garantias de segurança que dependem exclusivamente do poder projetado do continente americano inevitavelmente vão tornar-se descontados. [Tradução Nossa] *Ibidem*, pp. 12-13

Forças Armadas dos Estados Unidos, entretanto, elevará o nível de risco de uma ameaça que a nação estadunidense e seus aliados possam sofrer. Assim, a atuação dos Estados Unidos em terras estrangeiras é uma das preocupações do PNAC, caso contrário, os conflitos de pequeno porte poderão eclodir na arena internacional, bem como o despreparo das Forças Armadas dos Estados Unidos poderá eclodir em uma situação mais aguda: o fim da *Pax Americana*⁷⁵. Daí a importância estratégica da manutenção da aliança com a OTAN.

2.3 A instrumentalização das forças pelos Estados Unidos a partir da “hegemonia benevolente”: o papel ambivalente da OTAN

Após a abordagem sobre a concepção neoconservadora a respeito da manutenção do sistema de alianças – OTAN – proposta pelo PNAC no início dos anos 2000, é imprescindível que seja delimitado a análise mais crítica mais da conjuntura do novo século XXI. Segundo os neoconservadores, Estados Unidos e Europa adquiriam papéis cada vez mais complementares para a manutenção da ordem internacional. Enquanto que os primeiros buscavam progressivamente a ordem segundo sua própria configuração, o continente europeu seguia os passos do hegemona ao firmar ainda mais o sistema de alianças transatlânticas. Assim, tanto os Estados Unidos quanto a Europa buscavam interesses distintos, embora que somados conjuntamente fossem uma boa alternativa para a manutenção do *status quo* de poder entre as nações. No entanto, a crítica que se constrói a partir dessas determinações diz respeito à afirmação de que a Europa e os Estados Unidos exerciam papéis diferentes no sistema internacional, de acordo com suas capacidades. Em razão disso, ambos procuravam estabelecer relações que por vezes entravam em choque, o que fazia o continente europeu questionar certos preceitos da conduta estadunidense. O objetivo desse item do trabalho, portanto, consiste em analisar a postura ambivalente da OTAN: como processo díspar das políticas de cada ator, mas também propulsora das pretensões estadunidenses em consolidar o

⁷⁵ *Ibidem*. p.13.

contorno do sistema internacional guiado pelos interesses dos Estados Unidos e legitimado pela Europa.

Após a passagem de um momento unipolar durante o início da década de 1990 para a tentativa de uma “unimultipolaridade”, a configuração de poder se mostrava mais unilateral, sobretudo pelos Estados Unidos. O início dos anos 2000 apontava uma inclinação da nação estadunidense para as pretensões de convergir sua política interna com a externa, ao menos no que se refere à sua segurança. O caso mais evidente foi a perpetuação e alargamento da OTAN. Apesar de toda a crítica formulada no último decênio do século XX, de que a funcionalidade da organização transatlântica era incoerente com o final da Guerra Fria, a conjuntura mostrava que tal afirmação era equivocada. Robert Kagan alega que os Estados Unidos, ao final dos anos 90, já possuíam poderes absolutos em termos de quantidade de armamentos para atuar na resolução de conflitos extraterritoriais⁷⁶. Segundo o autor, a postura adquirida pelos Estados Unidos em seguir adiante com seu propósito na resolução de conflitos fazia com que a Europa questionasse suas ações, principalmente durante os conflitos na região dos Balcãs. Como o próprio ressalta,

Os conflitos nos Balcãs naquela década obrigaram os Estados Unidos a continuar cuidando da Europa como **prioridade estratégica**. A aliança da OTAN parecia ter encontrado a nova missão pós-Guerra Fria de levar a paz àquela parte do continente ainda propensa aos conflitos étnicos que, embora em menor escala, parecia não diferir muito dos grandes conflitos do século⁷⁷.
[Grifo nosso]

Embora esse questionamento perdurasse, o Conceito Estratégico da OTAN em 1999 sofrera alterações de modo a ampliar o escopo de atuação na Europa. A argumentação neoconservadora endossava tal intervenção sob a alegação de que a Europa se afastou do mundo hobbesiano da anarquia para ingressar no mundo kantiano da paz perpétua⁷⁸. Entretanto, pode-se já considerar nesse período a ampliação da pauta de segurança pela própria União Européia. A implementação da PESC – Política Externa e de Segurança Comum – da União Européia fez com que o continente voltasse a conceber a importância da

⁷⁶ Cf. KAGAN, Robert, 2003 Op. Cit.

⁷⁷ Ibidem, p. 23.

⁷⁸ Ibidem, p. 60.

segurança frente à nova percepção de ameaças no território, entre elas a imigração ilegal. A partir da especificidade europeia sobre percepção de outras ameaças, inicia-se o processo de alargamento na securitização de segurança pelos Estados europeus⁷⁹.

Portanto, apesar dos neoconservadores acreditarem na sobrevivência da OTAN para garantir a influência dos Estados Unidos na Europa, por outro lado também havia uma rearticulação da segurança coletiva no continente, enfraquecendo a visão de uma “Europa kantiana”. E, como essa configuração kantiana pressupunha a consolidação da multipolaridade, cujo assunto o autor já ressaltava em 1998 em um artigo analítico denominado *The Benevolent Empire*, já esboçava a postura europeia em reduzir os gastos militares de defesa:

If Europeans genuinely sought multipolarity, they would increase their defense budgets considerably, instead of slashing them. They would take the lead in the Balkans, instead of insisting that their participation depends on America's participation. But neither the French, other Europeans, nor even the Russians are prepared to pay the price for a genuinely multipolar world. Not only do they shy away from the expense of creating and preserving such a world; they rightly fear the geopolitical consequences of destroying American hegemony. Genuine multipolarity would inevitably mean a return to the complex of strategic issues that plagued the world before World War II: in Asia, the competition for regional preeminence among China, Japan, and Russia; in Europe, the competition among France, Germany, Great Britain, and Russia.⁸⁰

⁷⁹ A “securitização de segurança”, segundo a Escola de Copenhague e preconizado por Barry Buzan, diz respeito à incorporação da percepção de um fenômeno em ameaça pelos Estados nacionais. O processo de securitização, no entanto, está associado a uma atribuição intersubjetiva e sociológica a respeito da percepção de uma ameaça, construído diante de uma contextualização específica e conforme os interesses de manter a ordem. Esse processo, portanto, está ligado a uma postura conservadora a fim da manutenção do *status quo* do sistema. Cf. BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Joe de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colo : Lynne Rienner Publication, 1998.

⁸⁰ KAGAN, Robert. 1998, Op. Cit. p. 32 “Se genuinamente os europeus procuraram a multipolaridade, eles iriam aumentar os orçamentos de defesa consideravelmente, em vez de talhá-las. Eles levariam sua liderança nos Bálcãs, em vez de insistir que a sua participação depende da participação da América. Mas nem franceses, outros europeus, nem mesmo russos estão dispostos a pagar o preço de um verdadeiro mundo multipolar. Não somente recuam quanto à expansão de criação e preservação de tal mundo, mas receiam justamente às consequências geopolíticas de destruição da hegemonia americana. A verdadeira multipolaridade inevitavelmente significa um retorno para o complexo de questões estratégicas que flagelaram o mundo antes da II Guerra Mundial: na Ásia, a

Logo, para Kagan, a Europa então receava a volta da multipolaridade, uma vez que isso remetia aos conflitos anteriores à Segunda Guerra Mundial. E sua participação no sistema internacional, portanto, estava limitada a seguir uma linha mais pacífica, indicando um amadurecimento das políticas européias. Dessa maneira, não se tratava mais de estabelecer um mundo hobbesiano em que sua disputa para a manutenção de cada Estado-nação na União Européia era garantida pelo poder das armas, mas pela sua postura desenvolvimentista por meio do seu *Welfare State*, que, embora em crise em alguns países, sobrevivera por conta da figura do Estado conduzindo ativamente a mudança e desenvolvimento social na Europa. Mas o que se verificou de fato foi o aumento dos gastos militares europeu, não por conta da securitização de novas ameaças, mas por conta de um envolvimento próximo com o sistema militar-industrial estadunidense. Em outras palavras, a Europa nesse período continuava sendo um interessante mercado consumidor bélico dos Estados Unidos, sobretudo se considerarmos que as diretrizes da OTAN preconizavam gastos crescentes de todos os membros para a manutenção da aliança militar. Desse modo, a não-necessidade da Europa em se armar não era plausível, uma vez que interessava aos Estados Unidos o aumento dos gastos militares a fim de alimentar indústria militar⁸¹.

Assim, os europeus, segundo a concepção neoconservadora, abdicaram de seu poderio militar, uma vez que não conseguiriam competir com a “máquina de guerra” estadunidense, que a partir dos anos 2000, sobretudo o ano de 2003 se transformara⁸². Mas, o que os *neoccon* desconsideram é que não seria uma competição, mas uma complementação de mercados, beneficiando majoritariamente aos Estados Unidos. Por isso, quando Kagan ressalta que,

competição regional para primazia entre China, Japão e Rússia, na Europa, a concorrência entre França, Alemanha, Grã-Bretanha, e Rússia”. [Tradução Nossa]

⁸¹ Os gastos militares de 1988 a 2008 dos membros da OTAN podem ser encontrados no anexo ao final do trabalho. Sobre a indústria militar abordaremos mais adiante.

⁸² Kagan até recorre aos números dos gastos militares para provar o quão díspar é atualmente o dispêndio entre Estados Unidos e Europa. Segundo o neoconservador, “Uma coisa era se a Europa tentar, na década de 1990, aumentar seus gastos coletivos anuais com defesa, de US\$150 bilhões para US\$180 bilhões, quando os Estados Unidos estavam gastando US\$280 bilhões. Mas agora que os Estados Unidos estão se aproximando de gastar US\$ 400 bilhões por ano, ou talvez ainda mais nos anos vindouros, a Europa não tem a menor intenção de alcançá-los.” KAGAN, R. 2003 Op. Cit. pp. 70-71.

Transformar a Europa em uma superpotência global, capaz de se equilibrar em poder com os Estados Unidos, pode ter sido a argumentação original da União Européia – presumia-se que um dos mais importantes subprodutos da integração européia seria a política internacional e de defesa independente. Mas, na verdade, almejar uma “potência” européia não é idéia um tanto anacrônica? É um impulso atavista, incompatível com os ideais da Europa pós-moderna, cuja própria existência depende da rejeição da política do poder: seja o que for que seus arquitetos tenham pretendido, a integração da Europa mostrou-se inimiga do poderio militar e, de fato, de um importante papel da Europa no mundo.⁸³

Percebe-se que a concepção de anacronismo se refere não a sua condição econômica, mas militar. No entanto, se tal anacronismo existisse de fato, esse residiria na concepção equivocada dos próprios neoconservadores por acreditarem que a superpotência conduziria sua “hegemonia benevolente” a partir de Estados que estariam dispostos a conceder aos Estados Unidos o papel de guardião de sua segurança nacional que outrora representava; Estados esses agora subjugados e desprovidos da proteção do hegemonia. Assim, o discurso aos próprios aliados seria condizente com suas concepções: “uma Europa inimiga do poderio militar”. Pode-se afirmar também que anacrônico seria considerar tal argumento e verificar um aumento linear dos gastos militares dos países europeus, refutando, portanto, tal veracidade.

Assim, se afirmarmos, por um lado, que a Europa mostrava sua recusa em competir militarmente com os Estados Unidos, por outro, a postura européia diante do crescimento do poderio militar estadunidense era de reprovação. A argumentação de Kagan, que repousava nos ideais “pós-modernos” da Europa inclinada para sua própria integração, considerava apenas o processo endógeno, e não concebia a interação entre o processo interno e constrangimentos externos. O que se deveria considerar é que a Europa só poderia seguir com sua integração, pois os conflitos interestatais estavam contidos, mas não inteiramente devido às ameaças de natureza transnacional. Quanto ao plano externo, sua segurança estava assegurada, pelos próprios Estados Unidos por meio da OTAN. Mas não significava que, a organização transatlântica era a guardiã dos europeus e de seus interesses⁸⁴, mas assegurava a

⁸³ KAGAN, R. 2003, Op. Cit. pp. 66-67.

⁸⁴ Kagan afirma que os Estados Unidos possuíam força para garantir sua segurança, enquanto a Europa não: “Se durante a Guerra Fria a Europa, por necessidade, fez importante contribuição para a própria defesa, depois do fim

estabilidade política e militar no Atlântico Norte, especialmente os interesses estadunidenses – os grandes detentores do gasto bélico na aliança. A Europa, portanto, se mostrava contra a militarização crescente dos Estados Unidos, mas sem esse ferramental, não conseguiria manter integralmente sua própria segurança devido ao fato da PESC constituir o pilar menos desenvolvido da União Européia⁸⁵ desde a década de 1990.

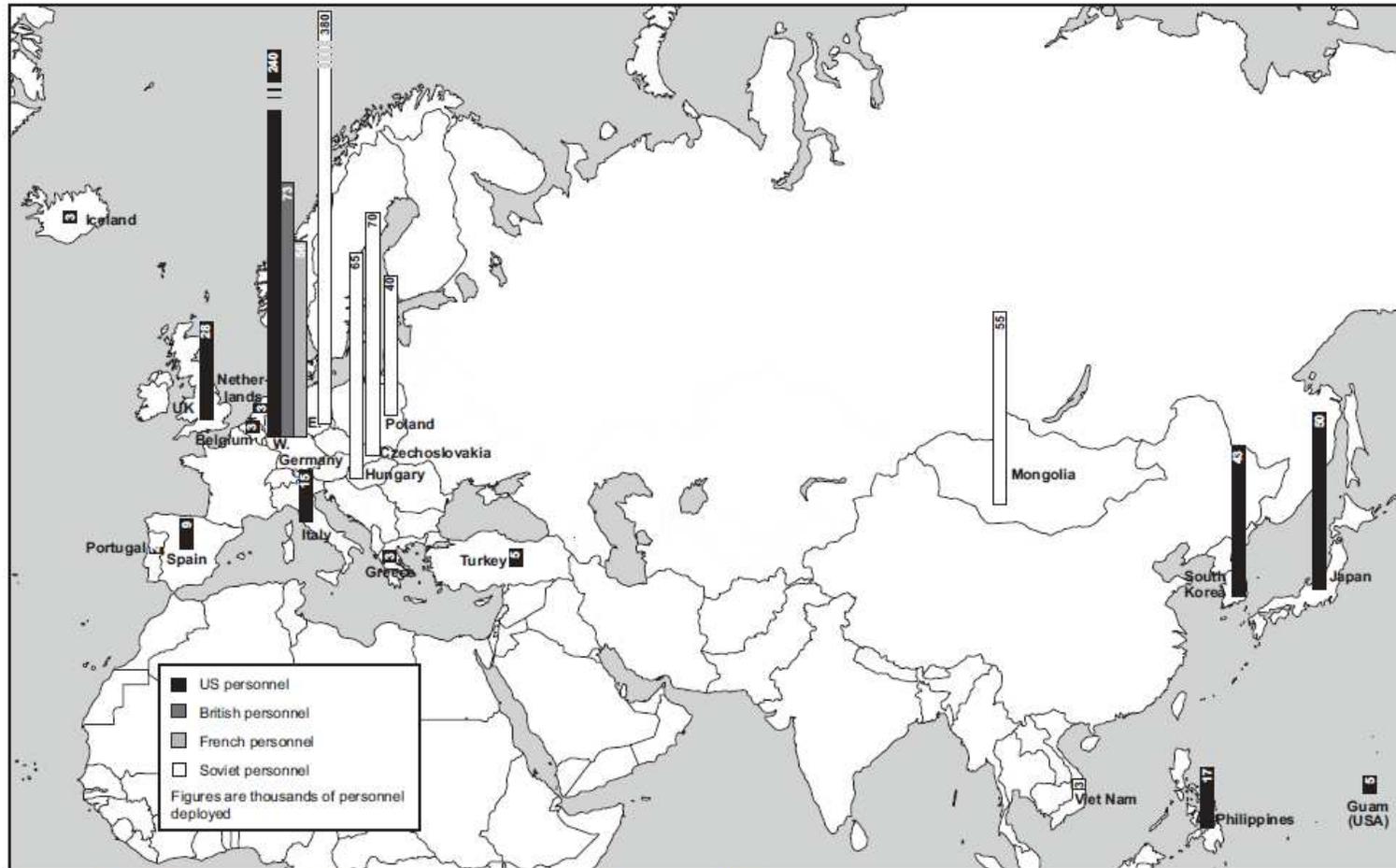
No advento do século XXI, período em que os neoconservadores já estavam no poder, o argumento de que a União Européia não precisaria se militarizar novamente já se encontrava no Documento de Segurança Estratégica dos Estados Unidos. Segundo o Documento de 2002, a ameaça não provinha mais especificamente da periferia da Europa (região dos Bálcãs), mas se tornara difusa por todo o mundo⁸⁶. Estas ameaças, na verdade, eram o reflexo da imprevisibilidade dos Estados Unidos em detectarem o real inimigo. Desse modo, os Estados Unidos passariam a estender seu perímetro de segurança para todo o globo. Havia, pois, a legitimidade inquestionável para a militarização dos Estados Unidos pelo mundo, inclusive em território europeu, como os mapas indicam:

da Guerra Fria os europeus gozaram de uma “segurança livre” sem paralelos, pois a maioria das prováveis ameaças emanam (sic) de regiões fora da Europa, onde só os Estados Unidos podem projetar força eficaz” KAGAN, R. 2003. Op. Cit. p. 36.

⁸⁵ Desde a constituição do Tratado de Maastrich em 1992/93, a União Européia é constituída por três pilares: 1. Comunitário, na confluência da Comunidade Européia, da Comunidade Européia da Energia Atômica (EURATOM) e da antiga Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA); 2. Política Externa e de Segurança Comum, que está abrangida pelo título V do Tratado da União Européia; 3. Cooperação judicial e policial em matéria penal.

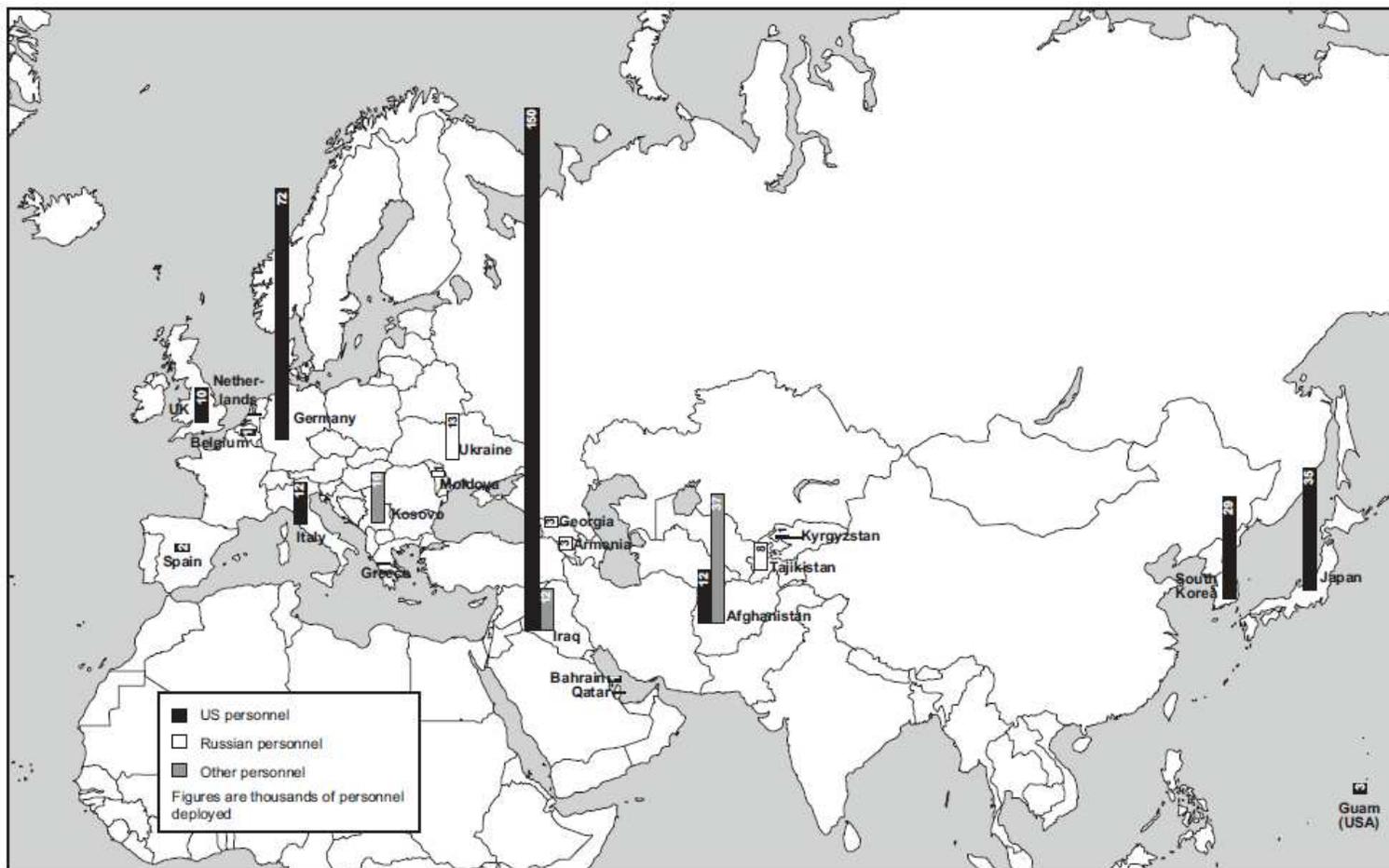
⁸⁶ No documento de Estratégia de Segurança Nacional de 2002 apresenta uma nova forma que os Estados Unidos contemplariam sua política externa a partir dos ataques que sofrera: deixaria de lado sua política de *deterrence*, ou seja, de dissuasão pelas armas, mas pelo “ataque preventivo” por conta das ameaças terroristas que provinham não só do Oriente Médio, mas do sul-asiático (conflito Índia e Paquistão), regiões estas de importância estratégica. Cf. THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*, setembro de 2002.

Mapa 5: Bases Militares Britânicas, Soviéticas e Estadunidenses na Eurásia em 1990



British, French, Soviet and US troops based abroad in Eurasia, 1990

Mapa 6: Bases Militares russas e estadunidenses na Eurásia em 2006-2007



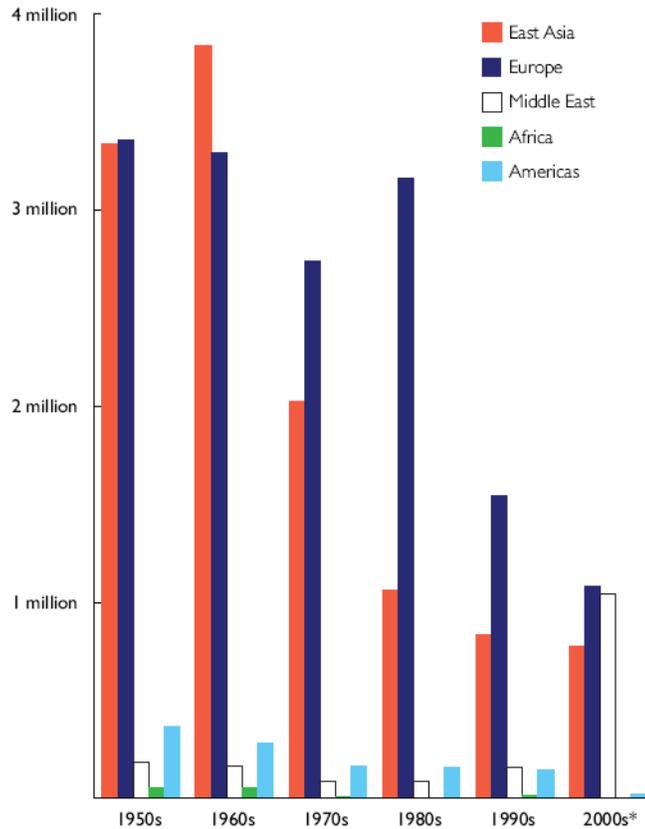
Russian, US and other troops based abroad in Eurasia, 2006–2007

Em termos quantitativos, a presença de bases militares no mundo sofrera uma significativa mudança. A ampliação das bases militares no Oriente Médio a partir da segunda metade dos anos 2000 reflete as novas percepções de ameaça aos Estados Unidos, especialmente após os atentados terroristas de 2001. No entanto, as bases militares dos Estados Unidos na Europa reduziram-se por causa do arrefecimento da tensão bipolar. Mas ainda assim as tropas militares eram consideradas altas, justificando a constante atuação da OTAN na região além das forças armadas nacionais dos Estados europeus. Portanto, o que se verifica na evolução das tropas militares é justamente a não-delimitação do perímetro de segurança dos Estados Unidos, uma vez que a configuração de poder cada vez mais unipolar e unilateral da superpotência, articulada com o contexto de absorção do terrorismo como ameaça não só aos Estados Unidos, mas global (o discurso passara a ser determinado dessa maneira⁸⁷) por meio da securitização da segurança pelos Estados - inclusive europeus - é que foi possível contemplar a nova geopolítica do início do século XXI. O *think tank* também neoconservador *Heritage Foundation*⁸⁸ aponta para essa alteração:

⁸⁷ O discurso se tornara: “A premissa maior da anunciada estratégia de segurança nacional, que “será baseada em um internacionalismo peculiarmente americano, que reflete a união de nossos valores e nossos interesses nacionais.” Estratégia que tem como objetivo proclamado “ajudar a criar um mundo não apenas mais seguro, mas melhor.” Casa Branca, *The National Security Strategy of the United States of America*. Setembro de 2002 Apud VELASCO E CRUZ, S. C, 2003, p. 180. A partir daí, salienta Velasco e Cruz, “(...) a retórica oficial passa a enfatizar, cada vez mais, a questão das “armas de destruição em massa”, que se converte em foco privilegiado de atenção no famoso discurso, pronunciado em 29 de janeiro de 2002, sobre o ‘eixo do mal’”. Ibidem, p. 181.

⁸⁸ Fundada em 1973, a *Heritage Foundation* é uma instituição de ensino e pesquisa, um *think tank* cuja missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, governo limitado, liberdade individual, valores tradicionais americanos e uma defesa nacional forte. Cf <http://www.heritage.org/>

Gráfico 7: Tropas dos Estados Unidos por região e década



*Values for 2000s are extrapolated based on data for 2000-2005.
Source: Heritage Foundation calculations based on annual records from U.S. Department of Defense, Directorate for Information Operations and Reports.

Fonte: *HF - Heritage Foundation, s.d*

Parecia que a Europa assumiria um papel coadjuvante na “guerra preventiva” estadunidense, embora extremamente relevante para o cenário internacional. Isto é o que indaga Kagan:

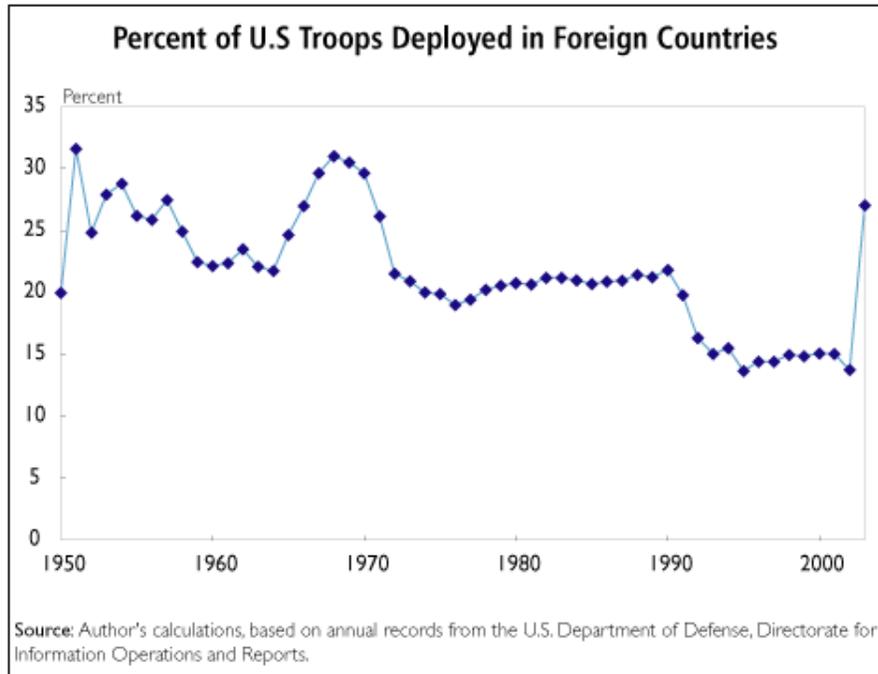
Os Estados Unidos podem preparar-se para reagir aos desafios estratégicos ao redor do mundo sem muita ajuda da Europa? A resposta simples é que já o faz. Os Estados Unidos têm mantido a estabilidade estratégica na Ásia sem ajuda nenhuma da Europa. (...) Seja qual for o apoio que a Europa ofereça, pouco tem a oferecer aos Estados Unidos na área da estratégia militar desde o

final da Guerra Fria – a não ser, é claro, o **bem estratégico mais valioso: uma Europa em paz.**⁸⁹ [Grifo nosso]

Contudo, se a questão era assegurar a manutenção do perímetro de segurança dos Estados Unidos sem depender da Europa, ou mesmo da OTAN, o paradoxo dessa aparente auto-suficiência aparece de forma explícita: os Estados Unidos precisariam que a Europa conservasse seu *status quo* pacífico, ou seja, que seu poder fosse suficiente para garantir em seu território a ausência de qualquer conflito de grandes proporções, nem interestatais, nem étnicos, religiosos e/ ou civis. Tornar uma Europa em contornos kantianos, mesmo pelo discurso implantado, interessava aos Estados Unidos de uma forma estratégica: estes necessitavam do território europeu livre dos conflitos de modo a torná-los intrínsecos em seu perímetro de segurança, transformando-os em um *locus* necessários para instalar suas bases militares e, conseqüentemente, servir como um pequeno espaço-vital dos Estados Unidos em território europeu para que regiões estratégicas, como o Oriente Médio, pudesse ser mais bem monitorado. Trata-se, então, de almejar uma proximidade maior com o “inimigo”, ou seja, com células terroristas e governos que apóiam o terrorismo, para que este pudesse ser minimizado e, se possível pulverizado pelo poder da máquina militar estadunidense. Não por acaso, a porcentagem de tropas militares deste país a partir do ano 2000 aumentara vertiginosamente, tal qual o final da década de 1950 e início da década de 60:

⁸⁹ KAGAN, R. 2003. Op. Cit. p. 99.

Gráfico 8: Evolução percentual das tropas dos EUA no mundo (1950-2000)



Fonte: HF- Heritage Foundation, 2004⁹⁰

Diante desse cenário de militarização, o papel da OTAN se mostrava ainda importante no sentido de atribuir à Europa segurança – “deixá-la em paz” – e, para os Estados Unidos, uma brecha geográfica para que suas políticas, cada vez mais militaristas, pudessem ser aplicadas ao redor do mundo, ampliando seu perímetro de segurança. No entanto, esse perímetro de segurança se estendera de tal forma de modo a não enxergar mais a fronteira que o distinguiu; o mundo passa a ser um determinante para que os Estados Unidos assegurassem o *status quo* do sistema internacional, ameaçado depois dos ataques terroristas. E tal fato

⁹⁰ KANE, Tim. Global U.S. Troop Deployment, 1950-2003 Heritage Foundation. *October 27, 2004* Disponível em: < <http://www.heritage.org/Research/Reports/2004/10/Global-US-Troop-Deployment-1950-2003>>

culmina na reinserção de um tema discutido nos anos 90: a volta da unipolaridade, liderada mais uma vez pela hegemonia da “hiperpotência” Estados Unidos⁹¹.

E perante um contexto favorável, juntamente com a retomada da militarização dos Estados Unidos, os neoconservadores finalmente puderam discursar para todo o sistema internacional de que a unipolaridade liderada estadunidense é benéfica a todo o planeta. Isto porque, segundo o discurso *neocon*, a abdicação da Europa e outros atores do sistema internacional em competir militarmente com os Estados Unidos fizeram dos mesmos atores predestinados a exercerem um papel de suma importância para garantir a paz mundial: assumir a liderança no sistema internacional, impedindo, assim, a ascensão de poderes que possam ameaçar os valores intrínsecos da dignidade da pessoa humana: liberdade, democracia e direitos humanos. Desse modo, o discurso tornou-se político: atualmente, somente os Estados Unidos possuem condições de conduzirem o sistema internacional de forma a permitir a expansão desses valores, uma vez que seus interesses só são garantidos se os interesses dos demais também os são⁹². Verifica-se, então a disparidade de poder entre os mais “fortes” e mais “fracos”, ou seja, do(s) Estado(s) que possui(em) condições de manter a hegemonia benéfica para o mundo e aqueles que devem auxiliar estes a garantir esse cenário⁹³. A Europa, nesse sentido, embora questionasse as ações hegemônicas dos Estados Unidos, não estaria disposta a abdicar da sua dita “paz perpétua” para combater flancos de hostilidade ao redor do mundo. Kagan então poderia adensar o discurso dos Estados Unidos, especialmente na

⁹¹ Sobre o termo hiperpotência, Kagan designa que a expressão foi cunhada por Védrine diante do avassalador poder dos Estados Unidos em comparação com as demais potências. “*Hoje [2002] muitos europeus consideram os anos da administração Clinton uma época de harmonia transatlântica, mas foi durante esses anos que os europeus começaram a reclamar do poder e da arrogância dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria. Foi durante os anos do governo Clinton que o Ministro das Relações Exteriores da França, Hubert Védrine, criou o termo hyperpuissance (hiperpotência) para definir o monstro norte-americano, preocupante demais para ser designada apenas superpotência*” KAGAN, Robert. 2003 Op. Cit., p. 45.

⁹² Sobre esta questão, Kagan ressalta que “*depois de Munique, depois de Pearl Harbor e depois do início da Guerra Fria, os Estados Unidos adotaram cada vez mais a convicção de que seu próprio bem-estar dependia essencialmente do bem-estar dos outros países, que a prosperidade americana não poderia existir na ausência de prosperidade global, que a segurança nacional dos Estados Unidos era impossível sem segurança internacional abrangente*”. Ibidem, pp. 79-80.

⁹³ Kagan não atribui a um Estado apenas a exercer a função de hegemonia mundial, mas garante que pela conjuntura atual, apenas os Estados Unidos cumprem os critérios necessários para manter a liderança mundial e, conseqüentemente, o sistema livre das ameaças que incidem cada vez mais no globo, por exemplo, o terrorismo.

conduta que a Europa deveria seguir, independente de seu consentimento, uma vez que o continente não poderia questionar, visto que os seus interesses já estariam sendo assegurados, mesmo com uma política unilateral:

Essa discordância natural e histórica entre os mais fortes e os mais fracos se manifesta na discussão transatlântica atual sobre a questão do unilateralismo. Os europeus em geral acreditam que sua objeção ao unilateralismo americano é prova de seu maior compromisso com os princípios da ordem mundial. (...) Os europeus, porém, estão menos dispostos a reconhecer outra verdade: que sua hostilidade ao unilateralismo também é defesa de interesses próprios.⁹⁴

É sob este cenário que a estrutura unipolar é reinserida no discurso político internacional. O que antes se identificara como um “momento unipolar” no início da década de 90, mostra-se novamente como um artifício de poder dos Estados Unidos, sobretudo depois dos anos 2001 – a unipolaridade. O discurso oficial orbitava a quantidade de poder capaz de prover a segurança de um Estado: os que não possuem ferramentais necessários para conduzir a unipolaridade, buscam articular estratégias capazes de conquistar essa posição de liderança via unilateralismo. Esse é o caso da Europa; segundo o neoconservador,

da perspectiva européia, os Estados Unidos podem ser uma potência hegemônica relativamente benigna, mas, à medida que seus atos retardam a chegada de uma ordem mundial mais propícia à segurança de potências mais fracas, são objetivamente perigosos⁹⁵.

Em decorrência do poder que os neoconservadores exerciam, não mais nos grupos de pressão nos bastidores, mas agora em sua posição oficial de governo, os Estados Unidos passam a empreender um discurso no sentido de garantir a segurança aos mais fracos – que incluíam também alguns países europeus – sob o escopo de sua “hegemonia benevolente”, uma vez que seria condizente às estruturas de poder que proporcionariam uma ordem mundial que abarcasse minimamente os interesses dos demais atores mais fortes, além dos Estados Unidos. Tal “hegemonia benevolente”, no entanto, dava-se por meio da militarização do hegemonia, instalando bases militares por todo o globo, instituindo o novo papel da política de segurança dos Estados Unidos assumido no século XXI.

⁹⁴ KAGAN, R. 2003. Op. Cit. p. 41.

⁹⁵ Ibidem, p. 42

2.4 Reflexões e perspectivas do debate interno para o papel dos Estados Unidos no século XXI

A tentativa de legitimar a conduta dos Estados Unidos segundo os preceitos neoconservadores, partia da concepção de que o novo século americano estava sendo gestado a partir da década de 1990, resultado de uma vitória dos valores democráticos e liberais sobre a ideologia comunista. Assim afirmavam políticos e intelectuais de todo o mundo, em consonância também aos argumentos neoconservadores. No entanto, as relações entre os Estados, pautadas pelas alianças herdadas da Guerra Fria, caminhavam para um cenário ainda desconhecido. Tratava-se, pois, de um rearranjo substancial nas relações internacionais contemporâneas, uma vez que, aparentemente, não se sentia a necessidade da manutenção de alianças rígidas pautadas na ameaça do extinto mundo bipolar. Sob a égide dos interesses estadunidenses, que por sua vez argumentavam assegurar os interesses da humanidade, o mundo poderia sentir o seu “momento unipolar”, representado pela superpotência global.

Destarte, nascia o período de relativa estabilidade para os demais atores que, paradoxalmente, era também um momento de rearranjo no sistema, sobretudo pela percepção de ameaça. Com a diminuição da probabilidade de uma guerra nuclear de grandes proporções, o cálculo dos Estados sobre as futuras ações fica mais complexo, dado que um confronto direto significaria uma retaliação em grande magnitude, acarretando uma instabilidade aos Estados. Era um momento em que as expectativas de uma nova ordem mundial ancoradas na segurança das nações possibilitariam outros tipos de alianças, possivelmente pautadas nas relações econômico-comerciais⁹⁶. Tanto políticos como teóricos começavam a admitir a transição de uma geopolítica pautada na ênfase das questões políticas e militares para uma condição de geoeconomia, cuja preponderância no cenário internacional eram as relações

⁹⁶ Na década de 1990 houve uma preponderância das teorias liberais em relação às teorias realistas, que se pautavam na lógica do equilíbrio de poder em um sistema bipolar. Com o colapso da potência soviética, as bases teóricas realistas se abalam, dando margem à consolidação dos preceitos liberais, tal como a possibilidade de se assegurar a paz pelos mercados. Esse assunto, no entanto, não será abordado nesse trabalho.

comerciais entre as potências e as periferias⁹⁷, rearticulando, dessa maneira, o novo eixo das relações internacionais.

O cenário internacional emitia sinais de que seria pautado na estabilidade. Não obstante, a partir do final da década de 1990 e o início dos anos 2000 outra clivagem de poder se verifica. No breve período unipolar dos anos 90, a estrutura de poder estava mais centralizada pelos Estados Unidos. Já a partir dos anos 2000, essas mesmas potências conseguem rearranjar suas estratégias políticas quanto interna quanto externamente, readquirindo sua força no cenário internacional. Era retratado, portanto, o retorno da “geopolítica das nações”, onde a estrutura unipolar não era mais condizente com o cenário internacional, já que a lógica da competitividade entre os Estados-Nação, tal como Rússia, União Européia, Japão, Índia e China⁹⁸ retornara, ainda mais intenso.

Perante essa nova condição, o sistema internacional ainda seria composto por uma “superpotência e as demais grandes potências”⁹⁹, mas com uma nova peculiaridade – essas grandes potências estavam readquirindo mais poder, diante da recuperação de suas instabilidades sofridas nas duas últimas décadas do século XX, tais como a Rússia, por conta de seu colapso político, militar e ideológico da antiga União Soviética; a União Européia diante da ameaça de uma Alemanha dividida entre dois blocos; o Japão e a sua crise econômica proveniente da bolha imobiliária; a Índia por conta da ruptura do seu legado de colônia e a China diante da descentralização econômica, política e cultural. Essa nova configuração no final da década de 1990 fez com que os Estados Unidos e os atores estatais mais próximos a eles apostassem que essas potências se alinhariam aos valores democráticos e

⁹⁷ A geoeconomia seria a linha mestra das políticas dos Estados, preconizado principalmente pela corrente liberal, que defendia a não-coerência em atribuir uma guerra em momentos de auge comercial, dado os custos que um Estado teria. Assim, no cálculo custo-benefício, o comércio seria menos oneroso que uma guerra, daí a preferência pela primeira opção, o que resultaria em termos sistêmicos em um desenvolvimento do sistema internacional, pautado não pela guerra militar, mas pela guerra entre os mercados, mais pacífica e mais lucrativa para ambos os lados. Cf. ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Coleção Clássicos IPRI. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

⁹⁸ Kagan aponta essas potências como responsáveis de trazer novamente a competição entre as nações. Cf. KAGAN, Robert., 2009.

⁹⁹ Robert Kagan utiliza tal expressão para apontar o que os estrategistas chineses compreendem da nova configuração de poder mundial. *Ibidem*, p. 16.

liberais até então aparentemente difundidos pela nação estadunidense para os demais atores estatais, legado da vitória da Guerra Fria.

De fato, algumas potências se alinharam ainda mais a esses valores, como União Européia e o Japão, mas a recuperação das grandes potências fez com que alguns pontos dados como premissa fossem contestados e até mesmo falseados pela conjuntura atual. A primeira falsa premissa foi a noção de que valores como democracia e liberdade, uma vez difundidos pela nação mais poderosa do mundo – os Estados Unidos – seriam internalizados por cada nação como valores imanes desta e, conseqüentemente, por cada indivíduo; fato esse refutado já no final da década de 1990, visto as guerras étnicas e culturais. A segunda era a estabilidade (leia-se “paz”) do sistema internacional por conta do fim da Guerra Fria. A nação estadunidense criou cenários que se pautavam na existência de um mundo unipolar e o projeto unimultipolar não prosperou; era a substituição efetiva do “momento unipolar para uma era unipolar”¹⁰⁰. E por conta dessa centralização exacerbada de poder estariam pulverizando novas ameaças por causa do constrangimento que poderiam gerar aos “insurgentes” da nova ordem internacional, ou seja, aqueles atores que de alguma maneira contestavam esta ordem emergente. Nesse sentido, suas políticas, tanto internas quanto externas eram de um ator intervencionista, capaz de atuar para o “bem universal”: expandir os valores liberais e democráticos e assegurar os direitos humanos, o que por diversas ocasiões foram denominados pelos outros atores estatais como árbitros da arena internacional. Assim, mesmo com o fim da Guerra Fria, o mundo ainda vislumbrava uma heterogeneidade capaz de perpetuar conflitos que saíam do escopo de intervenção dos Estados Unidos como um ator isolado. O último ponto que falsearia a premissa indicada deriva-se do segundo: os Estados Unidos acreditavam que poderiam traçar uma liderança exclusiva global. Em outras palavras, nascia um sentimento de fortalecimento da *primazia global*. É a partir desses argumentos, não obstante, que a legitimidade do neoconservadorismo perante o papel dos Estados Unidos no mundo poderia de fato realizar-se.

¹⁰⁰ Cf. KRAUTHAMMER, Charles, 1991. Op. Cit.

No entanto, esta primazia global dos Estados Unidos, articulada ao uso de força e consentimento foi questionada. Essa primazia e estratégia política de disseminar bases através do consentimento em diversos territórios aliados e, por meio da força em territórios não aliados fora diversas vezes usada para assegurar sua influência nas demais regiões do mundo, uma vez que durante a década de 1990, havia as expectativas de uma nova ordem, porém havia também os resquícios da Guerra Fria. Desse modo, as alianças entre Estados Unidos e alguns países da Europa se mantiveram, perpetuando o sistema de alianças entre as potências na manutenção da OTAN. Tal organização, portanto, assume um caráter fundamental para afirmar o poder dos Estados Unidos em pontos estratégicos do globo, não pela antiga razão que legitimava tal aliança, uma vez que o “velho fantasma” do comunismo havia sido pulverizado, mas pela nova justificativa em perpetuar sua influência em áreas cada vez mais extensas, excluindo, portanto, a idéia de um perímetro específico de segurança. O comportamento dos Estados, portanto, passou a ser indicado pela manutenção das alianças militares, entre elas a OTAN. Essa aliança, destarte, fincava suas bases na primazia dos Estados Unidos.

Embora a corrente neoconservadora tenha se mostrado contrária às políticas que se seguiam nos Estados Unidos para conduzir sua política baseada na primazia internacional perante os demais em um primeiro momento, essa crítica não se mostra homogênea. Há uma clivagem no entendimento do que seria essa *primazia* dos Estados Unidos. Alguns autores, como Niall Ferguson, concebem a idéia de que a hegemonia nos termos assumidos pelos Estados Unidos no sistema internacional é, na verdade, um componente fundamental para que esse contorno político fosse denominado como um modelo mais centralizador e incisivo, tal como o imperialismo. Já outros autores, como Kagan e William Kristol, acreditam que o papel dos Estados Unidos como provedor da nova ordem mundial é hegemônico e, portanto, não imperialista, ao passo que consideram esses constructos noções distintas e antagônicas. Em outras palavras, a política hegemônica seria uma condição que leva à maioria dos Estados a compartilharem uma condição de ordem; já a política imperialista seria uma forma de governo precária e prejudicial para o sistema internacional, uma vez que a anexação forçada dos

territórios não seria legítima, ao passo que os Estados perderiam sua soberania¹⁰¹. Assim, Kagan concebia um poder hegemônico aos Estados Unidos que não estava articulado à idéia de imperialismo, pois, segundo sua própria concepção, o imperialismo estava atrelado à construção e manutenção de colônias, o que não ocorreu com os Estados Unidos, mas com o império romano ou soviético. Como esses impérios foram atribuídos como autoritários, a hegemonia dos Estados Unidos não era imperial, pois sempre esteve associada à democracia.

Os Estados Unidos, portanto, passaram a representar uma potência hegemônica com rumos claros sobre sua orientação de poder, com a incorporação de preceitos neoconservadores a partir do novo século - especialmente após os atentados de 2001 - com o aumento dos gastos militares e a disseminação de bases estadunidenses em pontos estratégicos, dando margem a um debate, *a posteriori*, sobre a postura dos Estados Unidos na determinação do modelo de ordem internacional através da implementação de sua política de segurança militarista¹⁰². Por essa atitude de militarização é que o debate interno sobre o papel dos Estados Unidos no mundo desdobra-se em questões mais amplas que serão *apontadas* nesse trabalho: o dissenso neoconservador do que poderia se tornar o arcabouço de poder dos Estados Unidos no novo século: hegemônico ou imperialista. A segunda questão está ligada à problemática da unipolaridade como fio condutor da nova ordem mundial, segundo a visão neoconservadora.

2.4.1 O dissenso neoconservador sobre o poder dos Estados Unidos

A existência de uma política ancorada no ferramental militarista permitiu que o papel dos Estados Unidos fosse amplamente debatido dentro dos *think tanks*. Especialmente os *think tanks neocons* atribuíram um grande espaço para as discussões sobre o que o poder dos Estados Unidos poderia se tornar. Seus discursos evidentemente ideológicos pregavam um

¹⁰¹ ALMEIDA, João Marques de. “Os Neo-Conservadores e a Idéia de ‘Império’”. Artigo publicado no *IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais*, 2004. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=34>> Acessado em 8 de novembro de 2008.

¹⁰² Esse debate será apontado no capítulo terceiro.

poder à nação estadunidense que jamais foi visto na história das relações internacionais: a confluência de um Estado com poderes insuperáveis em razão de um poderio bélico sem precedentes. A política dos Estados Unidos no novo século apresentava sinais de uma superpotência que regeria o mundo em contornos de um modelo imperial. Dessa maneira, o debate é iniciado sob essa possibilidade dos Estados Unidos em galgar um melhor modelo de moldar a nova ordem mundial.

O consenso majoritário entre os neoconservadores é que a política dos Estados Unidos não se traduzia em um militarismo que beira ao imperialismo, pois os *neocons* argumentam que tal concepção somente é pertinente se a análise se centrar na questão de dominação territorial, em outras palavras, de um cenário onde os Estados Unidos são os únicos atores capazes de instalar colônias pelo mundo. Por isso argumentavam que essa nova política de segurança militarizada assegura um *status* de superpotência condizente com seu poder atual. Para reforçar esse argumento, Robert Kagan, um dos precursores dessa linha ideológica, cita o Secretário de Estado Strobe Talbott¹⁰³, cujo período que exerceu esta função foi de 1994 a 2001, ao afirmar que a definição da hegemonia dos Estados Unidos não se dá pela força *contra* os Estados, mas pela sua capacidade em reverter essa força antagônica em apoio aos demais países representando os interesses da comunidade internacional, ou seja, a *favor* dos mesmos¹⁰⁴. E é essa força em prol de outro Estado que dá a condição de se tornar recíproco para com a nação estadunidense, reforçando a “hegemonia benevolente”.

Para reforçar o debate, em 1998 Kagan escreve um artigo intitulado ironicamente de “The Benevolent Empire”¹⁰⁵. Até então a expressão “império” havia gerado controvérsias quanto a sua existência, sobretudo nesse escopo da literatura neoconservadora. Os termos mais usados eram *liderança*, *primazia* (conceito emprestado de Huntington) e em muitos momentos *hegemonia*. Kagan nega a denominação de “império” ao caracterizar o poder dos Estados

¹⁰³ Strobe Talbott foi vice-secretário de Estado na administração Clinton e foi um personagem importante para a condução da política externa estadunidense em ênfase na conduta das armas nucleares, com foco na Rússia, Europa e Sul da Ásia. Atualmente é presidente da *Brookings Institution*, think tank cujo objetivo é proporcionar recomendações práticas quanto à organização e conduta política pública. Cf. Disponível em: *Brookings Institution* <<http://www.brookings.edu/>>. Acessado em: 01 de agosto de 2009.

¹⁰⁴ KAGAN, 2009 Op. Cit. p. 13

¹⁰⁵ Cf. KAGAN, Robert. The Benevolent Empire. *Foreign Policy*, Summer 1998, pp. 24-35

Unidos, uma vez que tal expressão induz a uma forma de governo autoritária e não benéfica para nenhum Estado devido à exacerbação apenas de seus interesses individuais. Em contrapartida, a conotação de hegemonia, sob sua percepção, remete a uma situação ótima (ou no máximo um resultado subótimo) para os demais atores. No entanto, uma crítica à visão neoconservadora argumenta que uma hegemonia não significa que haverá um ator que dispõe de poder suficiente para manter a ordem internacional, capaz de assegurar a existência dos Estados no sistema internacional de forma benevolente, isto é, de forma não egoísta e harmoniosa. Conceber uma hegemonia que disponha a congregar valores ditos universais – como democracia e liberdade – é uma afirmação falaciosa, dado que os valores em nenhum período da História foram universais. A tentativa de tornar valores universais, que são subjetivos e heterogêneos, é na verdade uma solução para a legitimidade frente à liderança e primazia no mundo.

Por outro lado, os neoconservadores apontam que os valores universais baseados em preceitos iluministas são o caminho “dos sonhos”, embora nem todas as potências sigam tal caminho. Em outras palavras, os países que seguiram tais valores iluministas puderam se afastar de uma lógica militarista a favor de sua soberania nacional para a criação de união econômica e/ ou política, uma vez que a ameaça de um ataque ao próprio Estado Nacional foi subjogado. Desse modo é possível se pensar que o discurso sobre a construção de valores ditos universais, desdobrando-se na desmilitarização dos demais, é que permite aos Estados Unidos assumirem esse papel de guardiões do mundo, tornando-se messiânicos¹⁰⁶. O que os neoconservadores omitem é que justamente a lógica do *complexo militar-industrial*, assumida no final do governo do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961) nos Estados Unidos é que garante não só a supremacia militar desta nação, mas a hegemonia econômica, dado que um dos pilares da geração da renda nacional dos Estados e do transbordamento do progresso tecnológico para outros setores é justamente balizado no mercado das indústrias bélicas¹⁰⁷. Portanto, os países não poderiam abdicar do ferramental militar para assegurar os valores ditos

¹⁰⁶ Em uma alusão ao retorno dos preceitos conservadores.

¹⁰⁷ Cf. MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros rumo a um compromisso "guerra sem limites"?. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005

universais. Embora seguisse o caminho da redução dos armamentos, a Europa, não legitimava integralmente o discurso da política de segurança estadunidense, tanto por conta de sua pretensão de integração regional, quanto pelos alguns de seus valores que se divergiam em relação aos valores da nação estadunidense¹⁰⁸.

Uma condição para a consecução das políticas de segurança dos Estados Unidos era conferir menos poder aos Estados, ainda que sejam aliados. Isto porque, segundo o pensamento neoconservador dessa corrente específica, como a força não prescinde os acordos estabelecidos entre os Estados e a superpotência, é necessário que haja o apoio das demais potências. Dessa maneira, invertem-se as características de uma lógica *ofensiva* e *defensiva*. Enquanto que a postura de uma potência no século XX era se armar para se defender, a nova lógica do século XXI permite que a ofensiva *a priori* seja exercida por conta de dois fatores fundamentais: primeiro pelas ameaças cada vez mais complexas e difusas advindas não só de atores estatais, mas também transnacionais; depois pela manutenção e expansão dos valores democráticos e liberais que alguns atores estatais tentaram romper, como por exemplo, no “mundo oriental”¹⁰⁹.

Sob este arcabouço da corrente neoconservadora é que Robert Kagan ratifica o papel benéfico dos Estados Unidos no sistema internacional ao afirmar que “(...) *the truth is that the benevolent hegemony exercised by the United States is good for a vast portion of the world’s population*”¹¹⁰. Sancionada essa idéia também por Huntington, Kagan complementa a afirmação de que um mundo sem a hegemonia estadunidense está fadado à desordem mundial, ao caos e à violência, uma vez que teria menos democracia e menos crescimento econômico

¹⁰⁸ Como foi o caso da França a partir do final dos anos 1960 diante das políticas nacionalistas de Charles de Gaulle em que se afasta da hegemonia estadunidense quando se retira oficialmente da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1966.

¹⁰⁹ A generalização *proposital* geográfica da ameaça dos valores democráticos e liberais pelo “mundo oriental” torna-se um ponto de discussão importante, já que essa generalização aparece até mesmo na doutrina de segurança dos Estados Unidos, parcela de Estados (estatais) e de indivíduos (transnacionais) que antigamente era contrária à hegemonia dos Estados Unidos (como Rússia, China e países da antiga União Soviética) no que tange aos atores estatais.

¹¹⁰ “A verdade é que a hegemonia benevolente exercida pelos Estados Unidos é boa para uma vasta porção da população mundial” [Tradução Nossa] KAGAN, 1998, Op. Cit. p. 26

mundial¹¹¹. Esta hegemonia é derivada da própria experiência que os Estados Unidos vinham adquirindo desde o pós II Guerra Mundial ao abrir seus mercados e explorar a liberdade que a condição liberal proporcionava. Adquiria-se então certa *expertise* no que se refere à administração de valores com a expansão do poder político, econômico e militar que só se alargara paulatinamente.

2.4.2 O consenso neoconservador sobre a unipolaridade como fio condutor da nova ordem mundial

Se por um lado o debate neoconservador apontava para um dissenso sobre a problemática em apontar os Estados Unidos como imperialistas ou hegemônicos, por outro havia um consenso sobre o modo pelo qual a nação estadunidense traçaria sua estratégia para conseguir mais poder: através da unipolaridade e unilateralidade. A argumentação neocon se baseava na suposição de que, se a expansão do poderio estadunidense para os neoconservadores era evidente no cenário internacional, quase como uma predestinação, a superpotência então poderia destinar seus esforços para a manutenção do escopo político-militar de suas alianças militares, em especial à OTAN. Isto porque os seus aliados não teriam condições de manter a organização da mesma maneira que os Estados Unidos conseguiam, não garantindo, assim, a própria segurança européia. A recomendação neoconservadora defendia uma divisão de funções: tarefas de defesa cabem à superpotência; as outras tarefas se destinam às potências européias. De modo factual, a estrutura consensual almejada pelos *neocons* era centralizada na unipolaridade e na unilateralidade, já que o poder das demais potências no que tange à capacidade bélica era largamente inferior ao dos Estados Unidos. Embora os neoconservadores não discutam diretamente esta questão, Kagan levanta brevemente a problemática da multipolaridade/ unipolaridade:

What, then, of a multipolar world? There are those, even in the United States, who believe a semblance of international justice can be achieved only in a

¹¹¹ Ibidem.

world characterized by a balance among relative equals. In such circumstances, national arrogance must theoretically be tempered, national aspirations limited, and attempts at hegemony, either benevolent or malevolent, checked.(...)

We need not enter here into the endless and so far unproductive debate among international-relations theorists over the relative merits of multipolar, bipolar, and unipolar international "systems" for keeping the peace.¹¹²

O fato de Kagan e os demais neoconservadores não discutirem demasiadamente a respeito da questão da unipolaridade/multipolaridade não exclui a importância do debate sobre essa questão no cenário internacional. O fato é que a ordem construída sobre a unipolaridade sob a ótica neoconservadora possui um ponto fundamental para se entender a postura que uma superpotência no sistema internacional, bem como sua legitimidade. Nesse sentido, a divisão de função poderia destinar os esforços dos Estados Unidos para combater uma ameaça no sistema internacional. É nesse sentido que a configuração multipolar, onde todos exerceriam a mesma função, seria uma ameaça à condição de poder esboçada pelos Estados Unidos para o sistema internacional, uma vez que conduziria a um cenário em que as grandes potências que estavam subjugadas (como Rússia, Alemanha e China) poderiam reivindicar seu poder perdido no passado. Assim, a conduta das potências também poderia se desdobrar na ameaça ao poder da superpotência.

Para fugirem desse dilema, os neoconservadores se afastam da recomendação sobre qual ordem estabelecer, embora as análises indiquem a clara evidência de que prefeririam um princípio ordenador anárquico, porém unipolar, pois os Estados, embora permanecessem com um alto grau de soberania, deteriam uma quantidade de poder consideravelmente menor que os Estados Unidos. Enfatizam, desse modo, a possível (e talvez provável) competitividade que as grandes potências poderão traçar na arena internacional, devido à sua reconquista de poder.

¹¹² KAGAN, 1998, p. 30. “O que é, então, um mundo multipolar? Há aqueles que, mesmo nos Estados Unidos, que consideram uma aparência de justiça internacional pode ser alcançada apenas em um mundo caracterizado por um equilíbrio entre iguais. Em tais circunstâncias, a arrogância nacional deve ser teoricamente temperada, as aspirações limitadas, e as tentativas de hegemonia, quer benevolentes ou malévolas, controladas. (...) Não precisamos entrar aqui no interminável e até agora improdutivo debate entre os teóricos das relações internacionais, ao longo dos méritos relativos de multipolar, bipolar, unipolar e internacional ‘sistemas’ para manter a paz.”. [Tradução Nossa]

Apenas um dos problemas verificados pelos *neocons* em curto prazo é o fato de que haverá mais “*free riders*” (caroneiros) para se beneficiar de uma ordem internacional que, em tese, seria proporcionada pelos Estados Unidos:

The problem is not merely that some of these nations are giving themselves a "free ride" on the back of American power, benefiting from the international order that American hegemony undergirds, while at the same time puncturing little holes in it for short-term advantage. The more serious danger is that this behavior will gradually, or perhaps not so gradually, erode the sum total of power that can be applied to protecting the international order together.¹¹³

Além do fato de que esses Estados possuem um dispêndio menor de custos para manter a ordem internacional, os mesmos podem, em médio prazo, causar distúrbios que perturbem a ordem estabelecida pelo hegemonia. Desse modo, a ameaça seria ainda maior, dado que a condição estável da ordem seria afetada por potências que possam se reerguer com poucos custos em relação a sua conquista de poder. É, pois, o maior temor da corrente neoconservadora, ao passo que todos esses custos, embora altos, são recompensados pela concretização dos próprios interesses dos Estados Unidos, definindo uma ordem condizente com suas vontades e valores. A ruptura deste desenho implicaria na perda de hegemonia e, conseqüentemente, na diminuição de poder. É desse modo que cabe ao hegemonia criar condições de manter sua posição de líder global perante as demais potências: a primeira, pela incorporação de Estados no alinhamento de suas ações favoráveis à sua posição de superpotência e pela manutenção dos então aliados; a segunda, pela atuação isolada no sistema internacional, assim como sua posição hegemônica e acúmulo de poder permite fazer.

Por todas essas questões a corrente neoconservadora alega que Estados Unidos e Europa possuem peculiaridades diferentes. Enquanto os primeiros possuem uma sensibilidade mais pautada nas questões de segurança e por isso tendem a identificar amigos e inimigos com mais facilidade, a Europa segue articulada em interesse mais voltado para a construção de uma

¹¹³ KAGAN, 1998, Op. Cit. p. 32-33 “O problema não é apenas que algumas dessas nações estão se tornando um ‘free ride’ nas costas do poder americano, beneficiando-se da ordem internacional de que a hegemonia americana envolveu-se, enquanto que, ao mesmo tempo, causando fissuras aos poucos a curto prazo. O perigo mais grave é que este comportamento irá gradualmente, ou talvez não tão gradualmente, corroer a soma total de energia que pode ser aplicada para proteger a ordem internacional no seu conjunto. [Tradução Nossa]

negociação pacífica ligada ao direito internacional, instituições e assume a legitimidade como pedra angular de sua política externa. Desse modo, assumindo que a disparidade de poder entre ambos revela os diferentes papéis que Estados Unidos e Europa assumem no sistema internacional, chega-se, destarte, à indagação de qual seriam os condicionantes que resultaram tal configuração díspar. Segundo Kagan, o passado belicista europeu fez com que o continente aprendesse com a História de que sua conduta mais assertiva leva à destruição maciça de grande parte dos envolvidos, inclusive a própria Europa. Mas ao recorrer à História, a fragilidade dos argumentos *neocons* é explicitada de modo a conceber que os papéis não são permanentes, podendo ser alterados conforme o resultado das relações estatais ou transnacionais articulados com contexto em que se situam. E se não há imutabilidade, o sistema pode caminhar para um progresso, mas também pode regredir para uma instabilidade sistêmica.

Desse modo, uma maneira mais racional de resolver conflitos sem que haja a destruição entre os atores fez com que os países europeus recorressem à legitimidade proveniente das instituições supranacionais e não somente à superpotência. Já para os Estados Unidos, as recorrentes vantagens adquiridas desde as grandes guerras mundiais que sucederam o mundo fizeram com que se tornasse uma novidade na determinação de poder cada vez mais unilateral e menos dependente da legitimidade do direito internacional. Assim,

Se o abismo estratégico entre os Estados Unidos e a Europa parece maior do que nunca nos dias de hoje, e aumenta em velocidade preocupante, isso acontece porque essas diferenças materiais e ideológicas reforçam-se umas às outras. A tendência à divisão que ambos produzem talvez seja irreversível.¹¹⁴

A análise neoconservadora enfatiza a diferença estratégica de ambos, mas afirmar a irreversibilidade das ações das políticas de segurança se destoa do processo histórico. Um exemplo disso é a radical guinada na ordem internacional a partir do novo século, suscitado principalmente pelos Estados Unidos. O fato inegável é que o embate entre as próprias potências européias no passado relegou estas a um enfraquecimento de seus próprios poderes. E os Estados Unidos esperavam que a Europa se reconstruísse como uma terceira potência no

¹¹⁴ KAGAN, R. 2003, Op. Cit. p. 15.

globo a fim de contrapor os interesses da então União Soviética (na década de 1990 esperava-se ainda que o Japão fosse assumir uma das lideranças mundiais ao lado de Estados Unidos e Europa). A Europa, por sua vez, acreditava que a ajuda que os Estados Unidos proporcionavam para seu continente seria suficiente para compor essa realidade, cada vez mais multipolar. No entanto, a crescente e paulatina dependência estratégica da Europa em relação aos Estados Unidos na consolidação da segurança coletiva, fruto das políticas unilaterais desses últimos, fez com que a aproximação militar entre eles se estreitasse ainda mais, identificado recentemente na aprovação do Novo Conceito Estratégico da OTAN em 2010 para formulação de políticas que contemplem essa próxima década¹¹⁵.

Resquícios do passado indicam a reformulação da estratégia no sistema de alianças. Nos anos 90, os conflitos na periferia da Europa, sobretudo na região dos Balcãs, fizeram com que o acordo militar perdurasse e também se expandisse¹¹⁶. E as condutas de atuação da Europa começavam a se diferenciar dos Estados Unidos. Embora houvesse um consenso internamente a essa aliança de que o instrumento mais eficaz do combate a esses conflitos fosse a OTAN, externamente o consenso não prevalecia. Entretanto, o que realmente imperava era a influência que cada ator detinha; os Estados Unidos estavam totalmente empenhados nas operações de paz. E tal engajamento se traduzia em gastos militares indubitavelmente maiores que o conjunto dos países europeus da aliança, reforçando o seu modelo de “Warfare State” também para o novo século. Segundo Paulo Arantes,

Não se trata mais de conter ou dissuadir um inimigo territorialmente circunscrito. (...) Assim, à medida que o protetorado militar exercido pela OTAN foi se estendendo aos Balcãs e à Europa oriental – durante os cosmopolitas anos Clinton, é bom não esquecer –, e a inclusão permanente do golfo Pérsico no mencionado perímetro de segurança passou a ser apresentada como mais um fato da vida (para ainda não falar na Ásia central), a primeira linha de defesa de tal perímetro passou a ser guarnecida por outro tipo de aparato militar, encarregado de novas e diversificadas

¹¹⁵ NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement. Analysis and recommendations of the group of experts on a new strategic concept for NATO. 17 de maio de 2010. Disponível em: < www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>. Acessado em 14 de julho de 2010.

¹¹⁶ Este trabalho, no entanto, não possui a pretensão de abordar analiticamente cada conflito neste período, mas retratar a postura dos Estados Unidos e Europa diante desse cenário.

missões, na acepção estratégica do termo. Ou melhor, não tão novas assim: fechando a apresentação geral das alegações em favor de uma orientação da projeção do poder norte-americano no ultramar, um certo censo histórico adormecido como uma segunda natureza nessa casta peculiar de intelectuais orgânicos levou-os afinal a atinar com razão a paisagem. Nada mais nada menos do que a elevação daquelas forças armadas patrulhando o mundo à condição de “**cavalaria da nova fronteira norte-americana**”¹¹⁷ [Grifo nosso]

Portanto, esse abismo entre poderes era na verdade um estratagema suficiente para que os Estados Unidos ainda mantivessem seu “braço” na Europa, mesmo com a crescente estabilidade para a qual o continente aparentemente caminhava. Embora as divergências intra-aliança permanecessem, por outro lado, havia um longo processo de alargamento da OTAN. Tanto que no final dos anos 90 e em meados da década de 2000 países da antiga União Soviética começam a pleitear uma vaga na aliança transatlântica¹¹⁸.

Tratava-se de manter alianças já conquistadas e rumar cada vez mais para o Oriente. O foco então é deslocado no início dos anos 2000 para o Oriente Médio e Sudeste Asiático; recomendação já preconizada pelos *think tanks*, afinal o continente europeu já não apresentava nenhum sinal de questionamento real sobre a política determinada no escopo da segurança, ainda que os europeus discordassem de como os Estados Unidos delineavam sua estratégia de segurança. A preocupação intensificada com essas regiões pela OTAN se deve a inúmeras razões. A primeira e mais evidente era por um fator conjuntural, diante da necessidade de retaliação dos Estados Unidos por conta dos ataques terroristas em 2001. Mas outros fatores já marcariam o interesse nessas regiões, sobretudo por conta da disponibilidade de recursos naturais estratégicos associados a governos não alinhados com os Estados Unidos. Já para os países europeus, a proximidade geográfica e ideológica dos que não compartilhavam de interesses semelhantes a dos Estados Unidos delineava-se uma ameaça exponencial para a segurança do eixo transatlântico. Era, pois, estratégico para Estados Unidos e Europa assegurarem mutuamente as questões de segurança em seus territórios e também uma disposição dos primeiros em assumirem novamente uma postura assertiva diante das questões

¹¹⁷ ARANTES, Paulo. “Cavalaria Global”, *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 101.

¹¹⁸ Em 1999 com a entrada da República Checa e Polônia e em 2004 com Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia. Fonte: NATO Homepage. Disponível em: <<http://www.nato.int>>.

mais sensíveis da agenda internacional: sua hegemonia nos contornos mundiais. Tanto que sua doutrina militar a partir de 2002/2003 se modifica, intensificando a sua filosofia de ação preventiva. A aliança transatlântica, então, volta a tomar sua importância no globo, reafirmando o artigo 5º da constituição do Tratado do Atlântico¹¹⁹ em que o pacto de retaliação em caso de ataque a um dos membros da OTAN se firmava na força armada para restaurar e garantir a segurança no Atlântico Norte, que se desdobraria na manutenção da paz e segurança internacional¹²⁰.

Nasce assim o novo século XXI, mais especificamente a partir de 2001, baseado no rearmamento militar crescente das grandes potências, notadamente dos Estados Unidos, assegurando deste modo o novo equilíbrio de poder das relações interestatais. O equilíbrio resultante dessa nova configuração proporcionou uma nova competição internacional. O cenário era cada vez mais propício à consolidação do unilateralismo dos Estados Unidos, tentando ser legitimado por meio do discurso neoconservador, que a partir do início do século XXI já integrava oficialmente o poder estadunidense. Por isso, o *debate interno* preconizado principalmente pela ala neoconservadora sobre a futura forma de política dos Estados Unidos cedeu espaço a um debate profícuo e abrangente sobre como a liderança deste país desenharia o novo século, por meio do *debate externo*, porém com uma nova problematização: novas potências recuperaram seu poder no cenário internacional, inclusive as européias, e por isso puderam participar mais ativamente dessa configuração da balança de poder. No entanto, ainda assim o poderio dos Estados Unidos aumentara desproporcionalmente às demais,

¹¹⁹ A constituição completa do Tratado do Atlântico se encontra no anexo 2 ao final deste trabalho.

¹²⁰ Artigo 5º: As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive **o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.**

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em conseqüência desse ataque são imediatamente comunicados ao conselho de segurança. Essas providências terminarão logo que o conselho de segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais [grifo nosso]. THE NORTH ATLANTIC TREATY. WASHINGTON D.C. - 4 APRIL 1949. VERSÃO EM PORTUGUÊS DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.NATO.INT/DOCU/BASICTXT/TREATY.HTM](http://www.nato.int/docu/basic/txt/treaty.htm)>

resultando no processo de militarização. A questão intrínseca a ser analisada é como a crítica de outras correntes teóricas alterou o debate: não mais sobre o *projeto* de como se delinearía o novo papel dos Estados Unidos, mas as *conseqüências* da concretização de um poder militarista para o sistema internacional.

CAPÍTULO 3

DEBATE EXTERNO: A VISÃO INTERNACIONAL DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS A PARTIR DA NOVA ORDEM MUNDIAL

A transição do século XX para o século XXI foi permeada por algumas mudanças significativas. A incorporação das críticas neoconservadoras nas políticas de segurança dos Estados Unidos provocou inúmeras especulações sobre qual ordem iria reger o sistema internacional, bem como qual seria os novos rumos da política dos Estados Unidos. Muitas dessas críticas associavam a posição militarista dos Estados Unidos na consecução de uma ordem imperial. Velasco e Cruz levanta uma questão relevante para esse novo cenário:

Caberia falar, então, em ordem imperial? Esse é um grande debate. Entre especialistas de relações internacionais, muitos acreditam que a situação que o mundo vive desde o final da década de 80 é transitória, porque o sistema internacional contém elementos que levam, no médio prazo, a um reequilíbrio de forças. Alguns globalistas acreditam que o mundo continuará avançando num grande processo de integração, de profundidade crescente, a tal ponto que a idéia de primazia de um ou outro Estado não faça mais nenhum sentido. Outros falam do Império como uma estrutura de poder supra-nacional. Outros, ainda, falam em unipolaridade, tendo em vista o poder incontestável de um Estado diferente dos outros, os Estados Unidos, que mantém relações de assimetria não só com os países da periferia, mas também com outros Estados do centro capitalista. Podemos perceber, então, uma primeira linha divisória: ela separa, de um lado, os que imaginam o sistema como uma configuração na qual o poder está concentrado em bases permanentes; e, de outro, os que imaginam essa situação como transitória e

trabalham a hipótese da evolução do sistema para uma configuração multipolar.¹²¹

Esse debate nasce com a chegada ao poder dos *neocon policy makers* na administração do presidente republicano George W. Bush em 2001, em que as recomendações para a assertividade de sua política de segurança ganharam espaço oficial na formulação de política por meio de cargos estratégicos. Tal fato, articulado à nova conjuntura assimétrica de poder, proporcionou à superpotência global finalmente concretizar o projeto proposto em contornos bem específicos no sentido de garantir seu poderio hegemônico. Sob os discursos de uma guerra preventiva permanente e da necessidade de extinção das ameaças, a sua estratégia da política de segurança era apoiar-se na disseminação de bases militares em zonas territoriais estratégicas para impor a ordem e a estabilidade no sistema internacional¹²². E essa estratégia passava pela reformulação de sua aliança militar mais antiga: a OTAN. Assim, o debate interno que havia sido proposto pelos neoconservadores no final da década de 1990 ganhou proeminência com o advento do novo século. Em contrapartida, esse mesmo debate contribuiu firmemente para a retomada de uma discussão, agora com outros contornos, delineada como debate externo às propostas concretizadas no governo a partir dos anos 2000. Em linhas gerais, esse debate propunha uma análise crítica sobre os desdobramentos da política de segurança dos Estados Unidos aos moldes propostos pelo neoconservadorismo. Tal debate foi amplamente realizado concomitantemente às tomadas de decisão do gabinete de segurança dos Estados Unidos na denominada “guerra ao terror”.

Como o debate externo se tornou deveras extenso ao longo dos anos, toma-se por recorte apenas uma discussão concisa sobre o papel da política de segurança dos Estados Unidos no século XXI: a doutrina estratégica através da consolidação do militarismo estadunidense. O debate externo contempla as raízes desse militarismo, atribuindo suas particularidades. Nesse ínterim discute-se como esse militarismo encontra seus limites de

¹²¹ VELASCO E CRUZ, Sebastião. O Brasil e a dimensão geoestratégica na arena transnacional. *Jornal da Unicamp*, Campinas, SP, edição 276, p. 6, 13- 23 de dezembro de 2004. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dezembro2004/ju276pag06.html>. Acessado em 24 de outubro de 2008.

¹²² HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005, 2ª Ed. pp. 23-24.

atuação, isto é, seu *blowback*. Em decorrência da política militarista assumida no novo século, é imperativo que se questione o que de fato essa política de segurança se tornou. Nesse sentido é que será atribuído um espaço para as contribuições à crítica ao militarismo: afinal, seria um novo constructo de poder político que os Estados Unidos estariam consolidando na nova ordem mundial? Para tanto, será analisada a intensificação do debate crítico sobre o novo papel dos Estados Unidos na arena internacional a partir da emergência de sua primazia global à luz das argüições teóricas de Michael Mann, Chalmers Johnson e David Harvey sobre os condicionantes do militarismo, ao qual indicam que esse modelo se trata de um Novo imperialismo.

Acirra-se, em um primeiro momento, a crítica desses autores às insuficiências dos ideais neoconservadores ao refutar a postura imperialista e reforçar o discurso de hegemonia estadunidense. O que esse debate externo indaga é que a política que os Estados Unidos adotaram pendia aos contornos do imperialismo, mas ao negar essa configuração, a nação estadunidense queria se afastar do rótulo de uma nação beligerante perversa. Dessa forma, tal governo tentava legitimar uma forma de dominação que se aproximasse ao Império, porém com uma conotação positiva, como o Império Benevolente, capaz não de exercer o terror no mundo, mas servir de guardiões mundiais. Mas, a intensificação dos gastos militares no mundo fez com que esse discurso se pulverizasse, indicando uma fragilidade conceitual do “Império Benevolente”. É sob esse escopo que o debate externo, em um primeiro momento, visa criticar.

A posteriori, o trabalho apontará o motivo pelo qual o novo imperialismo não prescinde da hegemonia, acarretando na contestação de uma parte do discurso neoconservador que adota a idéia de que os Estados Unidos não exercem poder imperialista, mas poder hegemônico. Também será abordada uma análise sobre as externalidades negativas à consecução da política de segurança Estados Unidos em relação à conduta de seu sistema de aliança do atlântico norte. Por fim, será apontada uma breve reflexão sobre os resultados que esse debate externo produziu desde as repercussões do impacto das políticas dos Estados Unidos guiadas pelo debate interno anterior até a conjuntura atual, ao qual aponta igualmente

para novas mudanças, considerando a atuação da superpotência e os demais atores no xadrez global das relações internacionais.

3.1 As peculiaridades do militarismo estadunidense e o efeito *blowback*

A política de segurança mais agressiva dos Estados Unidos não foi *arquitetada* por causa dos atentados de 11 de setembro de 2001. Nos capítulos anteriores argumentou-se que tal política fora gestada externamente ao gabinete oficial estadunidense pelo grupo de pressão neoconservador ainda no final dos anos 90. Todavia, o ingresso dos *neocons policy makers* na administração federal representou uma vitória significativa para os ideais de uma primazia global dos Estados Unidos através do exercício do que eles consideravam “Império benevolente”. Indagava-se que, em um cenário hipotético (sem os atentados em 2001), o desdobramento desse processo poderia ser mais sutil, ou seja, seguindo uma tendência de intervenções específicas em alguns conflitos pontuais, mas demonstrando seu poder – como já ocorria no governo do presidente Bill Clinton por meio da aplicação discriminada da política *hard power* e *soft power*¹²³ – se a própria conjuntura do início do século XXI não permitisse aplicar incisivamente as políticas prospectadas pelo PNAC. Em outras palavras, os Estados Unidos poderiam exercer sua hegemonia em níveis progressivos ao militarismo, e não de forma abrupta como ocorrera. Por outro lado, os Estados Unidos não iniciariam sua retaliação ao terrorismo se não possuíssem poderio bélico rigorosamente articulado para um ataque em grandes proporções, na denominada “Guerra ao Terror”.

No entanto, deve-se considerar a interação entre os atores estatais e a conjuntura que se delineava à luz do legado do processo histórico, permitindo que o contorno de uma mudança política fosse arquitetado para o novo século. Desse modo, um dos impactos na mudança dos agentes sob um desenvolvimento histórico requeria “*uma dose mínima de sentido histórico (...) para nos convencer de que a força ou fraqueza de uma dada posição política varia de*

¹²³ Cf. NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano*: por que a superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora Unesp, 2002

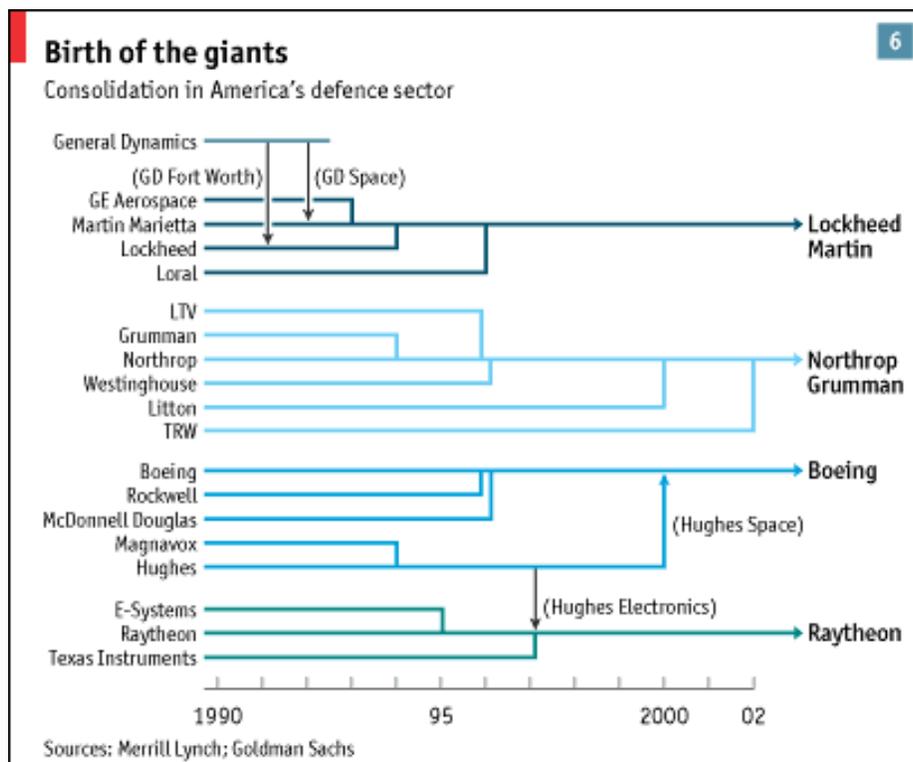
acordo com as circunstâncias, e que uma opinião hoje descartável pode voltar à cena pouco depois com vigor inesperado".¹²⁴ Significa afirmar que o processo histórico – articulado com a grande oportunidade que os Estados Unidos detinham às vésperas do novo século – poderia fazer com que o novo militarismo se reproduzisse. A nação estadunidense aproveitou sua condição de superpotência, juntamente com a conjuntura dos ataques em 2001 para reproduzir a sua política imperialista - ainda que negasse tal condição - ou seja, agigantar seu poder por meio da expansão militarista.

A proposta de um militarismo para combater o terrorismo, imbuído como a “ameaça contra a humanidade”, não se referia apenas aos territórios estadunidenses. Pelo contrário: a nação conclamou os demais aliados de seu sistema de alianças da OTAN a considerar o terrorismo como a principal ameaça ao globo¹²⁵. A pauta de segurança decorreu de acordo com a ameaça iminente aos Estados Unidos e seus aliados. O discurso da referida iminência passou a tangenciar o prenúncio do ataque aos valores fundamentais da sociedade internacional, como liberdade e democracia. E as sucessivas ações da superpotência, como a convocação do artigo V da OTAN fora rapidamente realizada. Assim, nascia no comportamento da superpotência um novo militarismo, o qual esboçava contornos bem específicos. O primeiro contorno nascia da exacerbação dos gastos bélicos e do desenvolvimento tecnológico-militar. Várias empresas militares passaram a investir maciçamente na inovação tecnológica. Muitas delas, inclusive tiveram, assim como as demais empresas de outros setores, o processo de fusão e aquisição, de modo incentivar a concentração das grandes indústrias, tal como a figura indica:

¹²⁴ VELASCO E CRUZ, S. 2003, Op. Cit. p. 176.

¹²⁵ Velasco e Cruz aponta para a estratégia de defesa do presidente Bush: Bush defendia uma estratégia baseada na ênfase à defesa interna, na clara identificação dos interesses nacionais em cada circunstância, na redução do comprometimento de recursos materiais e humanos na Europa, na prioridade nova a ser conferida aos assuntos do hemisfério, enfim, na condução de uma política exterior mais “modesta”. VELASCO E CRUZ, Sebastião C. 2004 Op. Cit., p. 266

Figura 2: Fusão e Aquisição das indústrias bélicas nos EUA – 1990 a 2002



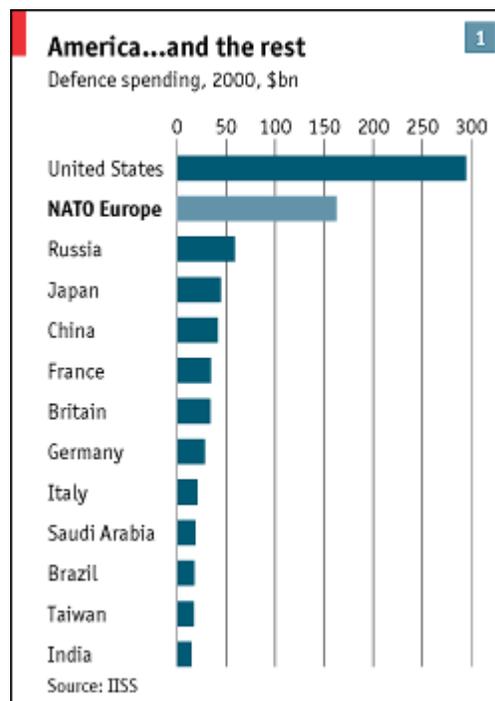
Fonte: *The Economist*, 2002¹²⁶

O agigantamento das indústrias de defesa nos Estados Unidos permitiu não só trazer dinamismo à economia militar do país, como também converter o poderio das grandes empresas de armas militares de alta tecnologia em poder político ao redor do globo¹²⁷. Isso porque nas vésperas dos atentados terroristas em 2001, já se constatava um abismo nos gastos em defesa dos Estados Unidos em relação aos demais atores, inclusive da parte europeia da OTAN:

¹²⁶ AN INDUSTRY reinvents itself America's defense companies are turning dual-purpose. *The Economist*. 18 Jul de 2002 Disponível em: <http://www.economist.com/surveys/displaystory.cfm?story_id=E1_TNNPVRD>. Acessado em 26 de abril de 2010.

¹²⁷ Faz-se necessário também ressaltar que o poderio econômico dessas grandes empresas constituintes do sistema industrial-militar também refletiu no seu impacto político, uma vez que os grandes *lobbies* no governo de George W. Bush partira inclusive desses grupos.

Gráfico 9: Principais Gastos Militares em Defesa do mundo em 2000 (em US\$ bi)



Fonte: IISS *Apud* The Economist, 2002¹²⁸

Com a estrutura arquitetada para que os Estados Unidos pudessem usufruir de todo o poder conquistado ao longo da década de 1990, a indagação orbitava no fato dos neoconservadores negarem um poderio imperialista, já que possuíam condições de tornar factíveis suas políticas unilaterais já no início dos anos 2000. O que os *neocons policy makers* refutavam era que a superpotência pudesse adquirir a roupagem política pejorativa de seus aliados. Recusavam também a condição de nação beligerante, ao passo que seu objeto final era proporcionar um sistema internacional pautado nos preceitos de liberdade e democracia. Assim, a ala neoconservadora que negava a aproximação da hegemonia e imperialismo justificava o seu repúdio ao segundo termo justamente por este se contrapor aos ideais de uma

¹²⁸ TRANSFORMED? *The Economist Magazine*, 18 Jul de 2002. Disponível em : <http://www.economist.com/surveys/displaystory.cfm?story_id=E1_TNNPQRP> Acessado em 26 de abril de 2010.

nação “benevolente”. Afinal, uma potência que adquirisse todos os instrumentais capazes de exercer influência no sistema internacional só poderia receber a caracterização de uma primazia benéfica ao assegurar seus interesses, só que utilizando o discurso de busca dos valores ditos fundamentais, como democracia e liberdade. Dessa maneira, o sistema internacional contemporâneo já havia superado o processo de disputas simétricas por poder, dado que os Estados Unidos se consideram como a única superpotência no novo século e, portanto, somente uma nação benévola poderia carregar a denominação de hegemona do sistema; caso contrário, o mundo sofreria uma grande ameaça.

É desse modo que o militarismo dos Estados Unidos se espalhou por todo o globo. Associado a aliados, como os países europeus da OTAN, a postura de “polícia mundial” estadunidense conseguiu ser disseminada. A propagação das bases militares pelo mundo¹²⁹, segundo Chalmers Johnson, revela cinco explicações para essa expansão: a) manter a supremacia militar no mundo; b) fornecer informações clandestinas de seus aliados e inimigos por meio das tecnologias; c) controlar fontes de petróleo (tanto para consumo estadunidense, quanto para servir de moeda de barganha); d) fomentar o sistema industrial-militar; e) garantir renda a uma parcela da população civil que serve ao exército e seus familiares.¹³⁰ Todos esses fatores revelam que o unilateralismo bélico dos Estados Unidos pôde proporcionar um novo reordenamento das políticas das potências. No entanto, diante das peculiaridades dessa disseminação de poder bélico, que, em seu constructo, deveria proporcionar mais poder aos Estados Unidos, na verdade, este fora perdendo força. Isso porque do mesmo modo que o processo histórico se desenrola concomitantemente com a interação dos atores, o poder em potencial dos Estados Unidos fora sendo cada vez mais contestado.

O militarismo expoente demonstrado por meio da disseminação da política de segurança mais agressiva diante dos problemas internacionais passou a ser projetado como uma nova forma de poder, denominada como o Novo imperialismo. Esse modelo foi proposto

¹²⁹ Obs. O documento *Worldwide Manpower Distribution by Geographical Area* do Departamento de Defesa não cita bases individuais, apenas países. Também, por incluir o gasto com as famílias (dependentes) faz com que o custo das operações secretas seja diluído. Vide Anexo 7.

¹³⁰ JOHNSON, Chalmers. 2007, Op. Cit. p. 178.

pelos críticos que encabeçavam o debate externo e assumia formas bem definidas no começo deste século. Michael Mann aponta que

O novo militarismo tem os mesmos pontos fortes e fracos do militarismo – poder mas não autoridade, uma arrogância impiedosa que leva ao excesso de confiança e acaba descambando para a insolência e o desastre. Enquanto no passado recente o poder americano era hegemônico – aceito de forma rotineira e em geral considerado legítimo no exterior – hoje é imposto pelo cano das armas. Isso mina a hegemonia e a pretensão a ser um Império benevolente¹³¹.

Assim, a crítica proposta por estes autores se relacionava às determinações enérgicas do governo, uma vez que a política internacional assumira novas dimensões de forma a incorporar todas as recomendações do PNAC sem, no entanto, conceituar ao certo real o papel dos Estados Unidos nesse período. Tratava-se de assumir a denominação *Pax Americana*, mas não uma forma de imperialismo, isto é, o Novo imperialismo, ao passo que esse conceito poderia soar um tanto quanto pejorativo para a nação estadunidense que se auto-proclamava benevolente e, portanto, assumirem-se como nação imperialista seria o mesmo que refutar essa auto-proclamação. Havia, clara e conseqüentemente, uma dualidade entre o discurso e a prática. Na realidade, o que se construiu a partir do século XXI foram indícios de que esse Novo imperialismo pudesse reger o sistema internacional; no entanto, com as sucessivas ações unilaterais dos Estados Unidos, esses passariam a enfrentar questionamentos dessa nova forma de ordenamento internacional, tais como o aumento dos focos de terrorismo no globo terrestre; fortalecimento da opinião pública interna e internacional contrária às suas medidas assertivas no que tange à guerra de prevenção, além dos inúmeros questionamentos que os aliados estatais passaram a levantar sobre a real conduta e finalidade dos Estados Unidos ao consolidar seu projeto gigantesco de combate ao terror.

Assim, o projeto de um Novo imperialismo conduzido pelos Estados Unidos, embora não explícito com essa roupagem aos olhos do governo, mas na concepção de seus críticos, deixara indícios de que a conduta isolacionista dos Estados Unidos, do ponto de vista de suas ações militares, poderia ser fortemente questionada, apesar de seu poderio bélico indicar que

¹³¹ MANN, Michael, 2006, Op. Cit. p. 344.

tal ator pudesse utilizar de sua força extrema para afirmar seus interesses na arena internacional. Em outras palavras, o militarismo exacerbado poderia provocar (e, de fato acabou provocando) inúmeras contestações. O sistema industrial-militar, construído desde a década de 1950, passou a se tornar o ferramental intrínseco às políticas militares dos Estados Unidos, ao passo que se constituíram em um dos pilares da economia estadunidense devido à comercialização em níveis crescentes o número de armas militares. Segundo Chalmers Johnson, “*uma das coisas que esse enorme sistema militar também faz é vender armas a outros países, tornando o Pentágono uma agência econômica crucial para o governo dos Estados Unidos*”¹³².

A comercialização, embora seja restringida e controlada pelo Pentágono, fez com que surgisse um mercado profícuo de armas, sobretudo para os aliados. Segundo dados do SIPRI, entre 1990 e 2009, as importações mundiais de armas se aproximaram da margem de US\$ 469 bilhões, das quais se destacaram a China, Índia, Turquia, Coreia do Sul, Japão, entre outros¹³³. Esses países passam a comprar em sua maioria dos Estados Unidos, que exportavam nesse mesmo período para mais de 40% do mercado mundial. Entretanto, ao longo dos anos, as taxas de exportação dos Estados Unidos sofreram um pequeno recrudescimento, de modo a tornar as empresas militares das demais potências, como Rússia, Alemanha, França e Reino Unido competidoras entre si pelos mercados dos países periféricos. Deve-se acrescentar ainda que, embora a estimativa seja um tanto quanto imensurável, a partir do desenvolvimento tecnológico que os Estados Unidos se propuseram a realizar no novo século – associada a essa competição em segundo escalão das demais potências – as armas consideradas obsoletas se destinaram ao mercado negro para os Estados párias, grupos terroristas e guerrilheiros.

Portanto, os Estados Unidos, em sua crescente militarização e políticas cada vez mais unilaterais provocaram um fenômeno denominado por Chalmers Johnson por *blowback*, – isto é, as conseqüências não intencionais das ações estadunidenses no exterior cujos cálculos das

¹³² JOHNSON, Chalmers. *Blowback: os custos e as conseqüências do Império americano*, 2007, Op. Cit. p. 141.

¹³³ A tabela dos maiores importadores e exportadores mundiais de armas (1990-2009) se encontra nos Anexos 5 e 6, ao final desta dissertação.

externalidades não podem ser mensurados em curto prazo¹³⁴. A partir dessas externalidades, os atores descontentes com a conduta do hegemon partem para a contestação paulatina da política de segurança dos Estados Unidos na instalação de bases militares em territórios aliados e inimigos, sem distinção – mesmo que o recurso utilizado para tal artifício fosse o consentimento ou a força. O fato é que cada vez menos os Estados Unidos encontravam fundamentos para perpetuarem sua política militarista, dando margem à contestação de um número maior de Estados, sobretudo a partir de 2003, período esse de intensificação da “Guerra ao Terror” a partir da ação militar contra o regime iraquiano (lembrando que o Afeganistão vinha sendo alvo de ataque estadunidense desde 2001).

Outra externalidade negativa verificada, reflexo do *blowback* no escopo econômico, é o alto custo que os Estados Unidos possuem em manter seu sistema industrial-militar cada vez mais rentável, sobretudo perante a participação crescente das empresas das outras potências no mercado de armas. Embora os Estados Unidos detivessem o controle das principais armas de alta tecnologia e destruição no mundo, as relações entre os seus aliados continuam amigáveis. Mas são as relações entre seus inimigos ou competidores que preocupam o Departamento de Defesa estadunidense, uma vez que as mesmas não se concentram mais sob as rédeas do poder dos Estados Unidos, fazendo com que a política de “ataque preventivo” promova a retaliação por meio do exercício de uma política de militarização crescente em diferentes partes do globo. Justificam, assim, a presença das bases militares ao redor do mundo, uma vez que seu discurso passa pela preservação dos valores democráticos e liberais ditos *universais*. No entanto,

Os Estados Unidos já não podem arcar com os custos de seus variados deslocamentos e intervenções militares no mundo, e começam a extrair uma

¹³⁴ Um exemplo de *blowback* foi a expansão da aliança da OTAN para o leste Europeu. Na ocasião, os Estados Unidos, promovendo o alargamento da aliança, prometeram rearmar os ex-países constituintes do bloco soviético, assegurando-lhes em contrapartida a entrada na aliança transatlântica. No entanto, tal estratégia poderia conduzir a uma retaliação hostil não-calculada da Rússia por conta da reestruturação estratégica na região. Em contrapartida, torna-se um argumento tautológico para a militarização desses países, sem que no entanto se considere a reação hostil da Rússia. JOHNSON, Chalmers, 2007, p. 146.

quantidade cada vez maior de apoio de seus clientes (as nações anfitriãs), ou mesmo subsídios diretos de seus “aliados”¹³⁵

Em moldes mais específicos, os Estados Unidos deixam de transparecer uma nação “benevolente” para se posicionarem como atores beligerantes, dispostos a manterem sua máquina militar em toda a parte do globo, sem se importar com o mínimo de aceitabilidade. Demonstram que são capazes de conduzir e interferir em todas as questões da política interna e externa dos demais países, articulando estas questões diretamente aos seus interesses. Em contrapartida, essa postura unilateral encontra seus limites, uma vez que o ar triunfante sobre os demais atores gera a perda de primazia e, conseqüentemente, por conta da própria política imperialista exacerbada, os Estados Unidos não conseguem consolidar seu Império no século XXI.

3.2 Crítica internacional à postura militarista dos Estados Unidos: uma análise sobre o Novo Imperialismo

A clivagem mais sobressalente no debate crítico sobre o papel da política de segurança de segurança dos Estados Unidos está certamente na conjectura de um novo modelo nas relações de poder. A interação entre a mudança na estrutura de poder e as ações do hegemonia poderia desembocar na tentativa de os Estados Unidos instalarem um novo modelo de imperialismo no século XXI. A preocupação dos críticos era desvendar se essa nova arquitetura poderia afastar as premissas do sistema internacional como a anarquia e a soberania dos Estados. No entanto, o debate rapidamente ingressou para a sustentabilidade de tal rearranjo de poder: esse tipo de imperialismo baseado no novo militarismo não se sustentaria, uma vez que apenas o poder das armas não refletia na real construção das bases políticas e econômicas dos Estados Unidos, pois alguns Estados emergiam como potências e passaram a questionar o modelo da política externa estadunidense. Ademais, a mundialização do capital (globalização) permitiu aproximar as economias dos Estados e, conseqüentemente,

¹³⁵ Ibidem, p. 303.

fortalecendo as relações comerciais e financeiras¹³⁶, tornando-os Estados-chave para a difusão do capitalismo financeiro cujo centro de das atividades se concentrava em três grandes pólos: Estados Unidos, detentor e centralizador da moeda internacional; União Européia, consumidora do modelo *american way of life*, mas cada vez mais se organizando internamente ao bloco e a China, que começava a despontar como um ator de “duplo pólo”¹³⁷ nas relações internacionais. No escopo da política e economia internacional dos países emergentes (e também o regresso das potências), a ascensão e participação de novos blocos, como os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), foram conquistando mais visibilidade no início da década de 2000¹³⁸, sobretudo nas relações comerciais.

Diante desse cenário de rearticulações políticas e econômicas, o debate externo induz a desvendar porque a tentativa de se construir de fato um Império enfrenta uma série de obstáculos, tanto exógena quanto endogenamente. A primeira característica concerne à própria diferenciação de ordenamentos de poder que esse imperialismo possui em oposição aos de outros períodos, como o do século XIX. Não se tratava apenas de um novo imperialismo

¹³⁶ Segundo David Harvey, “a abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver mais depois para produzir capitais excedentes. Esses Estados tornaram-se competidores no cenário mundial”. HARVEY, David. *O novo imperialismo*, 2005. Op. Cit. p. 151.

¹³⁷ Por “duplo pólo”, Medeiros assume como “um *efeito de estrutura* decorrente da pauta exportadora e importadora chinesa. (...) De um lado, um mecanismo substitutivo gerado pelas exportações chinesas em terceiros mercados, particularmente nos EUA sobre as exportações asiáticas. As plataformas exportadoras chinesas de produtos intensivos em mão-de-obra deslocam produtores asiáticos destes bens e absorvem capitais voltados para a sua produção e exportações mundiais. (...) Mas há um segundo efeito, que no padrão de desenvolvimento anterior era exercido pelos EUA. Trata-se do *efeito escala*, associado ao ritmo de crescimento do mercado interno chinês. Este efeito age contrariamente ao mecanismo substitutivo, permitindo que os produtores de bens intensivos de mão-de-obra possam compensar a queda de sua participação em terceiros mercados com o aumento de suas exportações para a China. MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 26 de abril de 2010.

¹³⁸ O termo BRICs – composto por Brasil, Rússia, Índia e China – fora cunhado em 2001 no relatório da Goldman Sachs para indicar os países que poderiam a ser (ou voltar a ser) potências no século XXI. A projeção, por meio da interação entre desenvolvimento econômico e protagonismo político caberia às economias de mercado emergentes indicadas, uma vez que juntos possuíam mais de 20% do PIB mundial. Cf. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economic Paper – Goldman Sachs*, nº 66, 2001. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf>> Acessado em: 26 de abril de 2010.

baseado na centralidade de todas as ramificações de poder – política, econômica e militar. Esse novo arcabouço de poder representaria uma peculiaridade, sobretudo no campo militar. Embora esse novo imperialismo fosse pautado no militarismo exacerbado, suas intervenções não eram para constituir colônias, ou até mesmo fundir aos seus territórios; trata-se de instalar bases militares para blindar a defesa dos Estados Unidos, mas especialmente cristalizar seu poderio político ao redor do globo, desdobrando no processo de *spill-over* para o fortalecimento econômico do seu sistema industrial-militar. Dessa maneira, os Estados Unidos poderiam compor aquilo que se denominou novo imperialismo, mas essa postura não reflete na materialização de um Império. Como afirma Michael Mann:

Os novos militaristas argumentam que todos os seus inimigos poderiam ser esmagados pelo poderio americano. Estão errados. Os poderes americanos são heterogêneos e inadequados para um Império, principalmente um Império Benevolente. (...). O poderio militar deste gigante sente-se desconfortável ao lado de recursos econômicos e geopolíticos que se originam em sistemas multilaterais. É pão-duro demais para investir o necessário para consolidar o Império (...). O seu militarismo também ultrapassa a sua capacidade política de governar qualquer país conquistado e contradiz a ideologia de liberdade e democracia que os EUA (e o mundo) tanto valorizam. O gigante é forçado a apoiar-se apenas no militarismo, e isto **não** é suficiente para um Império. O novo militarismo torna-se parte do problema, não da solução¹³⁹. [Grifo nosso]

Portanto, à medida que as características desse novo militarismo ficavam mais evidentes na constituição da política estadunidense, novas implicações se desvendavam. Em outras palavras, a condução à militarização dos Estados Unidos permitia que concomitantemente que o *blowback* não tolerasse a centralidade dos Estados Unidos isoladamente no sistema internacional. Apesar da tentativa de se projetarem superiormente aos Impérios passados¹⁴⁰, ao se auto-proclamarem guardiões mundiais, as políticas agressivas e unilaterais dos Estados Unidos permitiram abrir a lacuna de contestações desse discurso. O

¹³⁹ MANN, Michael. *O Império da incoerência*, 2006, Op. Cit. p. 362-363

¹⁴⁰ Niall Ferguson se aproxima dessa perspectiva, uma vez que indica que somente a nação estadunidense possui os requisitos básicos de um Império – poder político, econômico, militar e cultural, o que acaba sendo um Império mais bem articulado que o britânico. Nesse sentido, o historiador apresenta não apenas o poder militar para a consolidação do Império estadunidense, mas o seu *softpower* (poder brando). FERGUSON, Niall. *Colossus: the price of America's Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.

efeito então foi reverso. A superpotência não conseguia mais conquistar os consentimentos dos demais atores como antes. O projeto para o papel dos Estados Unidos não estava apenas na disseminação de bases militares pelo mundo por meio da coerção bélica, mas na capacidade de articular todas as ramificações de poder a fim de reproduzir um consentimento automático por parte das potências e firmar aliados sem a necessidade de mostrar sua força bruta, apenas sua primazia.

E por conta de toda a reestruturação causada pelos Estados Unidos para materializar sua própria sobrevivência no mundo por meio da militarização, as conseqüências decorrentes dessa política foram inevitáveis. Os críticos dessa postura rapidamente refutaram o artifício de sobrevivência da maior potência mundial por meios da destruição total das *possíveis* ameaças (e não necessariamente reais). A “cruzada contra o terror” para disseminar seus valores democráticos e liberais provocou inúmeras contestações. Uma delas era dos países que foram compelidos a reconstruir suas políticas incorporando tais valores. A segunda partia de seus próprios aliados, que passaram a questionar a forma pela qual esses valores estavam sendo introjetados. A idéia dos neoconservadores que se encontravam no poder, por outro lado, era minimizar a heterogeneidade de valores, uma ameaça aos Estados Unidos e ao mundo. Portanto, a política oficial estadunidense passou a argumentar a necessidade de tornar esses valores universais, tendo como guardião os próprios Estados Unidos.

Essa contenda incitou constantes questionamentos em decorrência da política militarista estadunidense nos quais permitiram que se argumentasse sobre a prescindibilidade da hegemonia na consecução dos interesses dos Estados Unidos; em outras palavras, o uso equilibrado de força e consentimento para que seus interesses individuais sejam assegurados se tornou ponto chave para entender qual o real papel dos Estados Unidos no sistema internacional. Afinal, a característica marcante de seu modelo político é justamente a sua capacidade estratégica de fazer seus aliados e não-aliados aceitarem as regras já estipuladas no sistema internacional. Isso significa que as regras já são previamente dadas; compete aos demais aceitá-las. Assim, o consentimento e a legitimidade são ferramentas de poder

endogenamente projetadas no constructo da política dos Estados Unidos para com os demais Estados.

No entanto, a superpotência, ao internalizar seu novo papel de provedor de segurança mundial desconhecia a necessidade de entender a real importância do respeito às regras hegemônicas na aplicação na *práxis* de suas políticas. Concomitantemente, as políticas cada vez mais audaciosas da superpotência criaram posicionamentos contrários a sua militarização. Apesar da securitização de novos temas da agenda de segurança por parte de inúmeros países (como por exemplo, o terrorismo), a forma pela qual o combate à ameaça era desenrolado nos demais territórios foi repudiada por muitos aliados. A aplicação demasiada da força contra os atores que eram adversários ou contrários à política de segurança e defesa dos Estados Unidos produziram um efeito reverso, tornando a concepção do real papel da nação que se propôs a ser benevolente um tanto quanto controversa. Em outro espectro, o sistema industrial-militar a que o governo dos Estados Unidos fomentava não conseguia se sustentar sem que uma guerra em grandes proporções fosse projetada. Isso porque o mesmo necessitava promover seu parque industrial com as políticas de defesa mais assertivas. Mas isso gerou um *blowback* também no escopo do consentimento. O sistema não estava preparado para introduzir uma lógica belicista unilateral fruto do processo histórico em que se encontrava: a institucionalização de assuntos inerentes ao funcionamento do sistema, como a participação da ONU, OMC, FMI, entre outros.

É dessa forma que se torna forçoso compreender porque a crítica apontava que os Estados Unidos não poderiam prescindir do consentimento e da legitimidade dos demais atores, uma vez que até mesmo as políticas imperialistas necessitam de um mínimo de equilíbrio entre a utilização da força e a conquista da legitimidade por meio do consenso. A relação intrínseca entre ambos, defendida pela concepção contrária ao papel tido como neoimperialista dos Estados Unidos, aponta o modelo “Warfare State” dos Estados Unidos como falho em se edificar um Império que pudesse ser benevolente.

Consequentemente, a política de segurança que dirigia as retaliações posteriores aos atentados de 2001 aos Estados Unidos permitiu reacender o argumento posto pelos

neoconservadores sobre um Império benevolente capaz de trazer o ambiente pacífico ao mundo. Discursavam que apenas a sua nação - articulada com seus aliados via OTAN - poderiam combater o seu “adversário sem face”. Isso porque, segundo Mann, “*neo-conservatives like the sound of ‘imperial’ and boast of American powers which, they routinely say, greatly exceed empires of the past. But they claim their territorial pretensions are temporary—after we restructure, we will depart, leaving the locals to develop their own country.*”¹⁴¹ As operações de guerra passaram a ser contestadas e o aumento do número de bases militares pelo mundo não era apenas para demonstrar sua força militar, mas política.

É nesse sentido que o significado do novo papel dos Estados Unidos se desloca para um entendimento de que as bases militares revelam que seu poder não se basearia mais na primazia da superpotência, isto é, não prescindindo o poder pelas armas para conquistar consentimento; era, portanto, a projeção do poder bélico que constrangia os demais Estados a aceitarem a seguir os interesses dos Estados Unidos. Desse modo, o poder da superpotência era traduzido pelo poder das armas. Mas esse poder das armas não poderia sustentar os Estados Unidos no centro da ordem mundial, visto que nas demais esferas de poder, como o econômico, sua força estaria se esvaindo gradualmente. Outro fator que responderia negativamente à manutenção do poder sem limites dos Estados Unidos é o fato de que sua presença por meio de bases militares não era benéfica. A intervenção bélica não se traduzia em moldes permanentes, uma vez que a guerra existia, segundo a própria concepção dos Estados Unidos, para deixar as nações livres das ameaças. A liberdade de um país se traduzia em pulverizar os governos contrários aos seus valores, mas em nenhum momento havia uma proposta factível de reconstrução nacional sem que fosse pelo uso das armas. Assim, os Estados Unidos apenas levariam seus valores a outras partes do mundo, ainda que se introduzisse via força, o que não favorecia a formação de aliados; pelo contrário, induzia ainda

¹⁴¹ Os neoconservadores gostam da sonoridade “imperial” e orgulham-se dos poderes americanos que, rotineiramente se dizem, muito superiores aos impérios do passado. Mas eles afirmam que suas pretensões territoriais são temporárias - depois de reestruturar, nós vamos nos afastar, deixando os locais para desenvolver os próprios países deles. [Tradução nossa] MANN, Michael. *Delusions of empire: recent neo-conservative and neo-liberal writings on American foreign policy*. Review Essay. *Socio-Economic Review*, nº 2, 2004 p. 391

mais uma retaliação, ainda que de forças radicalmente assimétricas, como as contestações de grupos guerrilheiros, terroristas e até mesmo Estados denominados párias.

Destarte, uma parte das contestações que esse debate externo assinalava partia justamente da aproximação entre a arquitetura hegemônica e as políticas implantadas pelos Estados Unidos no mundo, isto é, na utilização de força e consentimento:

A noção de hegemonia, por sua vez, articula-se à idéia de consentimento que, evidentemente, não prescinde da força. Internacionalmente, transformar os interesses dominantes de um Estado nos interesses da maioria dos Estados nacionais é uma tarefa que envolve conflitos e contradições, resolvidos em ultima instância pela força – capacidade de impor pura e simplesmente - e/ou pela omissão/inação daqueles que poderiam conjuntamente se opor à força, e não o fazem porque “consentem” e consentem porque os interesses se articulam.¹⁴²

A *práxis* se traduzia na necessidade de se legitimar as ações dos Estados, ainda que os mesmos possuíssem poder suficiente para contestar algumas imposições, principalmente advindas dos Estados Unidos. Entretanto, os mesmos desistiram da hegemonia pelo consenso e recorrem cada vez mais ao domínio pela coerção¹⁴³. O uso exacerbado de tal coerção, associado a sua superioridade e seu isolacionismo perante os Estados que buscam amparar por meio da (paradoxal) “guerra contra o terror” gerou o sentimento de repulsa a essas políticas. O efeito novamente volta ser um *blowback*, isso porque a nação estadunidense não calculava que o não consentimento e, por vezes até rebelião contra a ordem um tanto quanto hierárquica não geravam a inserção dos valores ditos universais como liberdade e democracia. Sua política em decorrência de sua concepção de “*Security First*” não ensejava automaticamente uma contrapartida positiva nos territórios destruídos pela guerra declarada contra o terror. As sucessivas crises econômicas, políticas e sociais experimentadas pelos habitantes desses territórios sem a ajuda efetiva dos Estados Unidos fizeram com grupos locais – de forma mais ou menos articulada - se rebelassem contra esse modelo incoerente de disseminação da primazia política e militar estadunidense. Por conseguinte, o discurso de pulverizar um

¹⁴² SOUZA, Angelita Matos. *Imperialismo, dependência e capitalismo associado*. 32º Encontro Anual ANPOCS, GT 24: Marxismo e Ciências Sociais, Out, 2008, p. 7

¹⁴³ MANN, Michael. O império da incoerência, 2006, p. 162.

governo autoritário se transmutava no discurso para assegurar um governo democrático. No entanto, nenhum recurso foi usado para manter a democracia no país sem o uso das armas. É nessa questão que os Estados Unidos não conseguem projetar o seu *soft power* de modo a causar um consentimento sem a necessidade de mostrar sua deterrência¹⁴⁴ num segundo momento pós-dissolvência das ameaças preeminentes. Ao contrário, busca-se acentuar ainda mais a demonstração de seu poderio bélico. Ao assumir tal atitude, os Estados Unidos desconsideram a sensação de descontentamento é crescentemente alimentada justamente em razão de sua postura de superioridade aos demais, podendo levar a novos e mais conflitos, tal como ressalta Velasco e Cruz:

O império é o resultado tendencial de uma dinâmica de poder expansiva. Sua lógica opera no período de transição e gera os mesmos efeitos. Cabe esperar, portanto, que o avanço da tendência imperial seja acompanhado da multiplicação de conflitos violentos e crônicos, da eclosão recorrente de “pequenas guerras”, da generalização da prática do terrorismo¹⁴⁵.

Não significa, portanto, que os Estados Unidos entrarão em conflitos interestatais de grandes proporções, sobretudo se considerarmos a disparidade insofismável do poderio bélico dos Estados Unidos perante os demais Estados. Significa, antes, que a política dos Estados Unidos é incoerente em seu próprio discurso, ao passo que prega a manutenção das instituições democráticas de modo a perpetuar o discurso de liberdade, democracia e paz ao resto do mundo. E, por conseguinte, a ampliação e o envolvimento dos demais países em tal modelo permitem deslegitimar o discurso unilateral e agressivo da superpotência, o que causa um rompimento do consentimento automático. Os Estados Unidos, *pari passu*, não conseguem articular de modo a assegurar sua primazia por meio do uso do *soft power*; recorrem à força, traduzindo-se em políticas belicistas, isto é, na formulação de um “Warfare State” construído sob o primado de segurança de bases militares, ou nas palavras de Harvey, *o ímpeto militarista vai então assumir as feições de uma última manobra desesperada do país para preservar a todo custo seu domínio global*¹⁴⁶. A crítica direta a essa postura é que os Estados Unidos

¹⁴⁴ Acapacidade de dissuasão pela posse das armas sem a utilização efetiva das mesmas.

¹⁴⁵ VELASCO E CRUZ, Sebastião C. 2003. Op. Cit. p. 190

¹⁴⁶ HARVEY, 2005, p. 166.

tentam construir um Império militar, porém, apenas com esses recursos não se constrói de fato um Império¹⁴⁷, dado que as regras pré-definidas no sistema internacional são paulatinamente definidas. Michael Mann reforça a crítica, finalizando em seu discurso a importância do caráter de consentimento também à nação mais poderosa do mundo ao expor sua fragilidade política - fragilidade essa latente em sua concepção prioritária de segurança:

Um Império de pura benevolência pode parecer impossível. Mas um Império com o qual os dominados consentem rotineiramente não é incomum. É o que chamamos de “hegemonia”, palavra que indica que o poder imperial determina as “regras do jogo” que os outros rotineiramente obedecem. Outros também podem vir a aprovar as regras, e assim a hegemonia também é parcialmente legítima. Mas a base da hegemonia é mais uma questão de aceitação prática das coisas “do jeito que estão”¹⁴⁸

Na prática, os Estados obedecem às regras do hegemonia sem contestá-las. O exercício da hegemonia implica, portanto, na aceitação automática ou, no limite por conta da *primazia da força* (e não necessariamente no seu uso). No entanto, à medida que utilizam sua força para adquirir o consentimento, sua política não é mais eficiente. Daí a crítica desses autores no que toca à postura arrogante dos Estados Unidos, uma vez que necessitam da legitimidade, sobretudo se esse ordenamento for peculiar ao projeto de articular um poder unilateral e militarista com a forma liberal¹⁴⁹. O incongruente modelo possivelmente dissolveria todo o regimento baseado nas instituições a que os próprios Estados Unidos apóiam, juntamente com seus aliados, fruto do processo histórico pelo qual o mundo tem caminhado, levando a um reequilíbrio e reposição de forças no sistema internacional.

¹⁴⁷ Fiori retoma os argumentos de Chalmers Johnson ao afirmar que os Estados Unidos não formulam mais sua política externa, dado que já possuem um império militar, que consiste na expansão de bases navais permanentes, guarnições, bases aéreas e centros de espionagem em pontos estratégicos ao redor do mundo. JOHNSON, Chalmers *Apud* FIORI, *O poder americano*, Petrópolis, RJ: Vozes 2004, p. 97

¹⁴⁸ MANN, Michael. *O Império da Incoerência*, 2004, pp. 23-24.

¹⁴⁹ David Harvey aponta a disparidade do modelo que poderia ser implantado de acordo com um “(..)imperialismo capitalista’ como uma fusão contraditória entre ‘a política do Estado e do império’ (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e “os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo” (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o usos do capital assumem a primazia)”. HARVEY, David. *O Novo imperialismo*, 2005 Op. Cit. p. 31.

Assim sendo, ao se tomar como pressuposto que o papel representado pelos Estados Unidos a partir dos anos 2000 era definido pela ala neoconservadora que estava no poder, o discurso de um Império benevolente já não se sustenta mais ao final dessa década. Como um último fôlego da contribuição do discurso neoconservador sobre o que de fato se tornou a política externa dos Estados Unidos, Robert Kagan, nesse sentido, discorda que a conduta desta nação nesses últimos anos tenha sido exagerada ou mal-calculada. Segundo o *policy maker*, não se tratava uma política imperialista, e tampouco descuidava dos interesses mundiais. Apenas era uma forma peculiar de cuidar dos interesses do mundo, utilizando o ferramental que os próprios Estados Unidos conquistaram na evolução do processo histórico mundial.

No entanto, esse discurso fora paulatinamente se esvaziando. Conforme as políticas cada vez mais unilaterais dos Estados Unidos se evidenciavam, mais o discurso crítico apontava para um projeto neo-imperialista da nação estadunidense. Isso porque os Estados Unidos deixaram de lado a necessidade de se ter o equilíbrio entre força e consentimento, utilizando-se de uma doutrina de segurança “paranóica”¹⁵⁰. E isso reforça o debate externo de que a superpotência tenha uma política imperialista, isto é, militarista. E foi nesse ínterim que o debate sobre as políticas neo-imperialistas (ou seja, pela exacerbação do novo militarismo) provocou um descontentamento externo, enfraquecendo a análise neoconservadora.

Em esferas internas aos Estados Unidos ocorreu um processo semelhante. A opinião pública, que, num primeiro momento apoiava a “Guerra ao Terror”, posteriormente passou a questionar a maneira agressiva pela qual a nação estadunidense travara a batalha. Nesse instante, sua população, que antes não se interessava pela política externa de sua nação, começa a participar de forma mais ativa. O ápice da contestação ocorreu em 2003 em diante – ocasião da Guerra no Iraque. O governo estadunidense recebera críticas tanto dos demais atores externos quanto de sua opinião pública. Dessa forma, a construção de uma benevolência não era mais bem interpretada, especialmente a denominação de um Império defendida pelos

¹⁵⁰ Expressão utilizada por Michael Mann para expressar que sua segurança deveria estar acima de tudo. Cf. MANN, Micahel. *O império da incoerência*, op. Cit.

poucos neoconservadores que ainda permaneciam no poder. O que restava aos Estados Unidos era conduzir sua estéril política de segurança, de modo a aprofundar ainda mais o militarismo, isto é, o uso da força. Nesse sentido, o *USA Patriot Act*¹⁵¹, que havia sido bem recebido no final de 2001, já era um entrave justamente para os valores democrático-liberais que defendiam. Assim, a tarefa dos Estados Unidos, como ressalta Harvey, consistiu

em consolidar o poder por trás de um projeto político liderado por uma minoria inserido na lógica territorial do poder. Nesse aspecto, o grupo [neoconservador] entendeu bem a ligação entre a ordem interna e a externa. Aceitou intuitivamente a concepção arendtiana de que império no exterior implica a tirania no plano doméstico, mas a afirma em outros termos: a atividade militar externa requer no plano doméstico uma disciplina semelhante à militar¹⁵².

Essa disciplina militar, no entanto, era um disparate dentro do Estado-nação hegemônico preconizador das idéias como liberdade e democracia. Desse modo, as políticas militaristas não eram compatíveis com a benevolência que tanto os neoconservadores insistiam, uma vez que precisariam articular interesses particulares com regras coletivas firmadas ao longo da história. Ao contrário do debate interno, a crítica do debate externo conclui, portanto, que a utilização da força no plano externo e a supressão de direitos civis no plano interno eram sinônimas do fracasso de cristalização de um Império. Afinal, o sistema internacional que nasce a partir do século XXI, como ressalta Velasco e Cruz, “*não se organiza politicamente como império, e ainda é longo o caminho que poderia levá-lo a isso*”, e conclui: “*ainda que o unilateralismo agressivo da política externa norte-americana reflua em favor de uma estratégia mais inclusiva e mais branda, os efeitos que ele já produziu não*

¹⁵¹ O *USA Patriot Act* foi uma resposta dada aos atentados terroristas de 2001. Promulgada em 26 de outubro do mesmo ano, o Ato era responsável em atribuir poderes ao executivo na aplicação assertiva do controle de informações e fluxo de pessoas em território estadunidense e em outro lugar qualquer desde que ameace a integridade da segurança dos Estados Unidos (ou de seus aliados, como no caso, a OTAN). Diante da supressão de direitos, tais como direito de ir e vir, liberdade de expressão, as políticas ligadas a esse tipo de estado de exceção fora duramente criticada, perdendo sua força já no final de 2005. Cf. *Uniting And Strengthening America By Providing Appropriate Tools Required To Intercept And Obstruct Terrorism (USA Patriot Act) Act Of 2001. US FinCEN - Financial Crimes Enforcement Network. United States Department of Treasury*. 26 de outubro de 2001. Disponível em: <http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf> Acessado em: 01 de maio de 2010.

¹⁵² HARVEY, David. *O Novo imperialismo*, 2005, Op. Cit. p. 156.

são inteiramente reversíveis”¹⁵³. Desse modo, a crítica lançada sobre o que se tornou a política externa dos Estados Unidos propõe algumas perspectivas e reflexões sobre as grandes transformações no ordenamento de poder no sistema internacional ao advertir os Estados Unidos da necessidade em adaptarem suas políticas – interna e internacional – em confluência aos desdobramentos das principais mudanças no sistema internacional ao longo dos primeiros anos do século XXI.

3.3 Reflexões e perspectivas para o papel dos Estados Unidos no século XXI

O objetivo desta seção é destacar os pontos que os críticos da política dos Estados Unidos se basearam. Desse modo, a pretensão é refletir sobre os motivos pelos quais a política de segurança dos Estados Unidos não pode se sustentar a longo prazo. Trata-se de apontar o olhar analítico sobre as perspectivas desse novo século, contemplando também os interesses e a interferência dos grandes atores nas relações internacionais. Os críticos que induzem esse debate ponderam que até agora os Estados Unidos conceberam sua política unilateralmente e tal postura ofuscou a percepção de que novas políticas estavam surgindo com força no sistema internacional por grandes emergentes. Assim, esses críticos buscam lançar um olhar analítico para o xadrez internacional tomando em consideração que a geopolítica das nações começa a se reordenar no sistema internacional, e outras variáveis - como poderio econômico e o sistema de alianças - muito podem determinar as possíveis mudanças nas próximas décadas do século XXI. Se, por um lado, pode ser identificada a sobrepujança militar dos Estados Unidos em relação ao poderio militar global, por outro, a tendência ao cumprimento das regras estabelecidas por esses atores no sistema internacional podem indicar um progresso histórico e, dessa maneira, um enfraquecimento da postura unilateral da superpotência. Nessa linha, José Luis Fiori resume adequadamente que

(...) neste início de século XXI, não se divisa no horizonte do sistema mundial, nem a apoteose de um império mundial bem sucedido nem o apocalipse da crise final. Não há dúvida que os Estados Unidos enfrentarão dificuldades crescentes nas próximas décadas para manter o seu controle

¹⁵³ VELASCO E CRUZ, Sebastião. 2003 Op. Cit. p. 267

global no campo político e econômico. Mas não há sinais de uma crise terminal, nem muito menos de que os Estados Unidos estejam deixando de ser um Estado Nacional, com seu projeto de poder global. Mas, tampouco parece provável que consigam impor ao mundo o seu projeto de império mundial¹⁵⁴.

Por todas as políticas que se exponenciaram na transição do final dos anos 90 para o início dos anos 2000, é imperativo que se prospecte algumas observações acerca da conduta dos Estados Unidos frente a questões mais salientes no sistema internacional. Sua preocupação com a imagem interna e internacional fez com que os Estados Unidos durante muito tempo refutassem a idéia um poder aos moldes de uma estrutura centralizada, tal como o imperial. Sua condição de nação democrática afastava todo e qualquer preceito semelhante. Fugia de tal atribuição, pois acreditavam que tais condutas seriam uma forma de remeter a uma conotação pejorativa ao conduzir sua política externa unilateralmente. No entanto, o próprio desenvolvimento da História permitiu que a nação estadunidense incorporasse uma postura de “guardiões do mundo”, uma vez que possuía recursos para tanto¹⁵⁵. A sua fragilidade, paradoxalmente, era justamente a sua fortaleza. Em outras palavras, na medida em que os Estados Unidos foram se tornando a única superpotência global em detrimento das demais potências, principalmente no que se refere ao fortalecimento de seu sistema industrial-militar, eles acreditavam que o momento de se firmar como a “polícia do mundo” era oportuno. Assim, para manter o seu poderio, investiu centenas de trilhões de dólares ao longo desses anos para que a centralidade do poder político se concentrasse a partir da superpotência. Seus aliados, tal como os membros da OTAN, em contrapartida, começaram a se tornar atores

¹⁵⁴ FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: *O poder americano*, 2004, Op. Cit. p. 102

¹⁵⁵ Segundo Aijaz Ahmad “The three objectives for which the US fought a war of position throughout the twentieth century – the containment/ disappearance of communist states, its own primacy over the other leading countries, the defeat of Third World nationalism – have been achieved.” (Os três objetivos para os quais os E.U. travaram uma guerra de posição ao longo do século XX - a contenção / desaparecimento de estados comunistas, a sua própria primazia sobre o outro principal países, a derrota do nacionalismo do Terceiro Mundo - foram atingidos.) [Tradução nossa]. Portanto, associado a força dos Estados Unidos e o processo histórico, permitiram a configuração do poder centralizado na nação estadunidense. AHMAD Aijaz . Imperialism of Our Time. *Socialist Register*, 2004, pp. 43-62.

adjacentes às decisões pertinentes do sistema internacional. Dessa maneira, os Estados Unidos puderam construir as bases de seu poder global reafirmando seus valores aos demais.

Nesse sentido, a superpotência fomentava ainda mais sua estrutura bélica, ainda antes dos ataques de 11 de Setembro. A base da economia dos Estados Unidos fora sendo galgada no militarismo desde a época do presidente Eisenhower. Ao final da Guerra Fria, o que parecia uma tendência ao recrudescimento da aquisição dos artefatos militares das grandes potências, o projeto encabeçado pelos *policy makers* neoconservadores puxou para uma política contratendencial, isto é, por meio da manutenção do gasto militar pelos Estados Unidos: sua conduta contrariava a tendência mundial de redução dos gastos militares. Nesse sentido, Harvey observou que “*a aliança entre os neoconservadores e o complexo industrial-militar tinha pressionado Clinton, na década de 1990, para aumentar as despesas militares e se preparar para travar duas guerras regionais ao mesmo tempo [Iraque e Coréia do Norte]*”¹⁵⁶. Assim, o projeto unimultipolar proposto por Huntington parecia que poderia se sustentar, uma vez que ocasionou uma estrutura em primeiro momento unipolar, apesar da aceitação da superpotência em acatar as decisões dos organismos multilaterais democráticos.

No entanto, o constructo unimultipolar nem chegou a se concretizar, ao passo que as políticas de convergência entre os interesses domésticos e externos dos Estados Unidos ficaram mais evidentes e, conseqüentemente, sua supremacia foi ruindo em relação às demais potências e seus aliados. A imagem de um Império Benevolente pelos Estados Unidos teria que ser construída em contraposição ao império soviético, que no período da Guerra Fria tinha uma conotação negativa. Segundo os críticos do neoconservadorismo, foi a partir de 2001 que a oportunidade de se mostrar como um “império do bem” foi paradoxalmente se aproximando para o império militarista. Suas políticas para se alcançar e manter o poder global eram baseadas no uso da força. Não se afirma, no entanto, que o consentimento deve passar somente pela aceitação dos demais atores sem a demonstração de seu poder pela força. Mas essa política deve ser calcada na deterrência, isto é, um equilíbrio a ponto de ocasionar o respeito por esse poderio militar, sem necessariamente utilizá-lo.

¹⁵⁶ HARVEY, David. *O novo imperialismo*, 2005, Op. Cit. p. 157.

Destarte, por conta da não utilização da deterrência, o uso da força para obter seus interesses despertou a crítica tanto da opinião pública estadunidense, quanto a de seus aliados, que foram questionando paulatinamente a atuação do hegemon no cenário internacional. Afinal, como legitimar uma ação supostamente benevolente se o uso desenfreado das armas provocaria caos, em vez de ordem, autoritarismo ao contrário da democracia, e inimigos ao invés de aliados? Desse modo, a política de segurança estadunidense fora adquirindo um caráter militarista; uma superpotência que se preocupa não com o interesse geral, como na configuração da benevolência da superpotência, mas apontada como uma nação egoísta e preocupada em assegurar seus interesses individuais.

Tal questionamento, portanto, partia da concepção de que apesar da moldura de um projeto imperial dos Estados Unidos para o mundo, ainda assim o consentimento era necessário. Isso porque a doutrina de segurança incisiva dos Estados Unidos era uma característica praticamente endógena da natureza de tal poder da nação; em outras palavras, esta potência, diferentemente das passadas, que não se interessaria em produzir colônias, mas de desconstruir uma possível ameaça de governos que eram considerados párias para conduzir uma manutenção da ordem mundial baseada em preceitos de estabilidade. Mas isso ocasionava um revés: a própria inserção de bases militares não proporcionaria um entrosamento, pelo contrário. A supremacia e a arrogância de instalação de bases militares em áreas inóspitas fizeram com que o sentimento de estranhamento perante a população local se exacerbasse; nem a exportação do modelo “*american way of life*” pelos militares nas bases ao redor do mundo foi possível aproximar população local e soldados de modo a se interagirem mutuamente, utilizando o seu *soft power*. Em termos mais amplos, a presença dos Estados Unidos representada pelas bases militares não provocava uma hospitalidade por parte dos países que se encontraram dominados pelo seu poderio (como o caso do Afeganistão e Iraque). Ao contrário, sua presença incitou inúmeras revoltas, difícil de serem controladas pelas forças armadas estadunidenses.

Ademais, ao se analisar o nível sistêmico de interação entre os atores, pode-se distinguir a realidade factual que se identificara a partir do século XXI e o projeto teórico de

um ordenamento baseado no Império no final do século XX. Ao conceber em termos probabilísticos que a concepção de Império não concebia espaço para os rivais contrariarem as regras de equilíbrio da ordem que a superpotência promulga e aplica, pode-se indicar que o projeto para cristalizar a construção do Império benevolente pela proposta neoconservadora estadunidense não se sustentou. Primeiro porque o levante dos seus rivais no plano transnacional (e, portanto, não apenas interestatal) tem emergido em grandes proporções a partir do início do século, ocasionando a perda de consentimento automático dessa velha ordem unilateralista pregada pelos Estados Unidos. Segundo porque o monopólio legítimo da aquisição da violência não garante possuir e usar a força exclusivamente pelos Estados Unidos, mas também pelos seus adversários – por sua vez, de uma forma ilegítima –, que passam a desrespeitar as regras pré-estabelecidas pelo hegemonia, utilizando duas vias: o uso da lei no cumprimento das próprias regras que paradoxalmente a superpotência criara, mas não a respeitara; ou pela via da violência não-legítima do Estado, como o terrorismo, movimentos insurgentes, entre outras reivindicações contrárias à ordem estabelecida. Em todos os casos, há a contestação da proposta de uma ordem mundial centralizada nos Estados Unidos.

Em contrapartida, uma percepção errônea da superpotência, entretanto, foi desconsiderar que esses fatores poderiam ser capazes de enfraquecer sua legitimidade frente aos demais atores, inclusive de seus inimigos, que passam a não mais se armar como a configuração belicista da nação estadunidense, até porque de fato por essa via não conseguiriam abalar as estruturas da superpotência, mas de encontrar vias alternativas para impugnar a nova ordem mundial. Tal desconsideração, ademais, partia paradoxalmente do processo histórico em que a participação de atores transnacionais e regimes internacionais, os quais estavam cada vez mais em destaque no sistema internacional, como os grupos políticos de ação violenta¹⁵⁷. Suas táticas aos moldes da guerrilha não foram percebidos pela superpotência, inclusive porque até aquele momento, sua condição unilateral não permitia identificar flancos de ameaças no mundo, pois acreditavam que seu papel jamais seria questionado, tanto por conta de seus valores, quanto por causa de seu poder militar.

¹⁵⁷ “Grupos de ação política violenta” muitas vezes denominados terroristas, excluindo o propósito político do uso da violência.

Com a demonstração de que a superpotência era vulnerável também aos ataques de pequena proporção e, posteriormente, com a retaliação em grande escala ao terror, os demais atores estatais começaram a perceber que a condição de “polícia do mundo” estava sendo questionada. E mais: esse mesmo “xerife” não mais parecia capaz de prever as ações dos inimigos. Por isso, não conseguiam mais ser eficazes em sua “guerra preventiva”. Os Estados Unidos percebiam também que a assimetria brutal entre o ataque e a retaliação não era sinônimo de poder, mas de fraqueza perante as ameaças de pequena proporção (em termos denotativos e não conotativos), uma vez que o uso da preeminência bélica deveria ser estrategicamente ponderado.

O cenário a partir do século XXI, portanto, disseminou inúmeras mudanças. O poderio militar dos Estados Unidos constituiu-se, em um segundo momento, na tentativa de retornar a sua imagem benévola no sistema internacional. No entanto, os neoconservadores que se encontravam no poder até o final de 2008, perderam substancialmente sua credibilidade no que se refere à consecução de políticas, principalmente na política externa. Tanto que a partir de 2006 o projeto do *think tank* neoconservador PNAC, que tanto suscitou debates dentro do governo e da academia entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, quase desapareceu no debate sobre o papel dos Estados Unidos. Isso porque as políticas traçadas muito se desgastaram nos sucessivos eventos mal-sucedidos da política de segurança dos Estados Unidos, o que favoreceu a crítica sobre as políticas implantadas pelos neocons por meio do debate externo.

Mas antes de perder a credibilidade, o debate interno neoconservador traçou alguns pontos a serem observados no cenário internacional nas próximas décadas. Sua crítica inicial se pautava na má condução do combate ao governo iraquiano, mas suas últimas recomendações se concerniam ao continente asiático e a presença expansionista da China nos mercados ocidentais¹⁵⁸. As recomendações para esses atores eram justamente por causa dos

¹⁵⁸ Na seção “What’s new at PNAC”, atualizado pela última vez em 2006, artigos destinados ao continente asiático, em especial à China, tais como: A NATO for Asia, Ellen Bork & Gary Schmitt, *Weekly Standard*, December 11, 2006; Detachment *Is* Policy: Why the Bush administration needs to lead the Asian democracies.

novos desdobramentos políticos e econômicos nessas regiões. A primeira, porque indicavam uma ameaça iminente; a segunda, em potencial. Assim, restava aos Estados Unidos e à Europa (via OTAN) impedir qualquer tipo de prenúncio que pudesse ameaçar a primazia estadunidense. Mas a Europa, que tanto postergou em firmar sua segurança própria por meio da PESC (Política Externa e de Segurança Comum), não mais atribuiria prioridade para estas questões, sobretudo se considerarmos a conjuntura atual, pela qual enfrenta uma séria crise econômica na zona do euro¹⁵⁹. Para o continente, portanto, resta-lhe voltar sua atenção para os desdobramentos tanto da Europa Ocidental, quanto da Europa do Leste, ao passo que a crise tem se mostrado no “efeito dominó”, ainda que o Novo Conceito Estratégico tenha sido promulgado¹⁶⁰.

Assim, mais uma vez, segundo prospecção do antigo debate, a Europa dependerá nos próximos anos da segurança que a OTAN, sob a liderança dos Estados Unidos poderá proporcionar. Thomas Donnelly, outro neoconservador que compartilhava das concepções de Kagan, apontava para o caráter estratégico da OTAN na Europa para fomentar segurança energética a partir do Leste Europeu, no intuito de assegurar o livre trânsito de energia por meio de gasodutos e oleodutos proveniente do Oriente Médio e do Mar Cáspio¹⁶¹. De fato, o

Ellen Bork, *Weekly Standard*, May 31, 2006; China Syndrome, Ellen Bork, *Weekly Standard*, May 29, 2006. Cf: What’s new at PNAC. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/whatsnew.htm>>

¹⁵⁹ Na conjuntura de crise econômica que surgiu no final de 2008 e eclodiu em 2010, a dívida dos países denominados PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) não foi honrada, o que ocasionou um efeito em cadeia de especulação pelos investidores. Para sanar a crise, os pacotes de ajuda destinados a esses setores proporcionaram um efeito reverso: houve uma diminuição na arrecadação desses governos, agravando ainda os déficits. O caso da Grécia foi o que desencadeou o efeito dominó, pois foi verificado após alguns anos que o país maquiara alguns dados para adentrar a zona do euro, assumindo assim um modelo neoliberal. No entanto, a competitividade econômica do país era débil e os sucessivos déficits fiscais não conseguiram sustentar a aparência de país em desenvolvimento. Os bancos internacionais europeus que se instalaram nos PIIGS estão ameaçados de quebrar, dada a alta dívida que esses países contraíram. A saída foi solicitar ajuda ao FMI e ao fundo monetário da Europa. A médio prazo, portanto, deve-se esperar que as atenções dos governos europeus estejam destinados à conter a crise econômica, como parte da própria segurança interna de cada país.

¹⁶⁰ Embora o escopo do trabalho não tenha sido analisar com maior profundidade o Novo Conceito Estratégico de 2010, o lançamento das políticas de segurança do Atlântico Norte através do documento intitulado “OTAN 2020” foi majoritariamente conduzido pela ex-secretária de Estado na administração Clinton e atual presidente do “Grupo dos Especialistas”, Madeleine Albright.

¹⁶¹ DONNELLY, Thomas. Toward a Global Cavalry: Overseas Rebased and Defense Transformation. *AEI On Line*, jul 2003. Disponível em: <<http://www.aei.org/outlook/17783>> Acessado em: 14 de setembro de 2009.

debate interno passou a considerar um alargamento da visão estratégica para os Estados Unidos, principalmente atribuindo importância à região do Oriente Médio. No entanto, sua credibilidade em formular políticas oficiais não sustentou a concretização de políticas que se preocupassem somente com os problemas dessa região. Assim, o debate externo, através da crítica das proposições internas neoconservadoras ganhou espaço.

Desse modo, as críticas do debate externo passaram a se preocupar não somente com as questões de segurança, mas com os fatores indiretos que pudessem eventualmente ameaçar a estabilidade de um Estado. Um exemplo desse alargamento de securitização de temas ligados à segurança está no continente europeu. Em meio à conjuntura de instabilidade econômica que o continente atravessa, pode-se esperar que novos conflitos de natureza endógena suscitem na Europa, no desdobramento de tal crise, principalmente no escopo social (nacionalismo, xenofobia, desemprego em massa, greves trabalhistas, entre outros). Há duas alternativas que essa instabilidade interna poderá ocasionar. A primeira fará com que a Europa se preocupe em consertar os efeitos do modelo neoliberal em seu continente e, atribuindo sua própria segurança coletiva aos Estados Unidos, ou seja, aprofundando os laços da aliança, principalmente via OTAN. Em outro espectro, pode-se indagar também que esta crise poderá ocasionar um efeito reverso para a aliança Europa – Estados Unidos. Com a vitória de partidos conservadores (vide o caso da Inglaterra, que elegeu em maio de 2010 um ultraconservador – James Cameron), a Europa retornaria o controle de alguns pontos sensíveis à União Européia, o que poderia passar a depender menos da superpotência. Portanto, os fatos conjunturais recentes da Europa derrubam totalmente a visão do debate interno sobre uma Europa “kantiana”, livre de qualquer problema um Estados Unidos “hobessiano”¹⁶².

O projeto de primazia global foi severamente criticado a partir da aplicação das políticas do PNAC pelo governo oficial dos Estados Unidos na era Bush (filho), ao passo que não havia lastro na ordem mundial que contemplasse um equilíbrio minimamente simétrico do sistema internacional. Ao contrário, o cenário se construía segundo bases da utilização desenfreada do militarismo como forma de assegurar os interesses individuais dos Estados

¹⁶² Uma alusão às expressões utilizadas pelo neoconservador Robert Kagan.

Unidos no mundo. Assim ocorrera com o Iraque a partir de 2003, mas não se concretizara para o continente asiático. A China consegue se destacar economicamente nos mercados internacionais a partir dos anos 2000 diante da promulgação da abertura planejada de seus mercados, sobretudo atrelado à economia dos Estados Unidos. Sua estratégia conjuntural baseia-se não na contestação da ordem mundial *a priori*¹⁶³, mas de uma incorporação do xadrez global, só que por uma via do “socialismo de mercado” (regulado pelo Estado). Outra estratégia utilizada é o aprendizado que a China conquistou durante os anos em que a hegemonia estadunidense fora questionada (como a Alemanha no século XX e o Japão nos anos 40). Sua principal diretriz até agora vem sendo tomado em termos econômico-diplomáticos, ao passo que conclama uma espécie de multipolaridade induzida pelas demais potências, especialmente nas questões econômicas. Não se trata, portanto, de encabeçar uma nova corrida armamentista, mas a competitividade que mais se destaca é através dos mercados, atrelando sua economia a dos Estados Unidos (como por exemplo, a compra dos títulos da dívida pública estadunidenses pelo governo chinês).

E no que se refere ao escopo da segurança e militar, dois fatos que podem desencadear um novo argumento para legitimar a política baseada na paranóia da insegurança. O primeiro diz respeito uma nova tentativa de ataque terrorista em abril de 2010, no governo do presidente Barack Obama, na Times Square em Nova York. Segundo o presidente, *justice will be done, and we will continue to do everything in our power to protect the American people*¹⁶⁴. Percebe-se que as perspectivas para o século XXI consistem em manter o discurso securitizador das ameaças iminentes à nação estadunidense. O argumento da superpotência se “renova”, o que pode dar fôlego aos próximos programas militares dos Estados Unidos no mundo. Mas, o que se deve tomar como aprendizado é que o militarismo sem limites proposto

¹⁶³ Muito tem se discutido sobre a tentativa de reformulação da ordem mundial pela China tal como se organiza atualmente. No entanto, essa análise centra sua afirmação naquilo que se evidencia até o *presente momento* da análise dos fatos.

¹⁶⁴ “*Justiça irá ser feita e nós continuaremos a fazer tudo sob nosso poder para proteger o povo americano*” [Tradução nossa]. The President on Times Square: "But as Americans, and as a Nation, We Will Not Be Terrorized" Posted by Jesse Lee on May 04, 2010 at 01:02 PM EDT. The White House Blog. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/blog/2010/05/04/president-times-square-americans-and-a-nation-we-will-not-be-terrorized>> Acessado em 10 de maio de 2010.

na administração Bush deve ser mais ponderado, de modo a retomar o consentimento daquelas nações que até então passaram a contestar a forma pela qual os Estados Unidos direcionavam sua força no mundo.

Outro episódio de segurança e cooperação internacional que deve ser observado para o novo século concerne às decisões interestatais. O fato dos Estados Unidos discutirem com a Rússia na conjuntura atual sobre um possível retorno à cooperação ao desarme nuclear entre as potências por meio da retomada do controle de armas pela ativação do Start III¹⁶⁵ demonstra que, apesar de todo o poderio da superpotência, o processo histórico pelo qual os Estados Unidos percorrem podem acarretar em um novo desenho na arquitetura geopolítica e geoeconômica mundial, indo, portanto, além das questões nucleares. Trata-se de remodelar a relação russo-americana, estremecida em 2008 por conta dos conflitos na Geórgia e, posteriormente, a sucessiva tentativa de implementação de escudos antimísseis dos Estados Unidos próximo à fronteira com a Rússia em Kaliningrado na região da Polônia e República Checa. Entretanto, não se concebe uma mudança radical no que se configurou nos anos 2000, mas uma mudança qualitativa na percepção de seu poderio e, por conseguinte, no tratamento que a superpotência deve desenvolver perante os atores estatais que detém na conjuntura atual poder suficiente para ter voz nas decisões relevantes do sistema internacional, como a economia e as questões militares.

Outro ponto a ser amplamente discutido é a posição do Irã nas relações de poder nuclear, o que tem despertado até o momento inúmeras críticas por conta dos Estados Unidos, mas não um consenso uníssono de seus aliados. Os países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) começam a propor acordos menos rígidos ao Irã, uma vez que, segundo a interpretação desses atores, o referido país muçulmano tende a tomar medidas mais agressivas diante de uma sanção dos Estados Unidos e aliados mais próximos, como a União Européia. O Brasil, que também participa dos BRICs, ainda chama a atenção de Rússia e China – países-chave para contrapor a imposição de medidas sancionadas pelos Estados Unidos. Torna-se, a partir

¹⁶⁵BAKER, Peter Obama se prepara para retomar pacto de cooperação nuclear com a Rússia. 07 de maio de 2010. *The New York Times*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2010/05/07/obama-se-prepara-para-retomar-pacto-de-cooperacao-nuclear-com-a-russia.jhtm>>. Acessado em: 10 de maio de 2010.

desse episódio, uma tentativa dos países emergentes em possuírem decisões no sistema internacional, utilizando-se de organizações internacionais e outros pólos de poder para equilibrar mais as decisões da arena internacional, o que deslocaria o eixo de decisões dos Estados Unidos, incluindo novos atores em tais decisões.

Como sintetizou no final da administração Bush em 2008 a então Secretária de Estado Condolezza Rice, já apontava para as transformações mundiais, indicando que

What has not changed is that our relations with traditional and emerging great powers still matter to the successful conduct of policy. Thus, my admonition in 2000 that we should seek to get right the "relationships with the big powers" -- Russia, China, and emerging powers such as India and Brazil -- has consistently guided us. As before, our alliances in the Americas, Europe, and Asia remain the pillars of the international order, and we are now transforming them to meet the challenges of a new era.

What has changed is, most broadly, how we view the relationship between the dynamics within states and the distribution of power among them.¹⁶⁶

Assim, temos novos atores e novas problemáticas que despontam nesse novo século XXI. O advento da China, contraponto na balança do poder econômico dos interesses unilaterais dos Estados Unidos até o século XX; a necessidade de cooperação nuclear com a Rússia, apesar da implosão do bloco soviético; desenvolvimento contencioso por parte das políticas do Irã, questionando assertivamente as decisões da superpotência; grupos multilaterais para a cooperação como IBAS e BRICs tentando ganhar destaque em suas respectivas políticas externas e a Europa em uma crise interna. Todos esses fatores compõem a problemática do novo desenho de poder no sistema internacional, o que pode ser observado por um novo prisma, cuja percepção *a priori* de um projeto peculiar de Império Benevolente puxado pelos neoconservadores no final do século XX e incorporado pelos Estados Unidos

¹⁶⁶ O que não mudou é que as nossas relações com as tradicionais e grandes potências emergentes ainda são importantes para a realização bem sucedida da política. Assim, o meu conselho em 2000 é que devemos procurar acertar as relações “com as grandes potências” – Rússia, China e potências emergentes, como Índia e Brasil – que sempre nos guiou. Como antes, as nossas alianças nas Américas, Europa e Ásia continuam a ser os pilares da ordem internacional, e agora estamos transformando-os para enfrentar os desafios de uma nova era. O que mudou é, mais amplamente, como vemos a relação entre a dinâmica no interior dos Estados e a distribuição de poder entre eles. [Tradução nossa] RICE, Condolezza. Rethinking the National Interest American Realism for a New World. *Foreign Affairs* 87 nº4 pp.2-26 Jul/Ago. 2008

como seu novo papel no sistema não pode ser sustentado neste novo século XXI, a menos que a superpotência perceba as significativas mudanças em sua volta e rearticule sua hegemonia em outros alicerces.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos apresentar nessa dissertação o contraponto entre dois debates sobre o papel dos Estados Unidos frente à problemática de construção a respeito de qual seria sua função na nova ordem mundial pós Guerra Fria. Tomou-se por estudo o primeiro debate – o *debate interno* – apontando as premissas do neoconservadorismo para se explicar o sistema de alianças que os Estados Unidos mantiveram na década de 90 e início dos anos 2000, corroborando suas políticas cada vez mais unilaterais, o que proporcionou uma brecha para inúmeros questionamentos acerca do princípio ordenador das relações internacionais que fora puxado pelos Estados Unidos a partir dessa nova configuração mundial. A partir de uma política agressiva e unilateral, tomou-se como base a análise do segundo debate – o *debate externo* – considerando dessa vez a crítica dessa política internalizada pelos Estados Unidos a partir de um militarismo exacerbado, refletido na inserção de bases militares ao redor do mundo; fenômeno esse denominado por alguns críticos de Novo imperialismo; para outros, de um ordenamento mais hostil de sua hegemonia.

Este trabalho apresentou um balanço da estratégia militar dos Estados Unidos com base na crítica dos neoconservadores por meio dos *think tanks*, que posteriormente viria a ser incorporadas pela administração a partir de 2001. É por isso que essa estratégia não foi decorrente dos ataques terroristas aos Estados Unidos, uma vez que sua elaboração se deu, a rigor, durante o final da década de 1990. Este é o caso que se verificou na história dos Estados Unidos com a ascensão ao poder do governo de George W. Bush em 2001, quando intelectuais e *policy makers* de um renomado *think tank* denominado PNAC – *Project for the New*

American Century vieram a ocupar distintos cargos em seu governo, modificando o projeto “unimultipolar” proposto por Huntington ao sistema internacional durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000. A partir do século XXI, portanto, uma nova forma de governar o mundo estaria por vir.

A partir dessa breve justificativa sobre a importância em se analisar o novo papel dos Estados Unidos por meio da exposição do reordenamento da política de segurança dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, alguns assuntos emergem nesse primeiro debate exposto: o rearranjo desse novo militarismo calcado nas premissas dos Estados Unidos como provedor de segurança mundial, a importância do sistema de alianças militares, com foco na OTAN, apesar do poderio militar alcançado pelo hegemonia, e, finalmente, como esse debate interno encarou como o novo papel que os Estados Unidos assumiam poderia transformar a nova ordem mundial em construção. Em contrapartida a essas recomendações, tornou-se pertinente indicar a visão oposta, a que criticava essa proposta militarista. Nasceram, dessa maneira, dois pólos que se cristalizaram acerca dos estudos do princípio ordenador do sistema internacional; pólos esses que distinguem como o ordenamento de poder dos Estados poderia ser delineado, como os “liberais-internacionalistas” – atores que enfatizavam o multilateralismo com o objetivo de conquistar o consentimento voluntário para o exercício da supremacia – e os “neo-imperiais” – os que acreditavam na incontestabilidade absoluta de seus valores por meio da utilização de seu poder bélico¹⁶⁷.

A partir dessa distinção de posição dentre os atores que permaneciam nos bastidores do poder, influenciando o governo por meio de grupos de pressão, o foco do debate centralizou-se na posição neoconservadora a respeito da incorporação da política de segurança mais incisiva pelos Estados Unidos a partir dos anos 2000. No entanto, as políticas formuladas pelos *neocons* pressionaram o governo Clinton de forma a induzir o gasto militar, indicando, assim, uma inclinação militarista desde o final dos anos 90. Foi nesse escopo, associado a uma lacuna

¹⁶⁷ Termo que Sebastião VELASCO E CRUZ utiliza ao distinguir estas categorias analíticas sobre intelectuais que discutiam tais questões durante o governo de Clinton nos Estados Unidos. Cf. VELASCO E CRUZ, Sebastião. “Entre normas e fatos: desafios à segurança e dilemas da ordem internacional”. *Globalização, Democracia e Ordem Internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 260.

profícua de atuação do militarismo, que os Estados Unidos apressaram a consolidação de seu papel ativo nas questões de segurança mundial. Para tanto, utilizaram-se de uma estratégia de fortalecimento de seu sistema de alianças, baseada na demonstração e uso da força por meio de um militarismo peculiar que, mais tarde, fora denominado pela crítica de “novo militarismo”, cuja estratégia principal consistia na implantação de bases militares ao redor do mundo¹⁶⁸. Dentro desse debate, o trabalho procurou mostrar como os Estados Unidos, por meio de sua política militarista, não conseguiram finalizar o projeto de Império Benevolente proposto pelo primeiro debate - encabeçado pelos neoconservadores. Isto porque a política dos Estados Unidos sofrera uma externalidade negativa. A crítica fomentou que esse papel na verdade demonstrava que um novo projeto de poder denominado “Novo imperialismo” era *“uma visão unilateral e militarista de como superar a desordem mundial.”*¹⁶⁹

Concomitantemente a esse cenário conflituoso, o sistema internacional apontou para uma nova arquitetura geopolítica e geoeconômica mundial, que o debate interno desconsiderava, mas o externo já apontava: a emergência dos Estados Unidos como superpotência, *mas* agregada a uma série de potências capazes de se rearticularem de modo a impedir um poder fincado sob a égide estadunidense.

Com relação ao projeto neoconservador de Império Benevolente, deve-se apontar para as insuficiências desse constructo, na medida em que os mesmo revela a disparidade entre uma estrutura de consentimento e legitimidade e um ordenamento imperial, uma vez que - ao contrário do que os neoconservadores afirmam - esses atributos não podem prescindir das relações de poder. Em outras palavras, para além do monopólio da força, requisitos como legitimidade e consentimento não prescindem no projeto de construção de um Império.

¹⁶⁸ Embora houvesse uma diferença na inclinação neoconservadora entre os que defendessem que o sistema internacional vive sob o escopo de um Império, dada a capacidade dos Estados Unidos em controlar as decisões do sistema internacional, sem contar com o consentimento, apenas com o uso da força; e aqueles que defendessem que o projeto era para formar um Império, mas dada a incapacidade dos Estados Unidos provocarem um consentimento automático, não podem organizar uma ordem e garantir a manutenção da mesma, logo, não poderiam se assumir como um Império. Em todas essas vertentes, ainda sim se concebia que o papel dos Estados Unidos tinha seu caráter benevolente ao sistema internacional.

¹⁶⁹ MANN, Michael. Império da Incoerência, 2006, Op. Cit. p. 10

Assim, uma das críticas que o debate externo assinalava era que o projeto neo-imperialista dos Estados Unidos não levaria à construção efetiva do Império Benevolente. Ao contrário: o poder militar é insuficiente para a manutenção de um Império, pois esse repousa na força *política, manutenção das alianças e minimização de custos internos* e não somente pelo uso das armas¹⁷⁰. Isso porque o efeito militar ganhou uma importância sem precedentes durante esses dois séculos passados, mas não integralmente neste novo século, agregando a esse fator poderes de outras naturezas, como o econômico e político. Quanto mais se prioriza o uso da força para a conquista da legitimidade, mais se gera um efeito de *blowback* capaz de desestabilizar aquela ordem que os neoconservadores pregavam ao fim da década de 1990. Esse *blowback*, em contrapartida, ensejou um efeito inesperado por parte dos Estados Unidos. A nação, que antes relutara em endossar a imagem de um Império, passa a endossar tal denominação no período de transição do final do século XX para o início do século XXI, incorporando uma imagem de “polícia do mundo” ao intitular-se “Império do Bem”. A partir dessa exterioridade, a superpotência passou a acreditar que suas manobras políticas e militares devessem ser respaldadas no consentimento e passa então a não calcular minuciosamente suas ações, acreditando que tudo que determinar ou o que fizer seria acatado pelas grandes potências, aliados e também inimigos, uma vez que a sua força militar poderia coibir qualquer elemento de discordância. No entanto, o efeito *blowback* que atingiu os Estados Unidos fez com que os mesmos subjugassem as pequenas potências e atores transnacionais que poderiam seriamente questionar a legitimidade imperialista da nação estadunidense. Um exemplo disso foi os atentados terroristas em 2001 aos Estados Unidos.

Tendo em vista os debates que surgem – o *primeiro* preconizado pelos grupos de pressão neoconservadores para conduzir uma política de segurança conforme o poder adquirido pelos Estados Unidos no pós-Guerra Fria; o *segundo* por conta da incorporação dessas políticas, que se traduziu na postura cada vez mais unilateral e militarista por parte dos Estados Unidos – há duas vias de análise sobre qual seria o papel da superpotência que de fato se concretizou no sistema internacional no século XXI: consolidar um Império no sistema internacional, aprofundando sua unipolaridade e unilateralidade ou ser uma superpotência que

¹⁷⁰ CHIBBER, Vivek 2004 Op. Cit. p.439

não possui estruturas suficientes para tal consolidação, o que daria margem aos descontentamentos de tal ordenamento. Ao revisitar a maioria dos eventos que se sucederam em meados de 2002¹⁷¹ por conta da aplicação *ipsis literis* da proposta feita pelo PNAC, os Estados Unidos foram perdendo paulatinamente o consentimento por parte de seus aliados, inclusive de alguns Estados Europeus, como França e Alemanha. Outros atores também puderam emergir sob uma construção distinta de questionamento ao poderio estadunidense, constituindo o grupo das potências emergentes (ou re-emergentes), tais como Rússia, China, União Européia, Irã e grupos de países como os BRICs e IBAS¹⁷². Desse modo, os *neocons policy makers* não calcularam que a história vislumbrava ainda grandes surpresas aos atores estatais.

Assim, o trabalho tentou apontar e minudenciar os debates que surgem sobre o papel desempenhado pelos Estados Unidos antes do novo século e após seu alvorecer. Trata-se de duas visões distintas, mas que puderam contribuir fortemente com o que os Estados Unidos incorporaram de *fato* em suas políticas, sobretudo sua política de segurança, recriando e remoldando alguns preceitos fundamentais nas relações entre os Estados, como legitimidade, primazia e a tríade do poder político, econômico e militar que compõem o conceito de hegemonia.

E enquanto a reorganização da nova geopolítica das nações ia se consolidando a partir da década de 1990 e o novo projeto estaria sendo constituído para a política externa dos Estados Unidos nesse período, a crítica neoconservadora foi perdendo credibilidade e espaço no debate, ao passo que essa debilidade era devido a sua própria postura perante os problemas do mundo, refletida, no aumento abrupto dos gastos militares da nação estadunidense e revertido na política imperialista que a mesma lançara após 2001. Assim, o destaque das políticas encabeçadas pelos neoconservadores por meio do *think tank* PNAC no cenário internacional foi perdendo força, sobretudo após a retaliação pós-ataques de 11 de setembro de 2001, o que provocou uma mudança na conduta de política externa tanto da nação estadunidense, quanto nas demais partes do mundo, indicando uma pressão para a ampliação

¹⁷¹ Como a Guerra ao Terror: em um primeiro momento com o Afeganistão e, posteriormente com o Iraque.

¹⁷² BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China; IBAS: Índia, Brasil e África do Sul

do perímetro de segurança dos Estados Unidos e, conseqüentemente, para seus aliados. A proposta política e militar que nasce nesse período, portanto, é explicada pela conjuntura e também pelos fatores históricos que condicionaram a política externa a sofrer profundas modificações, o que acarretou na transformação decisiva na arena internacional.

A partir dessas constatações, o *debate externo* também discutiu sobre a existência de uma possível formação de Império no século XXI, como propôs o *debate interno* aos moldes de um Império Benevolente. A conclusão verificada é que esse modelo não se sustenta. Isso porque para se chegar a tal condição, os Estados Unidos teriam que observar os contornos estruturais de impérios passados e abdicar da política pela truculência, baseada no fortalecimento político por meio da esfera militar, sem provocar um consentimento automático ao utilizar menos um instrumento de força e mais um instrumento de persuasão. No entanto, essa estratégia não teve fôlego, uma vez que a persuasão deveria ponderar entre o monopólio da força e o uso da mesma. Essa é a ironia desse novo contorno de imperialismo: necessita-se das armas para sobreviver, mas é o seu uso que provoca questionamentos e descontentamentos em várias partes do globo.

A dissertação também contemplou resultados prospectivos, isto é, passando desde a percepção de mudança no período da Guerra Fria da década de 1990 até a conjuntural atual, passados uma década do novo século XXI. As conclusões preliminares mostram que a política dos Estados Unidos conduz ainda uma noção estratégica no que tange ao sistema de alianças, principalmente no âmbito militar; em que a OTAN é uma organização que, ainda que sofresse alguns questionamentos acerca de sua existência no pós – Guerra Fria continua sendo um aporte militar importante para a manutenção da hegemonia estadunidense. No entanto, essa estratégia militarista provoca um efeito de *blowback*, em que a imprevisibilidade das ações adversas, fruto de uma política mal-calculada pelos atores, em especial aos Estados Unidos, provocam um realinhamento político, econômico e militar na configuração internacional do novo século. Visa-se, portanto, a um novo rumo para as relações internacionais contemporâneas. A perda constante de legitimidade, bem como a reestruturação do conceito estratégico da OTAN faria com que novamente fosse discutida a conduta estadunidense e o sistema de alianças da OTAN como garantia à segurança coletiva. Diante desses novos fatores

internacionais, associada à ascensão de novos atores importantes nas decisões da agenda internacional, uma redefinição de conceitos considerados estratégicos é almejada, tais como o Novo Conceito Estratégico da OTAN, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia e a redefinição da Nova Doutrina Estratégica de Segurança Nacional no governo Barack Obama. Trata-se, desse modo, de questionar se tais recomendações provenientes do neoconservadorismo que tanto influenciou a política dos Estados Unidos ao retomar o poderio bélico de modo a assumir a hegemonia global será prioridade nessa nova conjuntura atual para os Estados Unidos em consonância às novas articulações dos demais atores para uma multipolaridade ou se a superpotência caminha para uma redefinição estratégica, alterando e redesenhando os sistemas de alianças.

Em suma, a tese que se defendeu nesse trabalho concerne aos diferentes papéis que a política de segurança dos Estados Unidos assumiu em um curto espaço de tempo; papéis esses que eram revestidos pela *influência endógena* que os neoconservadores travaram no governo primeiramente nos bastidores nos anos 90 por meio de think tanks e oficialmente nos anos 2000 quando ingressaram em cargos oficiais da administração do presidente Bush. Logo após a inserção dessas políticas, a determinação da política de segurança passa a ser pela *influência exógena*, uma vez que a crítica a esse modelo começa a ganhar magnitude na mesma medida em que o cenário internacional ia se modificando. Todas essas indefinições demonstram, portanto, que o processo histórico deve ser concebido com mais acuidade neste novo século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEI - American Enterprise Institute for Public Policy Research - Scholars and Fellows. Disponível em: <<http://www.aei.org/scholars>>.
- AHMAD Aijaz . Imperialism of Our Time. *Socialist Register*, 2004, pp. 43-62.
- ALMEIDA, João Marques de. “Os Neo-Conservadores e a Idéia de ‘Império’”. Artigo publicado no IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais, 2004. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=5&ida=34>>
- American Enterprise Institute for Public Policy Research - Scholars and Fellows. Disponível em: <<http://www.aei.org/scholars>>
- AN INDUSTRY reinvents itself America's defense companies are turning dual-purpose. *The Economist*. 18 Jul de 2002 Disponível em: <http://www.economist.com/surveys/displaystory.cfm?story_id=E1_TNNPVRD>
- ARANTES, Paulo. “Cavalaria Global”, *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002

- AYERBE, Luis Fernando. Os Estados Unidos e as Relações Internacionais Contemporâneas. *Contexto Internacional* Rio de Janeiro, vol. 27, n° 2, julho/dezembro 2005. pp. 331-368.
- BACEVICH, Andrew J. Present at the Re-Creation: A Neoconservative Moves On. *Foreign Affairs* Jul/Ago 2008 v.87 n.4 pp.125-31
- BAKER, Peter Obama se prepara para retomar pacto de cooperação nuclear com a Rússia. 07 de maio de 2010. *The New York Times*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2010/05/07/obama-se-prepara-para-retomar-pacto-de-cooperacao-nuclear-com-a-russia.jhtm>>.
- BERGER, Samuel R. A Foreign Policy for the Global Age. *Foreign Affairs*. Nov.-Dez, 2000 vol. 79 n. 6, pp. 22-39
- BORK, Ellen & SCHMITT, Gary. A NATO for Asia, *Weekly Standard*, December 11, 2006 What's new at PNAC. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/whatsnew.htm>>
- BORK, Ellen. China Syndrome. *Weekly Standard*, May 29, 2006. What's new at PNAC. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/whatsnew.htm>>
- _____. Detachment Is Policy: Why the Bush administration needs to lead the Asian democracies., *Weekly Standard*, May 31, 2006 What's new at PNAC. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/whatsnew.htm>>
- *Brookings Institution* <<http://www.brookings.edu/>>.
- BROOKS Stephen G.; WOHLFORTH, William C. American Primacy in Perspective. *Foreign Affairs* vol. 81 n. 4 Jul/Ago, 2002
- BRZEZINSKI, Zbigniew. A geostrategy for Eurasia. *Foreign Affairs* Set./Out. 1997 v. 76 n° 5 pp. 50-64.

- BUILDING BETTER GLOBAL ECONOMIC BRICs. *Global Economic Paper – Goldman Sachs*, n° 66, 2001. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf>>
- BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Joe de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder, Colo : Lynne Rienner Publication, 1998.
- CHIBBER, Vivek. The return of Imperialism to Social Science. *European Journal of Sociology* Cambridge: Cambridge University Press, 2004. pp.427-441.
- COHEN, Eliot A. Defending America in the Twenty-first Century. *Foreign Affairs, Nov/Dev, 2000 vol 79 n.6* pp. 40-56.
- DE LA GORCE, Paul-Marie. Origens da oposição francesa. *Le Monde Diplomatique*, março 2003. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/2003-03,a577>>. Acesso em: 13 de setembro de 2009
- DEPARTMENT OF DEFENSE WASHINGTON - Headquarters Services Directorate For Information Operations And Reports (Dior). *Worldwide Manpower Distribution by Geographical Area*, 30 de set. 2002.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 2ª Ed.
- DINIZ, Eugênio. *Política internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2007.
- DONNELLY, Thomas. Toward a Global Cavalry: Overseas Rebased and Defense Transformation. *AEI On Line*, jul 2003. Disponível em: <<http://www.aei.org/outlook/17783>> .
- DOYLE, Michael. *Empires*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1986.

- _____ . Impérios Revisitados. *Penélope*, 1999, p. 159. Disponível em: < www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_21/21_09_MDoyle.pdf >
- ESTRATÉGIA Europeia Em Matéria De Segurança. In: Relatório OTAN *Uma Europa Segura Num Mundo Melhor* Versão em português. Bruxelas, 12 de dezembro de 2003. pp. 1-14.
- FERGUSON Niall; KAGAN, Robert *The United States Is, and Should Be, an Empire.*, A NEW ATLANTIC INITIATIVE DEBATE, 17 de julho de 2003. Wohlstetter Conference Center, Twelfth Floor, AEI 1150 Seventeenth Street, N.W., Washington, D.C. U.S. Disponível em: < <http://www.aei.org/EMStaticPage/428?page=Summary> >
- FERGUSON, Niall. *Colossus: the price of America's Empire*. New York: The Penguin Press, 2004.
- FIORI, José Luís. Formação, expansão e limites do poder global. In: *O poder americano*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004
- _____. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: *O poder americano*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004
- _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FOSTER John Bellamy; HOLLEMAN Hannah; McCHESNEY Robert W. The U.S. Imperial Triangle and Military Spending. *Monthly Review*, outubro de 2008. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/081001foster-holleman-mcchesney.php>>
- FOSTER, John Bellamy. Imperial America and War. *Monthly Review*. Vol 55, n. 1 mai, 2003. Disponível em: < <http://monthlyreview.org/0503jbf.htm> >
- _____. A nova geopolítica do Império. *Revista Outubro*, n. 14 2º Sem., 2006.

- FOSTER, John Bellamy; CLARK Brett. Empire of Barbarism. Monthly Review. Vol 56, n. 7 dez, 2004. Disponível em: < <http://monthlyreview.org/1204jbfclark.htm>>
- FUKUYAMA, Francis. After Neoconservatism. *The New York Times*. 19 de Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/02/19/magazine/neo.html?_r=1&pagewanted=all>
- _____ . *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____ . The neoconservatism moment. *The national Interest*, 2004, pp. 57-68
- GOWAN, Peter. *A roleta global*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005, 2ª Ed.
- Heritage Foundation. Disponível em: < <http://www.heritage.org/>>
- HISTORY CPD – *The Committee on the Present Danger*. Disponível em: <http://www.committeonthepresentdanger.org/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=55>
- HOBBSAWM, Eric J. E. *A era dos impérios*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.
- _____ . *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 10ª Ed.
- HUNTINGTON, Samuel P., “Why international primacy matters”. *International Security*, v. 17, nº 4, 1993 *Apud*. GUIMARAES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 46, Dezembro 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142002000300005&lng=en&nrm=iso>

- _____ . The lonely Superpower. *Foreign Affairs*, mar/abr 1999.
- IKENBERRY, John. G. America's Imperial Ambition. *Foreign Affairs*, v. 81 n. 5, 2002, pp. 44-60
- JOHNSON, Chalmers. *As aflições do Império: militarismo, operações secretas e o fim da república*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.
- _____ . *Blowback: os custos e as conseqüências do império americano*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2007.
- KAGAN, Robert. America's crisis of Legitimacy. *Foreign Affairs* vol. 83 n.2 Mar.-Abr. 2004, pp. 65-87
- _____ . *Do paraíso e do poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. Coleção Idéias Contemporâneas.
- _____ . *O retorno da História e o fim dos sonhos*. Coleção Idéias Contemporâneas. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- _____ . The Benevolent Empire. *Foreign Policy*, Summer 1998
- KAGAN, Robert; KRISTOL, William. Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy. Encounter Books, 2002. Apud. WNYC. Disponível em: <<http://www.wnyc.org/books/16811>>
- KANE, Tim. Global U.S. Troop Deployment, 1950-2003 *Heritage Foundation*. October 27, 2004 Disponível em: <<http://www.heritage.org/Research/Reports/2004/10/Global-US-Troop-Deployment-1950-2003>>
- KRAUTHAMMER, Charles. "The Unipolar Moment Revisited," *The National Interest*, nº70 5-17 2002/2003.

- _____ . The Unipolar Moment. *Foreign Affairs* v. 70 no. 1, 1991 p. 23-33.
- _____ . The Neoconservative Convergence. *Commentary* v. 120 n.1 Jul-Ago, 2005.
- LACHOWSKI, Zdzislaw Cap. 3 “Repositioning NATO and US bases in Europe”. *Foreign Military Bases in Eurasia*. SIPRI Policy Paper nº 18. Stockholm International Peace Research Institute, junho de 2007.
- LEE Jesse, The President on Times Square: "But as Americans, and as a Nation, We Will Not Be Terrorized". The White House Blog. 04 Mai, 2010 . Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/blog/2010/05/04/president-times-square-americans-and-a-nation-we-will-not-be-terrorized>>
- MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude. Os grupos armamentistas e os mercados financeiros rumo a um compromisso "guerra sem limites"?. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005
- MANN, Michael. Delusions of empire: recent neo-conservative and neo-liberal writings on American foreign policy. Review Essay. *Socio-Economic Review*, nº 2, 2004
- _____ . Império da Incoerência. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2006
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarolo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- MEARSHEIMER, John J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. *International Security*, vol. 15 n. 1, 1990.
- _____ . *The tragedy of great power politics*. New York: W.W. Norton, 2001.

- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, Sept. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300004&lng=en&nrm=iso>.
- _____ . O desenvolvimento tecnológico americano no pós-Guerra como um empreendimento militar. In: In: *O poder americano*. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1999 *Apud*. VILLA, Rafael Duarte. Mackinder: Repensando A Política Internacional Contemporânea. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, 14, p. 195-199, jun. 2000.
- MENDES, Armando Nobre. Sem vergonha de ser império. *Revista Carta Capital*, ano IX, n° 237, 23 de abril de 2003, pp. 58-59
- MÉNY, Yves. *Hegemonia americana e multilateralismo*. IPRI – Instituto Português em Relações Internacionais. Disponível em: <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?ida=30&idi=11>>.
- Mission Creep – US Military Presence Worldwide. Mother Jones Military Maps. Dados do Pentágono, 2008. In: Mother Jones Magazine. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/military-maps>>. Acessado em 22 de agosto de 2009.
- Mother Jones Magazine. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/military-maps>>
- NATO Homepage. Disponível em: <<http://www.nato.int>>.

- NATO 2020: Assured Security; Dynamic Engagement. Analysis and recommendations of the group of experts on a new strategic concept for NATO. 17 de maio de 2010. Disponível em: < www.nato.int/strategic-concept/expertsreport.pdf>
- Norman. *A grande ilusão*. Coleção Clássicos IPRI. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002
- NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano*: por que a superpotência do mundo não pode prosseguir isolada. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- OTAN. Segurança através da parceria. NATO Public Diplomacy Division, Bruxelas, Bélgica, 2005.
- PNAC – *Rebuilding America’s Defenses: Strategy, Forces and Resources for a New Century*. A Report of the Project for the New American Century, set. 2000.
- PNAC - The Project for the New American Century. Disponível em: <<http://www.newamericancentury.org/>>
- RICE, Condolezza. Rethinking the National Interest American Realism for a New World. *Foreign Affairs* 87 n°4 pp.2-26 Jul/Ago. 2008
- RUBIN, James P. Building a New Atlantic Alliance: Restoring America's Partnership With Europe. *Foreign Affairs* Jul-Ago 2008 vol. 87 n. 4, pp. 99-110
- SADER, Emir. “A nova estratégia imperial”. *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- Segurança através da parceria. NATO Public Diplomacy Division, Bruxelas, Bélgica, 2005.
- SIMES Dimitri K. America’s Imperial Dilemma. *Foreign Affairs*, Nov.-Dez. 2003 vol. 82 n. 6, pp. 91-102

- SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>
- SIPRI Yearbook 2008; SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <<http://www.sipri.org>>
- SOUZA, Angelita Matos. *Imperialismo, dependência e capitalismo associado*. 32º Encontro Anual ANPOCS, GT 24: Marxismo e Ciências Sociais, Out, 2008
- STATEMENT OF PRINCIPLES – PNAC The Project for the New American Century. <<http://www.newamericancentury.org/statementofprinciples.htm>>.
- TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (org.) *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petropolis, RJ: Vozes, 1998, 6ª Ed.
- TEIXEIRA, Tatiana. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA: a arte de pensar o impossível*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- THE NORTH ATLANTIC TREATY. Washington D.C. - 4 April 1949. Versão em Português Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/basicxt/treaty.htm>>
- THE WHITE HOUSE. *The National Security Strategy of the United States of America*, setembro de 2002.
- TRANSFORMED? *The Economist Magazine*, 18 Jul de 2002. Disponível em: <http://www.economist.com/surveys/displaystory.cfm?story_id=E1_TNNPQRP>
- U.S. MILITARY Bases and Empire. Monthly Review. Vol 53, n. 10 mar, 2002. Disponível em: < <http://www.monthlyreview.org/0302editr.htm>>
- *US FinCEN - Financial Crimes Enforcement Network. United States Department of Treasury*. 26 de outubro de 2001. Disponível em: <http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=107_cong_public_laws&docid=f:publ056.107.pdf>

- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. *Lua Nova*, nº 58, 2003
- _____ . *Globalização, Democracia e Ordem Internacional: ensaios de teoria e história*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- _____ . O Brasil e a dimensão geoestratégica na arena transnacional. *Jornal da Unicamp*, Campinas, SP, edição 276, p. 6, 13- 23 de dezembro de 2004. Entrevista concedida a Álvaro Kassab. Disponível em: < http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dezembro2004/ju276pag06.html>.
- WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, Vol. 25, No. 1, 2000.
- WHITE HOUSE – HOMELAND SECURITY COUNCIL. *The National Strategy for Homeland Security*. Outubro de 2007.
- WHITE HOUSE. *9/11 Five Years Later: Successes and Challenges*. Setembro 2006.
- _____ . *A National Defense Strategy*. Junho 2008.
- _____ . *A National Security Strategy for a Global Age*. Dezembro 2000.
- _____ . *A National Strategy for Combating Terrorism*. Setembro de 2006.
- _____ . *A National Strategy of Engagement and Enlargement*. Fevereiro 1995.
- _____ . *A National Strategy of Engagement and Enlargement*. Fevereiro 1996.
- _____ . *A National Strategy of Engagement and Enlargement*. Fevereiro 1999.

- _____ . *A National Strategy of Engagement and Enlargement*. Maio 1997.
- _____ . *A National Strategy of Engagement and Enlargement*. Outubro 1998.
- _____ . *National Security Strategy of the United States*. Agosto 1991.
- _____ . *National Strategy for Combating Terrorism*. Setembro 2006.
- _____ . *National Strategy for Informationsharing: Successes And Challenges in Improvingterrorism-Relatedinformation Sharing*. Outubro de 2007.
- _____ . *The National Strategy of United States of America*. Março 2006.
- _____ . *The National Strategy of United States of America*. Setembro 2002.
- WOLFOWITZ, Paul. Remembering the Future. *National Interest* n.59 pp. 35-45, 2000

ANEXO 1 – GASTOS MILITARES OTAN (1988-2009)

Gastos Militares da OTAN (1988-1998)											
Em moeda local (milhões)											
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Alemanha (euro)	31,515	32,302	34,96	33,53	33,508	31,459	30,144	30,159	29,998	29,451	29,822
Bélgica (euro)	3,734	3,791	3,847	3,915	3,293	3,213	3,271	3,251	3,256	3,267	3,297
Canadá (Dólar)	12,336	12,854	13,47	12,83	13,111	13,293	13,008	12,457	11,511	10,831	11,716
Dinamarca (coroa)	15,62	15,963	16,4	17,091	17,129	17,39	17,293	17,468	17,896	18,521	19,071
Espanha (euro)	5,021	5,55	5,546	5,693	5,577	6,34	5,978	6,483	6,56	6,75	6,756
Eslováquia (koruny)	273	319	621	653	557	465
Eslovênia (euro)	[95.5]	[109]	[128]	166	186	194	209
Estados Unidos (dólares)	293,09	304,09	306,2	280,29	305,14	297,64	288,06	278,86	271,42	276,32	274,28
Estônia (krooni)	68	174	327	417	499	736	843
França (euro)	32,788	34,351	35,36	36,73	36,416	36,771	37,574	36,349	36,188	36,756	36,012
Grécia (euro)	1,385	1,476	1,797	2,036	2,452	2,738	3,09	3,438	3,942	4,433	5,061
Hungria (forint)	[54.8]	[53.2]	58.4	[61.1]	70.3	(76.9)	90.8	89.4	103	147	151
Itália (euro)	13,19	14,121	14,46	15,592	15,914	16,715	16,958	16,3	18,68	19,987	21,052
Islândia (krónur)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Letônia (lats)	12	19	23	21	22.1	24.8
Lituânia (litai)	[90.2]	[83.8]	[122]	169	302	553
Luxemburgo (euro)	78.4	74.2	80.1	91.2	98.2	92.7	105	104	109	119	129
Noruega (coroa norueguesa)	18,865	20,248	21,25	21,313	23,638	22,528	24,019	22,224	22,813	23,01	25,087
Países Baixos (euro)	6,035	6,158	6,132	6,148	6,308	5,946	5,895	5,837	5,989	6,056	6,154
Polônia (zlotys)	74	215	1,464	[1,889]	[2,721]	[4,128]	[5,308]	[6,840]	[8,623]	10,447	12,133
Portugal (euro)	968	1,144	1,333	1,525	1,705	1,758	1,8	2,013	2,001	2,089	2,098
Reino Unido (libra)	19,29	20,868	22,29	24,38	22,85	22,686	22,49	21,439	22,33	21,612	22,477
República Tcheca (koruny)	23,777	27,008	28,275	30,509	31,328	37,643
Romênia (leu romeno)	[3.7]	[3.8]	[3.9]	[10.5]	[25.7]	[55]	[155]	[200]	[270]	[770]	[1,113]
Turquia (nova lira turca)	3.8	7.2	13.9	23.7	42.3	77.7	157	303	612	1,183	2,289

Gastos Militares da OTAN (1988-1998) - cont.

	Em moeda local (milhões)										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alemanha (euro)	30,603	30,554	30,65	31,168	31,06	30,61	30,6	30,365	31,09	31,921	[32,861]
Bélgica (euro)	3,378	3,463	3,393	3,344	3,434	3,433	3,4	3,434	3,773	4,036	3,872
Canadá (Dólar)	12,36	12,314	13,19	13,379	14,143	14,951	16,001	17,066	19,255	21,026	[22,273]
Dinamarca (coroa)	19,428	19,339	21,02	21,269	21,075	21,441	20,8	23,173	22,731	24,41	23,124
Espanha (euro)	7,092	7,599	7,972	8,414	8,587	9,132	9,508	11,506	12,219	13,105	[13,199]
Eslováquia (koruny)	449	523	632	662	762	762	848	898	934	[1,000]	[948]
Eslovênia (euro)	208	207	275	328	360	396	413	485	506	566	612
Estados Unidos (dólares)	280,97	301,7	312,7	356,72	415,22	464,68	503,35	527,66	556,96	616,07	661,05
Estônia (krooni)	1,083	1,329	1,64	2,028	2,376	2,581	3,346	3,928	5,079	5,409	4,917
França (euro)	36,51	36,702	37,19	38,681	40,684	42,69	42,545	43,457	44,273	45,063	45,991
Grécia (euro)	5,439	5,921	5,986	6,085	[5,355]	[6,028]	[6,818]	[7,321]	[7,496]	[8,620]	[9,474]
Hungria (forint)	191	226	272	280	314	311	319	297	326	321	[341]
Itália (euro)	22,24	24,325	24,59	25,887	26,795	27,476	26,959	26,631	[26,275]	[26,560]	[25,744]
Islândia (krónur)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	688	1,227
Letônia (lats)	33.1	42.4	54.6	91	108	124	154	206	251	305	344
Lituânia (litai)	461	796	860	908	1,077	1,139	[1,150]	[1,292]	[1,516]	[1,711]	[1,596]
Luxemburgo (euro)	132	139	179	192	205	[213]	[238]	[263]	[268]
Noruega (coroa norueguesa)	25,809	25,722	26,67	32,461	31,985	32,945	31,471	32,142	34,439	33,102	[35,115]
Países Baixos (euro)	6,595	6,482	6,929	7,149	7,404	7,552	7,693	8,145	8,387	8,348	8,738
Polônia (zlotys)	12,8	13,763	14,86	15,401	16,249	17,793	19,023	19,959	[22,768]	[25,596]	[27,169]
Portugal (euro)	2,259	2,393	2,598	2,765	2,755	2,996	3,248	3,242	3,19	3,285	[3,307]
Reino Unido (libra)	22,548	23,552	24,87	26,991	29,338	29,524	30,603	31,454	33,486	36,431	37,784
República Tcheca (koruny)	41,688	44,67	44,98	48,924	53,194	52,481	58,445	55,358	53,261	48,36	55,984
Romênia (leu romeno)	1,465	2,031	2,864	3,491	4,151	4,994	5,757	6,324	6,358	7,558	6,96
Turquia (nova lira turca)	4,168	6,248	8,844	13,641	15,426	15,568	16,232	19,26	18,333	21,014	[26,314]

GASTOS MILITARES DA OTAN (1988-1988)

	IN CONSTANT (2008) US\$ M.										
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
ALEMANHA	69,36	69,17	72,902	68,989	65,611	58,985	55,01	54,104	53,046	51,122	51,284
BÉLGICA	8,597	8,463	8,303	8,186	6,722	6,383	6,348	6,218	6,101	6,024	6,022
CANADÁ	18,29	18,2	18,178	16,788	16,603	16,56	16,32	15,382	14,122	13,019	13,473
DINAMARCA	4,809	4,691	4,694	4,779	4,691	4,704	4,586	4,537	4,552	4,61	4,661
ESPAÑA	15,92	16,48	15,43	14,95	13,825	15,032	13,54	14,023	13,701	13,825	13,588
ESLOVÁQUIA	1,062	1,096	1,941	1,928	1,552	1,213
ESLOVÊNIA	[555]	[476]	[462]	527	541	519	518
ESTADOS UNIDOS	533,6	528,1	504,53	443,13	468,22	443,6	416,6	394	372,57	370,63	362,28
ESTÔNIA	53.1	71.5	91	90.2	87.7	117	124
FRANÇA	71,03	71,9	71,581	72,047	69,781	69,008	69,36	65,929	64,347	64,568	62,881
GRÉCIA	8,798	8,249	8,34	7,91	8,22	8,023	8,162	8,336	8,836	9,415	10,26
HUNGRIA	[4,721]	[3,922]	3,334	[2,600]	2,433	-2,174	2,159	1,657	1,547	1,862	1,679
ITÁLIA	38,13	38,43	36,967	37,488	36,41	36,605	35,7	32,605	35,941	37,682	38,926
ISLÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LETÔNIA	98.1	114	111	85.9	83.4	89.4
LITUÂNIA	[170]	[91.5]	[95.2]	106	174	303
LUXEMBURGO	186	170	177	196	204	186	205	200	206	223	239
NORUEGA	5,352	5,494	5,538	5,371	5,82	5,424	5,703	5,15	5,221	5,134	5,474
PAÍSES BAIXOS	13,87	14	13,603	13,226	13,149	12,084	11,65	11,322	11,387	11,268	11,227
POLÔNIA	9,368	7,9	8,206	[5,993]	[5,940]	[6,585]	[6,354]	[6,393]	[6,726]	7,081	7,361
PORTUGAL	3,681	3,863	3,971	4,094	4,204	4,069	3,959	4,252	4,099	4,189	4,096
REINO UNIDO	71,26	70,18	68,669	70,539	66,253	63,802	61,75	57,494	57,195	54,618	53,957
REPÚBLICA TCHECA	2,907	3,003	2,88	2,856	2,702	2,933
ROMÊNIA	[4,896]	[5,032]	[4,996]	[4,826]	[3,783]	[2,282]	[2,720]	[2,647]	[2,573]	[2,884]	[2,620]
TURQUIA	9,925	11,49	13,875	14,253	15,008	16,584	16,22	16,66	18,653	19,434	20,363

GASTOS MILITARES DA OTAN (1999-2009) - CONT.

	IN CONSTANT (2008) US\$ M.										
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ALEMANHA	52,33	51,49	50,646	50,79	50,095	48,557	47,8	46,695	46,74	46,759	[48,022]
BÉLGICA	6,101	6,101	5,832	5,655	5,717	5,598	5,394	5,352	5,775	5,912	5,674
CANADÁ	14,05	13,82	14,183	14,258	14,519	15,069	15,73	16,463	17,948	19,29	[20,564]
DINAMARCA	4,633	4,481	4,759	4,702	4,562	4,588	4,372	4,781	4,61	4,788	4,476
ESPAÑA	13,94	14,44	14,627	14,978	14,835	15,313	15,42	18,03	18,627	19,196	[19,409]
ESLOVÁQUIA	1,06	1,102	1,241	1,257	1,334	1,239	1,343	1,362	1,377	[1,410]	[1,316]
ESLOVÊNIA	487	443	544	604	628	667	679	778	783	829	888
ESTADOS UNIDOS	363,2	377,2	380,27	426,98	485,98	529,67	554,9	563,55	578,34	616,07	663,26
ESTÔNIA	154	182	212	253	293	309	384	432	524	506	460
FRANÇA	63,43	62,71	62,496	63,779	65,716	67,52	66,1	66,449	66,673	66,009	67,316
GRÉCIA	10,74	11,34	11,085	10,874	[9,243]	[10,112]	[11,045]	[11,493]	[11,437]	[12,627]	[13,917]
HUNGRIA	1,932	2,078	2,292	2,235	2,402	2,223	2,201	1,973	2,01	1,868	[1,900]
ITÁLIA	40,45	43,15	42,443	43,602	43,956	44,1	42,43	41,053	[39,777]	[38,906]	[37,427]
ISLÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.8	12.5
LETÔNIA	117	146	183	299	345	372	433	545	602	634	692
LITUÂNIA	251	429	457	481	577	603	[594]	[643]	[714]	[726]	[648]
LUXEMBURGO	243	248	311	327	341	[347]	[379]	[408]	[406]
NORUEGA	5,503	5,322	5,356	6,435	6,187	6,343	5,968	5,957	6,336	5,869	[6,098]
PAÍSES BAIXOS	11,78	11,31	11,606	11,593	11,758	11,848	11,87	12,424	12,589	12,228	12,642
POLÔNIA	7,239	7,072	7,24	7,362	7,707	8,148	8,532	8,852	[9,863]	[10,626]	[10,860]
PORTUGAL	4,311	4,439	4,616	4,746	4,579	4,864	5,156	5,008	4,794	4,812	[4,884]
REINO UNIDO	53,79	54,06	55,909	59,31	62,618	62,352	62,4	62,274	63,042	65,615	69,271
REPÚBLICA TCHECA	3,181	3,28	3,155	3,371	3,663	3,514	3,842	3,549	3,318	2,833	3,246
ROMÊNIA	2,364	2,25	2,36	2,348	2,422	2,604	2,754	2,839	2,722	3	2,616
TURQUIA	22,48	21,76	19,946	21,223	19,155	17,481	16,55	17,768	15,551	16,14	[19,009]

Gastos Militares da OTAN

Como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Alemanha	2.9	2.8	2.8	2.2	2	1.9	1.7	1.6	1.6	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.4	1.4	1.4	1.3	1.3	1.3	
Bélgica	2.6	2.5	2.4	2.3	1.8	1.7	1.7	1.6	1.5	1.5	1.5	1.4	1.4	1.3	1.2	1.2	1.2	1.1	1.1	1.1	1.2	
Canadá	2	1.9	2	1.9	1.9	1.8	1.7	1.6	1.4	1.2	1.3	1.2	1.1	1.2	1.2	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2	1.3	
Dinamarca	2.1	2	2	2	1.9	1.9	1.8	1.7	1.7	1.6	1.6	1.6	1.5	1.6	1.5	1.5	1.5	1.3	1.4	1.3	1.4	
Espanha	2	2	1.8	1.7	1.5	1.7	1.5	1.4	1.4	1.3	1.3	1.2	1.2	1.2	1.2	1.1	1.1	1	1.2	1.2	1.2	
Eslováquia	2	1.9	3.2	3	2.3	1.8	1.6	1.7	1.9	1.8	1.9	1.7	1.7	1.6	1.5	[1.5]	
Eslovênia	[2.2]	[1.8]	[1.7]	1.6	1.6	1.4	1.4	1.2	1.1	1.3	1.4	1.4	1.5	1.4	1.6	1.5	1.5	
Estados Unidos	5.7	5.5	5.3	4.7	4.8	4.5	4.1	3.8	3.5	3.3	3.1	3	3.1	3.1	3.4	3.8	4	4	3.9	4	4.3	
Estônia	0.5	0.8	1	1	0.9	1	1.1	1.3	1.4	1.5	1.7	1.7	1.7	1.9	1.9	2.1	2.2	
França	3.6	3.5	3.4	3.4	3.3	3.3	3.3	3	2.9	2.9	2.7	2.7	2.5	2.5	2.5	2.6	2.6	2.5	2.4	2.3	2.3	
Grécia	5.1	4.6	4.6	4.2	4.4	4.4	4.3	3.8	4	4.1	4.3	4.3	4.3	4.1	3.9	[3.1]	[3.2]	[3.5]	[3.5]	[3.3]	[3.6]	
Hungria	[3.8]	[3.1]	2.8	[2.4]	2.4	(2.2)	2.1	1.6	1.5	1.7	1.4	1.6	1.7	1.8	1.6	1.7	1.5	1.4	1.2	1.3	1.2	
Itália	2.3	2.3	2.1	2.1	2	2	1.9	1.7	1.9	1.9	1.9	2	2	2	2	2	2	1.9	1.8	[1.7]	[1.7]	
Islândia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.2	
Letônia	0.7	0.8	0.9	0.7	0.6	0.6	0.8	0.9	1	1.6	1.7	1.7	1.7	1.8	1.7	1.9	
Lituânia	[0.8]	[0.5]	[0.5]	0.5	0.8	1.2	1.1	1.7	1.8	1.7	1.9	1.8	[1.6]	[1.6]	[1.5]	[1.5]	
Luxemburgo	1.1	0.9	0.9	0.9	0.9	0.8	0.8	0.9	0.7	0.7	0.7	0.7	0.6	0.8	0.8	0.8	0.8	[0.8]	[0.8]	[0.8]	[0.7]	..
Noruega	2.9	2.9	2.9	2.7	3	2.7	2.7	2.4	2.2	2.1	2.2	2.1	1.7	1.7	2.1	2	1.9	1.6	1.5	1.5	1.3	
Países Baixos	2.8	2.7	2.5	2.4	2.4	2.2	2.1	1.9	1.9	1.8	1.7	1.7	1.6	1.5	1.5	1.6	1.5	1.5	1.5	1.5	1.4	
Polônia	2.5	1.8	2.6	[2.3]	[2.4]	[2.6]	[2.4]	[2]	[2]	2	2	1.9	1.8	1.9	1.9	1.9	1.9	1.9	1.9	[1.9]	[2]	
Portugal	2.7	2.7	2.7	2.7	2.7	2.6	2.5	2.6	2.4	2.3	2.2	2	2	2	2	2	2.1	2.2	2.1	2	2	
Reino Unido	4.1	4	3.9	4.1	3.8	3.5	3.3	3	2.8	2.6	2.5	2.4	2.4	2.4	2.5	2.5	2.5	2.4	2.4	2.4	2.5	
República Tcheca	2.3	2.3	1.9	1.8	1.7	1.9	2	2	1.9	2	2.1	1.9	2	1.7	1.5	1.3	
Romênia	[4.3]	[4.7]	[4.6]	[4.8]	[4.3]	[2.7]	[3.1]	[2.8]	[2.5]	[3]	[3]	2.7	2.5	2.5	2.3	2.1	2	2	1.8	1.6	1.5	
Turquia	2.9	3.1	3.5	3.8	3.9	3.9	4.1	3.9	4.1	4.1	3.3	4	3.7	3.7	3.9	3.4	2.8	2.5	2.5	2.2	2.2	

CONVENTION: US\$ M. = MILLION US DOLLARS; .. = DATA NOT AVAILABLE OR NOT APPLICABLE, () = UNCERTAIN FIGURE, [] = SIPRI ESTIMATE. TH. = THOUSAND; M. = MILLION; B. = BILLION. MILITARY EXPENDITURE FIGURES IN LOCAL CURRENCY IS PRESENTED ACCORDING TO THE FINANCIAL YEAR OF THE COUNTRY IN QUESTION. FIGURES IN CONSTANT US DOLLARS AND AS A SHARE OF GDP ARE PRESENTED BY CALENDAR YEAR.

ANEXO 2 - TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE



Tratado do Atlântico Norte

Washington D.C., 4 de Abril de 1949⁽¹⁾

Os Estados Partem no presente Tratado, Reafirmando a sua fé nos intuitos e princípios da Carta das Nações Unidas e o desejo de viver em paz com todos os povos e com todos os Governos,

Decididos a salvaguardar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito, Desejosos de favorecer a estabilidade e o bem-estar na área do Atlântico Norte,

Resolvidos a congregar cus seus esforços para a defesa coletiva e para a preservação da paz e da segurança, Acordam no presente Tratado do Atlântico Norte.

Artigo 1

As Partes comprometem-se, de acordo com o estabelecido na Carta das Nações Unidas, a regular por meios pacíficos todas as divergências internacionais em que possam encontrar se envolvidas, por forma que no fazem perigar a paz e a segurança internacionais, assim como a justiça, e a no recorrer, nas relações internacionais, a ameaças ou ao emprego da fora de qualquer forma incompatível com os fins das Nações Unidas.

Artigo 2

As Partes contribuir para o desenvolvimento das reais internacionais pacíficas e amigáveis, mediante o revigoramento das suas livres instituis, melhor compreensão dos princípios sobre que se fundam e o desenvolvimento dias Comdex próprias para assegurar a estabilidade e o bem estar. As Partes esforçam-se por eliminar qualquer oposição entre as suas políticas econômicas internacionais e encorajar a colaborar econômica entre cada uma delas ou entre todas.

Artigo 3

A fim de atingir mais eficazmente os fins deste Tratado, as Partes, tanto individualmente como em conjunto, manter e desenvolver, de maneira contínua e efetiva, pelos seus próprios meios e mediante mútuo auxílio, a sua capacidade individual e coletiva para resistir a um ataque armado.

Artigo 4

As Partes consultar-se-ão sempre que, na opinião de qualquer delas, estiver ameaçada a integridade territorial, a independência política ou a segurança de uma das Partes.

Artigo 5

As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

Artigo 6 ⁽²⁾

Para os fins do Artigo 5º, considera-se ataque armado contra uma ou várias das Partes o ataque armado:

- Contra o território de qualquer delas na Europa ou na América do Norte, contra os Departamentos franceses da Argélia ⁽³⁾, contra o território da Turquia ou contra as Ilhas sob jurisdição de qualquer das Partes situadas na região do Atlântico Norte ao Norte do Trópico de Câncer;
- Contra as forças, navios ou aeronaves de qualquer das Partes, que se encontrem nesses territórios ou em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de qualquer das Partes estavam à data em que o tratado entrou em vigor ou no Mar Mediterrâneo ou na região do Atlântico Norte ao norte do Trópico de Câncer, ou que os sobrevoem.

•

Artigo 7

O presente Tratado não afeta e não será interpretado como afetando de qualquer forma os direitos e obrigações decorrentes da Carta, pelo que respeita às Partes que são membros das Nações Unidas, ou a responsabilidade primordial do Conselho de Segurança na manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 8

Cada uma das Partes declara que nenhum dos compromissos internacionais atualmente em vigor entre Estados está em contradição com as disposições do presente Tratado, e assume a obrigação de não subscrever qualquer compromisso internacional que o contradiga.

Artigo 9

As Partes estabelecem pela presente disposição um Conselho, no qual cada uma delas estará representada para examinar as questões relativas à aplicação do Tratado. O Conselho será organizado de forma que possa reunir rapidamente em qualquer momento. O Conselho criará os organismos subsidiários que possam ser necessários; em particular, estabelecerá imediatamente uma comissão de defesa que recomendará as providências a tomar para aplicação dos artigos 3º e 5º.

Artigo 10

As Partes podem, por acordo unânime, convidar a aderir a este Tratado qualquer outro Estado europeu capaz de favorecer o desenvolvimento dos princípios do presente Tratado e de contribuir para a segurança da área do Atlântico Norte. Qualquer Estado convidado nesta conformidade pode tornar-se Parte no Tratado mediante o depósito do respectivo instrumento de adesão junto do Governo dos Estados Unidos da América. Este último informará cada uma das Partes do depósito de cada instrumento de adesão.

Artigo 11

Este Tratado será ratificado e as suas disposições aplicadas pelas Partes de acordo com as respectivas regras constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados, logo que possível, junto do Governo dos Estados Unidos da América, que informará todos os outros signatários do depósito de cada instrumento de ratificação. O Tratado entrará em vigor entre os Estados que o tiverem ratificado logo que tiverem sido depositadas as ratificações da maioria dos signatários, incluindo as da Bélgica, do Canadá, dos Estados Unidos, da França,

dó Luxemburgo, dos Países-Baixos e do Reino Unido; e entrará em vigor para os outros Estados na data do depósito da respectiva ratificação.

Artigo 12

Decorridos os primeiros dez anos de vigência do Tratado ou em qualquer data ulterior, as Partes consultar-se-ão, a pedido de qualquer delas, para o efeito da revisão do Tratado, tomando em consideração os fatores que então afetarem a paz e a segurança na área do Atlântico Norte, inclusive o desenvolvimento dos acordos, tanto mundiais como regionais, concluídos nos termos da Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Artigo 13

Depois de vinte anos de vigência, qualquer Parte poderá pôr fim ao Tratado no que lhe diz respeito um ano depois de ter avisado da sua denúncia o Governo dos Estados Unidos da América, o qual informará os Governos das outras Partes do depósito de cada instrumento de denúncia.

Artigo 14

Este Tratado, cujos textos ingleses e franceses fazem igualmente fé, será depositado nos arquivos do Governo dos Estados Unidos da América. Serão transmitidas por aquele Governo aos Governos das outras Partes cópias devidamente certificadas.

Notas

1. O Tratado entrou em vigor a 24 de Agosto de 1949, após o depósito das ratificações de todos os Estados signatários.

2. Nova redação em virtude do Artigo 2 do protocolo 1 ao Tratado do Atlântico Norte sobre a adesão da Grécia e Turquia.
3. A 16 de Janeiro de 1963 o Representante francês fez uma declaração, perante o Conselho da OTAN, relativa às incidências da independência da Argélia sobre certos aspectos do Tratado do Atlântico Norte. O Conselho constatou que todas as disposições desse Tratado que respeitam aos antigos departamentos franceses da Argélia tornaram-se inaplicáveis a partir de 3 de Julho de 1962.

The North Atlantic Treaty. Washington D.C. - 4 April 1949. Versão em Português Disponível em:

<<http://www.nato.int/docu/basicxt/treaty.htm>>

ANEXO 3 – STATEMENT OF PRINCIPLES PNAC



Statement of Principles

June 3, 1997

American foreign and defense policy is adrift. Conservatives have criticized the incoherent policies of the Clinton Administration. They have also resisted isolationist impulses from within their own ranks. But conservatives have not confidently advanced a strategic vision of America's role in the world. They have not set forth guiding principles for American foreign policy. They have allowed differences over tactics to obscure potential agreement on strategic objectives. And they have not fought for a defense budget that would maintain American security and advance American interests in the new century.

We aim to change this. We aim to make the case and rally support for American global leadership.

As the 20th century draws to a close, the United States stands as the world's preeminent power. Having led the West to victory in the Cold War, America faces an opportunity and a challenge: Does the United States have the vision to build upon the achievements of past decades? Does the United States have the resolve to shape a new century favorable to American principles and interests?

We are in danger of squandering the opportunity and failing the challenge. We are living off the capital -- both the military investments and the foreign policy achievements -- built up by past administrations. Cuts in foreign affairs and defense spending, inattention to the tools of statecraft, and inconstant leadership are making it increasingly difficult to sustain American influence around the world. And the promise of short-term commercial benefits threatens to override strategic considerations. As a consequence, we are jeopardizing the nation's ability to meet present threats and to deal with potentially greater challenges that lie ahead.

We seem to have forgotten the essential elements of the Reagan Administration's success: a military that is strong and ready to meet both present and future challenges; a foreign policy that boldly and purposefully promotes American principles abroad; and national leadership that accepts the United States' global responsibilities.

Of course, the United States must be prudent in how it exercises its power. But we cannot safely avoid the responsibilities of global leadership or the costs that are associated with its exercise. America has a vital role in maintaining peace and security in Europe, Asia, and the Middle East. If we shirk our responsibilities, we invite challenges to our fundamental interests. The history of the 20th century should have taught us that it is important to shape circumstances before crises emerge, and to meet threats before they become dire. The history of this century should have taught us to embrace the cause of American leadership.

Our aim is to remind Americans of these lessons and to draw their consequences for today. Here are four consequences:

- we need to increase defense spending significantly if we are to carry out our global responsibilities today and modernize our armed forces for the future;

- we need to strengthen our ties to democratic allies and to challenge regimes hostile to our interests and values;
- we need to promote the cause of political and economic freedom abroad;
- we need to accept responsibility for America's unique role in preserving and extending an international order friendly to our security, our prosperity, and our principles.

Such a Reaganite policy of military strength and moral clarity may not be fashionable today. But it is necessary if the United States is to build on the successes of this past century and to ensure our security and our greatness in the next.

**Elliott Abrams Gary Bauer William J. Bennett Jeb Bush
 Dick Cheney Eliot A. Cohen Midge Decter Paula Dobriansky Steve Forbes
 Aaron Friedberg Francis Fukuyama Frank Gaffney Fred C. Ikle
 Donald Kagan Zalmay Khalilzad I. Lewis Libby Norman Podhoretz
 Dan Quayle Peter W. Rodman Stephen P. Rosen Henry S. Rowen
 Donald Rumsfeld Vin Weber George Weigel Paul Wolfowitz**

ANEXO 4 – GASTOS MILITARES DA OTAN POR CATEGORIA (1999-2008)

NATO military expenditure by category

SAM PERLO-FREEMAN

NATO military expenditure on personnel and equipment, 1999–2008

Figures are in US\$ m. at 2005 prices and exchange rates. Figures in italics are percentage changes from previous year. Iceland, which has no military expenditure, is omitted.

Country	Item	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<i>North America</i>											
Canada	Personnel	4 945	5 000	5 104	5 329	5 458	5 787	6 099	6 434	7 016	7 002
	Personnel change	<i>1.0</i>	<i>1.1</i>	<i>2.1</i>	<i>4.4</i>	<i>2.4</i>	<i>6.0</i>	<i>5.4</i>	<i>5.5</i>	<i>9.0</i>	<i>-0.2</i>
	Equipment	960	1 413	1 320	1 642	1 651	1 727	1 558	1 629	2 257	2 752
	Equipment change	<i>-23.0</i>	<i>47.2</i>	<i>-6.5</i>	<i>24.3</i>	<i>0.6</i>	<i>4.6</i>	<i>-9.8</i>	<i>4.6</i>	<i>38.5</i>	<i>21.9</i>
USA	Personnel	125 401	129 085	124 894	139 629	159 029	165 273	175 167	171 754	166 821	155 282
	Personnel change	<i>-2.1</i>	<i>2.9</i>	<i>-3.2</i>	<i>11.8</i>	<i>13.9</i>	<i>3.9</i>	<i>6.0</i>	<i>-1.9</i>	<i>-2.9</i>	<i>-6.9</i>
	Equipment	82 072	74 988	88 547	106 232	108 017	118 189	123 321	128 304	135 870	141 779
	Equipment change	<i>-2.3</i>	<i>-8.6</i>	<i>18.1</i>	<i>20.0</i>	<i>1.7</i>	<i>9.4</i>	<i>4.3</i>	<i>4.0</i>	<i>5.9</i>	<i>4.3</i>
<i>Europe</i>											
Belgium	Personnel	3 274	3 148	3 143	3 168	3 261	3 230	3 175	3 159	3 572	3 143
	Personnel change	<i>1.3</i>	<i>-3.9</i>	<i>-0.1</i>	<i>0.8</i>	<i>2.9</i>	<i>-1.0</i>	<i>-1.7</i>	<i>-0.5</i>	<i>13.1</i>	<i>-12.0</i>
	Equipment	313	277	327	314	239	241	271	248	217	403
	Equipment change	<i>12.6</i>	<i>-11.4</i>	<i>17.9</i>	<i>-3.8</i>	<i>-24.0</i>	<i>1.1</i>	<i>12.1</i>	<i>-8.5</i>	<i>-12.2</i>	<i>85.5</i>
Bulgaria	Personnel	348	335	507	509	503
	Personnel change	<i>-3.8</i>	<i>51.1</i>	<i>0.4</i>	<i>-1.2</i>
	Equipment	115	111	93.2	185	183
	Equipment change	<i>-3.5</i>	<i>-15.9</i>	<i>98.7</i>	<i>-1.3</i>

Check against publication in
 SIPRI Yearbook 2008: armaments, disarmament and international security
 (Oxford University Press, Oxford, 2009)
 Embargoed until 8 June 2009, 11:00 CET

Country	Item	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Czech Rep.	Personnel	..	885	928	965	961	1 108	1 043	1 050	998	1 010
	Personnel change	4.9	4.0	-0.5	15.3	-5.8	0.6	-4.9	1.2
	Equipment	..	464	410	370	447	334	206	323	205	322
	Equipment change	-11.6	-9.7	20.7	-25.3	-38.4	57.3	-36.6	57.1
Denmark	Personnel	2 206	1 940	1 975	1 940	1 865	1 944	1 904	1 839	1 851	1 735
	Personnel change	-0.6	-12.0	1.8	-1.8	-3.9	4.2	-2.0	-3.4	0.6	-6.2
	Equipment	419	525	633	503	583	699	388	584	574	705
	Equipment change	-18.1	25.3	20.6	-20.6	15.9	19.9	-44.4	50.3	-1.7	22.7
Estonia	Personnel	62.4	59.6	58.3	88.1	102
	Personnel change	-4.5	-2.2	51.3	16.2
	Equipment	24.0	24.3	32.5	71.7	33.1
	Equipment change	1.4	33.8	121	-53.8
France	Personnel	30 639	30 315	30 287	30 998	31 001	31 025	30 687	31 179	31 087	30 473
	Personnel change	0.4	-1.1	-0.1	2.3	0.0	0.1	-1.1	1.6	-0.3	-2.0
	Equipment	9 851	9 466	9 700	9 761	10 795	11 297	11 270	12 385	11 651	11 621
	Equipment change	1.1	-3.9	2.5	0.6	10.6	4.6	-0.2	9.9	-5.9	-0.3
Germany	Personnel	25 003	24 959	24 408	24 127	24 065	23 014	22 185	21 200	20 438	19 956
	Personnel change	-0.2	-0.2	-2.2	-1.2	-0.3	-4.4	-3.6	-4.4	-3.6	-2.4
	Equipment	5 519	5 559	5 677	5 706	5 505	5 744	5 404	5 569	5 435	6 739
	Equipment change	6.1	0.7	2.1	0.5	-3.5	4.3	-5.9	3.1	-2.4	24.0
Greece	Personnel	5 062	5 502	5 506	4 493	4 211	4 779	5 003	5 184	5 583	5 753
	Personnel change	6.4	8.7	0.1	-18.4	-6.3	13.5	4.7	3.6	7.7	3.0
	Equipment	1 597	1 569	1 308	870	603	451	1 033	1 047	737	1 273
	Equipment change	-1.7	-1.7	-16.6	-33.5	-30.6	-25.2	129	1.3	-29.5	72.7
Hungary	Personnel	641	736	796	798	849	796	768	733	676	650
	Personnel change	..	14.8	8.2	0.2	6.4	-6.2	-3.6	-4.6	-7.7	-3.9
	Equipment	288	187	175	180	179	192	134	129	176	203
	Equipment change	..	-35.2	-6.6	3.1	-0.4	6.9	-30.1	-3.9	37.0	15.2

Italy	Personnel	23 662	24 334	24 263	25 500	25 250	26 240	25 849	26 568	18 229	17 910
	Personnel change	4.9	2.8	-0.3	5.1	-1.0	3.9	-1.5	2.8	-31.4	-1.7
	Equipment	3 737	4 890	3 459	4 268	4 489	4 077	3 051	2 336	3 506	3 314
	Equipment change	-2.3	30.8	-29.3	23.4	5.2	-9.2	-25.2	-23.4	50.1	-5.5
Latvia	Personnel	78.6	101	115	134	158
	Personnel change	28.9	13.1	16.8	18.2
	Equipment	13.3	17.7	36.0	33.0	50.9
	Equipment change	33.3	103	-8.1	54.1
Lithuania	Personnel	163	177	185	205	211
	Personnel change	8.8	4.2	10.9	2.8
	Equipment	39.3	46.7	57.4	70.1	71.2
	Equipment change	18.8	22.9	22.2	1.5
Luxembourg	Personnel	145	147	166	173	180	187	184	183	191	89.3
	Personnel change	0.2	1.9	12.9	3.9	4.3	3.8	-1.9	-0.5	4.8	-53.3
	Equipment	9.6	9.0	29.4	14.7	16.8	19.8	27.8	20.8	16.8	58.2
	Equipment change	-21.4	-5.7	227	-50.1	14.7	17.4	40.7	-25.3	-19.0	246
Netherlands	Personnel	4 737	4 636	4 492	4 789	4 991	4 823	4 831	4 787	4 791	5 021
	Personnel change	-0.1	-2.1	-3.1	6.6	4.2	-3.4	0.2	-0.9	0.1	4.8
	Equipment	1 606	1 554	1 560	1 484	1 416	1 595	1 531	1 683	1 939	1 815
	Equipment change	15.4	-3.3	0.4	-4.9	-4.5	12.6	-4.0	9.9	15.2	-6.4
Norway	Personnel	1 755	1 776	1 712	1 996	2 038	2 144	2 091	2 213	2 240	2 034
	Personnel change	3.9	1.2	-3.6	16.6	2.1	5.2	-2.5	5.9	1.2	-9.2
	Equipment	1 017	846	928	1 248	1 105	1 189	1 031	946	1 110	1 118
	Equipment change	-9.1	-16.8	9.7	34.5	-11.5	7.6	-13.3	-8.2	17.3	0.8
Poland	Personnel	3 064	2 959	3 121	3 119	3 258	3 232	3 172	3 128	3 521	3 796
	Personnel change	..	-3.4	5.5	-0.1	4.5	-0.8	-1.9	-1.4	12.6	7.8
	Equipment	546	416	428	534	624	779	808	1 058	1 204	1 237
	Equipment change	..	-23.7	3.0	24.7	16.9	24.7	3.8	30.9	13.8	2.8

Country	Item	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Portugal	Personnel	2 809	2 846	2 924	2 356	2 144	2 164	2 379	2 319	2 240	2 085
	Personnel change	5.7	1.3	2.7	-19.4	-9.0	1.0	9.9	-2.5	-3.4	-7.0
	Equipment	141	223	192	115	202	222	280	271	239	393
	Equipment change	15.2	57.9	-13.8	-40.0	74.9	9.9	26.2	-3.2	-11.7	64.1
Romania	Personnel	956	1 126	1 231	1 427	1 520
	Personnel change	17.9	9.3	15.9	6.5
	Equipment	483	395	494	263	365
	Equipment change	-18.3	25.0	-46.9	38.9
Slovakia	Personnel	384	384	410	435	471
	Personnel change	0.0	6.6	6.1	8.2
	Equipment	79.0	122	106	137	137
	Equipment change	54.2	-13.0	29.0	0.0
Slovenia	Personnel	311	329	354	354	389
	Personnel change	5.9	7.7	0.0	9.9
	Equipment	93.3	48.8	71.9	64.0	46.5
	Equipment change	-47.7	47.2	-11.0	-27.4
Spain	Personnel	7 050	7 079	7 112	7 168	7 062	7 065	7 127	7 395	7 569	7 901
	Personnel change	0.3	0.4	0.5	0.8	-1.5	0.1	0.9	3.8	2.3	4.4
	Equipment	1 232	1 433	1 419	3 035	2 815	2 989	2 885	3 000	2 970	3 311
	Equipment change	-1.3	16.3	-1.0	113.9	-7.3	6.2	-3.5	4.0	-1.0	11.5
Turkey	Personnel	7 718	7 161	6 504	6 305	5 605	5 453	5 377	5 383	5 080	5 043
	Personnel change	7.2	-7.2	-9.2	-3.1	-11.1	-2.7	-1.4	0.1	-5.6	-0.7
	Equipment	4 187	4 495	4 798	4 333	4 700	3 610	3 070	3 826	2 335	2 731
	Equipment change	36.4	7.4	6.8	-9.7	8.5	-23.2	-15.0	24.6	-39.0	16.9
UK	Personnel	18 048	18 436	19 408	19 866	20 127	19 938	23 249	22 853	22 575	21 711
	Personnel change	-1.4	2.1	5.3	2.4	1.3	-0.9	16.6	-1.7	-1.2	-3.8
	Equipment	12 776	12 416	11 871	11 797	11 505	11 422	12 910	11 992	13 149	12 269
	Equipment change	0.3	-2.8	-4.4	-0.6	-2.5	-0.7	13.0	-7.1	9.7	-6.7

NATO Europe (23 countries)										
Personnel	135 811	136 858	136 747	137 762	136 868	139 447	141 538	142 032	133 795	131 666
Personnel change	4.4	0.8	-0.1	0.7	-0.6	1.9	1.5	0.3	-5.8	-1.6
Equipment	43 239	44 329	42 915	44 535	45 226	45 706	45 063	46 306	46 288	48 399
Equipment change	5.7	2.5	-3.2	3.8	1.6	1.1	-1.4	2.8	0.0	4.6
NATO Europe (pre-2004 members; 16 countries)										
Personnel	135 811	136 858	136 747	137 762	136 868	137 143	139 025	139 173	130 642	128 311
Personnel change	4.4	0.8	-0.1	0.7	-0.6	0.2	1.4	0.1	-6.1	-1.8
Equipment	43 239	44 329	42 915	44 535	45 226	44 859	44 297	45 415	45 465	47 513
Equipment change	5.7	2.5	-3.2	3.8	1.6	-0.8	-1.3	2.5	0.1	4.5
NATO Europe (pre-1999 members; 13 countries)										
Personnel	132 106	132 278	131 901	132 880	131 799	132 007	134 042	134 262	125 447	122 855
Personnel change	1.5	0.1	-0.3	0.7	-0.8	0.2	1.5	0.2	-6.6	-2.1
Equipment	42 405	43 261	41 901	43 450	43 975	43 555	43 150	43 905	43 880	45 750
Equipment change	3.7	2.0	-3.1	3.7	1.2	-1.0	-0.9	1.8	-0.1	4.3
NATO total (25 countries)										
Personnel	266 158	270 943	266 744	282 720	301 355	310 507	322 804	320 220	307 631	293 949
Personnel change	1.2	1.8	-1.5	6.0	6.6	3.0	4.0	-0.8	-3.9	-4.4
Equipment	126 271	120 729	132 782	152 409	154 894	165 623	169 942	176 240	184 415	192 929
Equipment change	0.1	-4.4	10.0	14.8	1.6	6.9	2.6	3.7	4.6	4.6
NATO total (pre-2004 members; 18 countries)										
Personnel	266 158	270 943	266 744	282 720	301 355	308 203	320 291	317 360	304 478	290 595
Personnel change	1.2	1.8	-1.5	6.0	6.6	2.3	3.9	-0.9	-4.1	-4.6
Equipment	126 271	120 729	132 782	152 409	154 894	164 776	169 177	175 349	183 592	192 043
Equipment change	0.1	-4.4	10.0	14.8	1.6	6.4	2.7	3.6	4.7	4.6
NATO total (pre-1999 members; 15 countries)										
Personnel	262 452	266 363	261 899	277 838	296 286	303 067	315 308	312 450	299 283	285 138
Personnel change	-0.2	1.5	-1.7	6.1	6.6	2.3	4.0	-0.9	-4.2	-4.7
Equipment	125 437	119 662	131 768	151 324	153 643	163 471	168 029	173 838	182 007	190 281
Equipment change	-0.6	-4.6	10.1	14.8	1.5	6.4	2.8	3.5	4.7	4.5

Notes: The figures in this table are based on NATO statistics on the distribution of total military expenditure by category. The figures here are calculated by applying the shares for personnel and equipment to the figures for total military expenditure converted to constant 2005 US dollars using consumer price indices and market exchange rates from the IMF International Financial Statistics database, <<http://www.imfstatistics.org/imf/>>.

Data is included in the totals for NATO and NATO Europe from the year of accession (1999 for the Czech Republic, Hungary and Poland ~~Romania~~; 2004 for Bulgaria, Estonia, Latvia, Lithuania, Romania, Slovakia and Slovenia). Additional series are provided for total spending of the states that were members prior to 1999 (15 in NATO and 13 in NATO Europe; Belgium, Canada, Denmark, France, Germany, Greece, Italy, Luxembourg, Netherlands, Norway, Portugal, Spain, Turkey, UK, USA) and for those that have been members throughout the period 1999–2007 (18 in NATO and 16 in NATO Europe) in order to show the trend for a consistent group of countries.

In 2004 the NATO member states agreed on a change in the definition of military expenditure. For all countries except France, Italy, Luxembourg and the Netherlands, figures from 2002 are reported according to the new definition (i.e. excluding ‘Other Forces’ that are not ‘realistically deployable’). Data reported by France, Italy, Luxembourg and the Netherlands does not entirely conform with the new definition. For Greece, Hungary, Portugal and Turkey the change in definitions has made a big difference. All data is reported according to the old definition up to and including 2002 and for personnel up to 2003, creating two breaks in all series except for the countries that have not changed definitions—one between 2001 and 2002 and one between 2002 and 2003.

Sources: NATO, ‘Financial and economic data relating to NATO defence: defence expenditures of NATO countries (1980–2002)’, Press Release M-DPC-2(2002)139, 20 Dec. 2002; NATO, ‘Financial and economic data relating to NATO defence: defence expenditures of NATO countries (1980–2003)’, Press Release (2003)146, 1 Dec. 2003; NATO, ‘NATO–Russia compendium of financial and economic data relating to defence’, Information for the press, 9 June 2005; NATO, ‘NATO–Russia compendium of financial and economic data relating to defence: defence expenditures of NRC countries (1985–2005)’, Press Release (2005)161, 9 Dec. 2005; NATO, ‘NATO–Russia compendium of financial and economic data relating to defence: defence expenditures of NRC countries (1985–2006)’, Press Release (2006)159, 18 Dec. 2006; NATO, ‘NATO–Russia compendium of financial and economic data relating to defence’, Information for the press, 18 Dec. 2007; and NATO, ‘Financial and economic data relating to NATO defence’, Press Release (2009)009, 19 Feb. 2009—all available from <http://www.nato.int/issues/defence_expenditures/>.

Disponível em: <<http://www.sipri.org/research/armaments/milex/resultoutput/nato?searchterm=military+expenditure+nato>>

ANEXO 5 - 10 MAIORES EXPORTADORES MUNDIAIS DE ARMAS EM US\$ MI (1990-2009)¹⁷³

Rank 1990 - 2009	Rank 1989 - 2008	Supplier	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1990-2009
1	1	USA	10495	12578	14254	14516	11700	11188	10839	14247	15293	11293	7220	5694	5091	5596	6750	6600	7394	7658	6090	6795	191289
2	2	Russia			2719	3482	1551	3525	3835	2992	2063	4087	3985	6011	5773	5202	6260	5321	6156	5243	6026	4469	78702
3	3	Germany (FRG)	1774	2496	1362	1581	2649	1453	1873	879	1762	1730	1603	821	892	1697	1067	1875	2510	3002	2499	2473	35998
4	4	France	1638	995	1028	786	750	887	1797	3068	3358	1790	1055	1270	1308	1288	2194	1633	1577	2342	1831	1851	32446
5	6	UK	1841	1443	1153	1412	1526	1525	1655	2409	1390	1263	1484	1257	915	617	1180	915	808	987	1027	1024	25831
6	5	USSR	10243	5679																			15922
7	7	China	931	1286	729	1417	1099	1040	761	443	357	311	272	496	515	632	282	306	599	412	544	870	13302
8	8	Netherlands	405	441	357	443	616	438	477	607	596	340	280	203	243	342	208	583	1221	1322	554	608	10282
9	9	Italy	172	317	246	320	188	291	336	454	422	509	189	217	400	312	214	743	525	706	424	588	7572
10	10	Ukraine			217	222	263	215	199	565	689	779	288	661	244	430	202	281	557	799	269	214	7095
		Others	2581	2780	2029	2075	2290	2173	2020	2482	1484	2323	1766	2422	2126	2807	2699	2301	3180	2972	3502	3748	49758
		Total	30081	28013	24095	26254	22632	22734	23792	28146	27414	24425	18141	19052	17506	18924	21056	20557	24528	25443	22766	22640	468199

¹⁷³ Fonte: SIPRI, 2009

Observação: '0' indica que o valor do montante é menos que US\$ 0,5 mi; em branco, os valores não foram divulgados

Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html>

ANEXO 6 - 10 MAIORES IMPORTADORES MUNDIAIS DE ARMAS EM US\$ MI (1990-2009)¹⁷⁴

Rank 1990 -2009	Rank 1989 -2008	Supplier	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1990- 2009
1	2	China	213	253	1253	1188	247	653	1330	788	338	1808	2015	3366	2819	2207	3080	3511	3831	1474	1481	595	32448
2	1	India	2769	1989	1297	735	810	1131	1105	1666	733	1083	911	1242	1872	2802	2227	1036	1257	2179	1810	2116	30771
3	3	Turkey	1240	1210	1827	2312	1804	1570	1472	1524	2601	1722	1170	553	1009	438	187	1005	422	585	578	675	23901
4	4	South Korea	1093	840	688	845	837	1788	1769	1061	1377	1540	1262	623	461	680	986	686	1650	1758	1821	1172	22938
5	5	Japan	2660	2933	2404	2121	997	1254	812	860	1453	1215	431	498	425	433	386	301	459	469	584	391	21088
6	8	Greece	898	484	2132	1005	1125	861	371	799	1690	900	710	725	491	2241	1528	389	598	1796	563	1269	20573
7	6	Taiwan	412	645	453	1137	871	1342	1495	4944	4149	1689	574	408	271	96	329	763	625	12	12	102	20331
8	7	Saudi Arabia	1952	1020	1070	2250	981	997	1727	2805	2518	1226	80	59	555	159	1161	148	185	64	115	626	19697
9	9	Egypt	552	902	1025	1194	1888	1679	966	1035	501	485	788	848	701	613	601	628	777	676	214	217	16291
10	10	UAE	547	230	198	586	572	422	488	707	780	419	243	186	213	695	1246	2198	2026	938	748	604	14048
		Others	17745	17509	11748	12881	12498	11036	12258	11957	11274	12337	9956	10543	8690	8561	9327	9892	12697	15491	14840	14873	246114
		Total	30081	28013	24095	26254	22632	22734	23792	28146	27414	24425	18141	19052	17506	18924	21056	20557	24528	25443	22766	22640	468199

¹⁷⁴ Fonte: SIPRI, 2009

Observação: '0' indica que o valor do montante é menos que US\$ 0,5 mi; em branco, os valores não foram divulgados

Disponível em: <http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html>

ANEXO 7 – DISPOSIÇÃO DE TROPAS DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR EM 2001

DISPOSIÇÃO DE TROPAS AMERICANAS NO EXTERIOR NA ÉPOCA DOS ATAQUES TERRORISTAS AO WTC E AO PENTÁGONO

Por região e país
Setembro de 2001

Exército	Marinha	Marines	Força Aérea	Total	Civis do Departamento de Defesa	Dependentes dos EUA	Total
EUROPA							
68,64	12.474	3.368	33.623	118.105	23.346	136.807	278.258
Bélgica							
894	105	30	549	1.578	634	2.827	5.039
Bórnica e Herzegovina							
3,1	10	5	1	3,116	6	1	3,123
Alemanha							
55,149	322	279	15.248	70.998	16.488	97.571	185.057
Grécia							
71	283	84	68	506	104	98	708
Groelândia							
0	0	0	153	153	3	0	156
Islândia							
3	1.022	48	670	1.743	277	1.465	3.485
Itália							
2.326	5.174	149	4.055	11.704	2.406	12.804	26.914
Macedônia (ex-República Iugoslava da Macedônia)							
350	0	0	1	351	1	3	355
Holanda							
360	23	12	281	676	298	1.283	2.257
Portugal (incluindo Açores)							
15	58	7	925	1.005	164	1.302	2.471
Sérvia (incluindo Kosovo)							
5.675	1	1	2	5.679	13	0	5.692

(cont.)

Exército	Marinha	Marines	Força Aérea	Total	Civis do Departamento de Defesa	Dependentes dos EUA	Total
Espanha							
38	1.554	141	257	1.990	406	1.938	4.334
Turquia							
172	26	196	1.759	2.153	399	2.195	4.747
Reino Unido							
410	1.217	165	9.526	11.318	2.084	14.095	28.307
Em navios							
0	2.632	2.071	0	4.703	0	0	4.073
EX-UNIÃO SOVIÉTICA (incluindo Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Cazaquistão, Quirquistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão)							
39	6	81	25	151	3	49	203
LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO							
30.584	19.110	20.157	21.819	91.670	9.457	50.283	151.410
Austrália							
8	61	663	71	803	9	218	1.030
Japão (incluindo Okinawa)							
1.827	6.189	19.073	13.128	40.217	6.431	42.653	89.301
República da Coreia (Coreia do Sul)							
28.654	327	110	8.514	37.605	2.875	7.027	47.507
Cingapura							
8	92	16	44	160	48	111	319
Tailândia							
42	9	30	32	113	3	64	180
Em navios							
0	12.382	196	0	12.578	0	0	12.578
							200

(cont.)

Exército	Marinha	Marines	Força Aérea	Total	Civis do Departamento de Defesa	Dependentes dos EUA	Total
ORIENTE MÉDIO (incluindo África do Norte e Sul da Ásia)							
2.945	16.159	409	7.365	26.878	833	927	28.638
Baharain							
38	1.843	157	27	2.065	286	543	2.894
Diego Garcia							
4	557	0	29	590	5	44	639
Egito							
341	30	57	72	500	67	110	677
Kuwait							
2.150	7	41	2.010	4.208	98	5	4.311
Omã							
0	122	7	544	673	5	16	694
Qatar							
97	3	2	14	116	19	4	139
Arábia Saudita							
285	29	47	4.444	4.805	305	43	5.153
Emirados Árabes Unidos							
0	7	7	190	209	5	8	217
Em navios							
0	13.546	0	0	13.546	0	0	13.546
ÁFRICA SUBSAARIANA							
46	6	209	18	279	7	138	424
HEMISFÉRIO OCIDENTAL							
307	12.560	764	384	14.015	300	1.064	15.379
Canadá							
13	53	9	88	163	21	203	387
							201

(cont.)

Exército	Marinha	Marines	Força Aérea	Total	Civis do Departamento de Defesa	Dependentes dos EUA	Total
Chile							
5	5	319	8	337	0	39	376
Cuba (Guantánamo)							
6	419	132	0	557	201	475	1,233
Honduras							
176	1	11	206	394	20	31	445
Em navios							
0	12.014	0	0	12.014	0	0	12.014
TOTAL MUNDIAL							
102.561	60.315	24.988	63.234	251.098	33.946	189.268	474.312

Obs: Somente países com pelo menos cem militares na ativa são listados

Fonte: Dep. De Defesa dos EUA, Washington Headquarters Services, Directorate for Information, Operations, and Reports, *Worldwide Manpower Distribution by Geographical Area*, 30 de setembro de 2001, on line at <http://web1.whs.osd.mil/DIOCAT.HTM#M05> Apud. JOHNSON, Chalmers. *As aflições do império*, 2007, pp. 182-185

ANEXO 8 – 10 MAIORES GASTOS MILITARES MUNDIAIS (2000-2009)

The change in military expenditure from 2000 to 2009 for the top 10 largest military spenders, in constant (2008) US\$

The area of the circle is proportional to level of spending

